



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NEIARA PARENTE DE ARAÚJO

A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES DO DISCURSO DO CAPITALISTA ENTRE OS MOTORISTAS DO APLICATIVO UBER EM FORTALEZA-CE

FORTALEZA

2022

NEIARA PARENTE DE ARAÚJO

A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES DO DISCURSO DO CAPITALISTA
ENTRE OS MOTORISTAS DO APLICATIVO UBER EM FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Área de concentração: Processos de trabalho, estado e transformações capitalistas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A69s Araújo, Neiara Parente de.
A subjetividade neoliberal : implicações do discurso do capitalista entre os motoristas do aplicativo uber em Fortaleza-CE / Neiara Parente de Araújo. – 2022.
125 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Alba Maria Pinho de Carvalho.

1. Discurso do capitalista. 2. Neoliberalismo. 3. Psicanálise. 4. Marxismo. I. Título.

CDD 301

NEIARA PARENTE DE ARAÚJO

A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES DO DISCURSO DO CAPITALISTA
ENTRE OS MOTORISTAS DO APLICATIVO UBER EM FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Área de concentração: Processos de trabalho, estado e transformações capitalistas.

Aprovada em: 31/10/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fabio Gentile
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marco Aurélio Andrade Alves
Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)

Às companheiras e aos companheiros da
luta por justiça social

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, por ter incentivado pesquisas de abrangência interdisciplinar.

À Profa. Dra. Alba de Carvalho, pelo apoio incomensurável na orientação. Seu respeito às diferenças teóricas e sua postura científica frente aos fenômenos foram fundamentais.

Ao Prof. Dr. Fabio Gentile, por ter acreditado na minha pesquisa sobre a uberização e pelas necessárias prescrições.

Ao Prof. Dr. Marcos Alves, por ter aceitado o convite em compor a banca e contribuir com a pesquisa.

À Profa. Dra. Laéria Fontenele, pela inscrição psíquica do saber da Psicanálise.

Ao Prof. Dr. Fábio Sobral, pela ética do bem comum. Sua postura de intelectual-militante é muito representativa.

Aos motoristas do aplicativo Uber entrevistados, pela disposição em participar da pesquisa.

Aos colegas das diferentes turmas das Pós-Graduações, pelas discussões reflexivas e pelas lutas.

Ao grupo Psicanálise e Política, em nome do Nadir Lara Júnior, pelas discussões reflexivas importantes e pelos conhecimentos desenvolvidos.

Às amigas Márcia Barreto, Ninivia Campos e Maria Norma Colares, por serem mulheres engajadas, comprometidas com a justiça social em seus papéis sociais e em seus desejos. São minhas inspirações!

À minha família, pelo apego e incentivo. É a razão e a motivação de eu ter cursado o mestrado.

“Podem matar uma, duas, três rosas, mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera.” (Luiz Inácio Lula da Silva).

RESUMO

As transformações político-econômicas, na civilização capitalista contemporânea, dadas na perspectiva neoliberal, demandam análises, ao passo que se tratam de novas expressões do capital. Nessa socialização, o uso do dispositivo laciano “discurso do capitalista” vem se intensificando. Estabelece-se para proporcionar o sujeito empreendedor, a exemplo dos trabalhadores de aplicativo. Esses trabalhadores detêm uma parcela dos meios de produção e sua força de trabalho, porém, no âmbito de novas formas de domínio do capital, são considerados empreendedores como se fossem proprietários da produção e determinassem a atividade laboral deles. Tal influência diz respeito à subjetivação neoliberal formulada, através do saber de valor contábil que pronuncia determinada verdade e produz uma finalidade de caráter pulsional. A subjetividade neoliberal, sendo definida pelo saber contábil do discurso do capitalista, busca rendimentos infinitamente. Entende que os ganhos financeiros lhe darão gozo psíquico. Todavia, apresenta determinado impasse ou está de fato nos efeitos do discurso do capitalista? Possui falhas ou intensifica a alienação do sujeito? É possível, com o discurso do capitalista, alcançar o gozo? Enfim, em que medida o discurso do capitalista influencia a subjetividade de homens e mulheres motoristas parceiros da Uber? Acredita-se que não é possível apreender o gozo, pois é primordialmente constituído sob o registro do real, não passível de ser simbolizado. Ainda assim, o discurso do capitalista tenta se desfazer da ordem simbólica da linguagem, desenvolvida na cultura, a fim de alcançar o gozo psíquico. Em virtude da problematização, a presente dissertação visou constatar os efeitos psíquicos do neoliberalismo. Para isso, investigou os conceitos discurso do capitalista e neoliberalismo, obteve informações sobre o trabalho com a Uber no site da própria empresa, aplicou questionários aos condutores da Uber, fez entrevistas com os trabalhadores do aplicativo Uber e analisou os discursos expressos. Recorreu a pesquisa de base qualitativa a três métodos: o levantamento bibliográfico, os questionários e as entrevistas. Os resultados demonstraram percepções heterogêneas dos motoristas sobre a relação deles com a Uber. Alguns se colocam como empreendedores, outros se veem como empregados da plataforma. Foi possível perceber efeitos do discurso do capitalista, mas ele não chegou a ser completamente igual entre os condutores. Ainda existem, na uberização, problemáticas a serem investigadas. É necessário haver mais pesquisas sobre o autogerenciamento subordinado presente na uberização, conceito que traz a ambiguidade do fenômeno.

Palavras-chave: discurso do capitalista; neoliberalismo; psicanálise; marxismo.

ABSTRACT

The political-economic transformations, in contemporary capitalist civilization, given in the neoliberal perspective, demand analysis, since they are new expressions of capital. In this socialization, the use of the Lacanian device “discourse of the capitalist” has been intensifying. It is established to provide the entrepreneurial subject, like the application workers. These workers hold a portion of the means of production and their workforce, however, within the scope of new forms of capital dominance, they are considered entrepreneurs as if they were owners of production and determined their labor activity. Such influence concerns the formulated neoliberal subjectivation, through knowledge of book value that pronounces a certain truth and produces a drive-like purpose. Neoliberal subjectivity, being defined by the accounting knowledge of the capitalist discourse, endlessly seeks income. He understands that financial gains will give him psychic enjoyment. However, does it present a certain impasse or is it in fact in the effects of the capitalist discourse? Does it have flaws or does it intensify the subject's alienation? Is it possible, with the discourse of the capitalist, to reach jouissance? Finally, to what extent does the capitalist discourse influence the subjectivity of men and women Uber partner drivers? It is believed that it is not possible to apprehend jouissance, as it is primarily constituted under the register of the real, which cannot be symbolized. Even so, the capitalist's discourse tries to undo the symbolic order of language, developed in culture, in order to achieve psychic enjoyment. Due to the problematization, the present dissertation aimed to verify the psychic effects of neoliberalism. For this, he investigated the concepts of capitalist discourse and neoliberalism, obtained information about working with Uber on the company's website, applied questionnaires to Uber drivers, conducted interviews with Uber application workers and analyzed the expressed speeches. The qualitative research used three methods: bibliographic survey, questionnaires and interviews. The results showed heterogeneous perceptions of drivers about their relationship with Uber. Some see themselves as entrepreneurs, others see themselves as employees of the platform. It was possible to perceive effects of the capitalist's discourse, but it was not completely equal among the drivers. There are still, in uberization, problems to be investigated. More research is needed on the subordinate self-management present in uberization, a concept that brings the ambiguity of the phenomenon.

Keywords: capitalist discourse; neoliberalism; psychoanalysis; marxism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	SUJEITO E SUBJETIVAÇÃO	11
2.1	O sujeito do inconsciente em Lacan	12
2.2	O sujeito em Marx: ser genérico ou alienado	30
2.3	O sujeito no mercado do Outro: a analogia de Lacan entre Marx e Freud	48
3	SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL	57
3.1	Contexto neoliberal e seu processo de subjetivação	57
3.2	Subjetivação neoliberal do discurso do capitalista	67
4	A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL NA UBERIZAÇÃO DO TRABALHADOR	79
4.1	Uberização como fenômeno sociopolítico	79
4.2	A empresa UBER	88
4.3	Uma imersão investigativa na uberização: o que revelam os motoristas do aplicativo Uber	96
4.3.1	<i>Narrativas de uma pesquisa de campo</i>	96
4.3.2	<i>Esboço do perfil do (a) motorista da Uber</i>	101
4.3.3	<i>Condições objetivas de trabalho dos motoristas da Uber</i>	105
4.3.4	<i>Adentrando na subjetividade dos motoristas uberizados: empreendedores ou trabalhadores?</i>	111
5	CONCLUSÃO	118
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

As novas configurações político-econômicas e culturais indicam que o modo de produção capitalista passou por mudanças. Atualmente, o sistema do capital desenvolve processos de acumulação, com dominância financeira (CHESNAIS, 1996; 1998; 2005); ao passo que antes o capitalismo, no âmbito da acumulação produtiva, caracterizava-se pela produção industrial e repressão disciplinar (SAFATLE, 2008; DARDOT; LAVAL, 2009).

O principal setor da economia era a indústria. Havia grande oferta de postos de trabalho no setor. A ética da época estava vinculada ao ascetismo, à acumulação e à fixidez das vocações laborais. Prezava-se pela repressão da satisfação sexual em prol do atendimento à moral puritana e do acúmulo do salário ou capital em vez do gozo do consumo de bens.

Já, a proposta dos tempos contemporâneos fundada na racionalidade neoliberal materializa-se em uma relação entre sujeitos empreendedores sem mediação do Estado. A instância estatal não exerce mais a função de controle das iniciativas econômicas dos cidadãos. Não cabe mais a ela proporcionar as condições e as regras do mercado. Essas intervenções, no neoliberalismo austro-americano, são malvistas, em virtude de causarem desequilíbrio da economia neoliberal e prejudicarem a livre iniciativa.

O que resta a estes sujeitos empreendedores é a regulação do mercado competitivo, serve de meio de aprendizagem e de se obter sobrevivência. Uma vez que alguém oferta algo no mercado, precisará fazer pesquisas sobre preço, demanda e concorrência. Caso queira apresentar um produto ou serviço competitivo, precisa estar adaptado ao mercado, necessita ter aprendido a estipular um preço atrativo e ter obtido conhecimento sobre as necessidades dos consumidores. Com as experiências de aprendizagem no mercado, o sujeito tem mais condições de concorrer. A sua motivação em participar dele está além da sobrevivência: o ganho de vantagens ilimitadas. É por esse ambiente que adquire ganhos financeiros.

E o caso escolhido sobre empreendedorismo foi o dos motoristas cadastrados na plataforma da empresa Uber. A iniciativa trata essas pessoas como parceiros. Defende o regime de parceria entre ela e os cadastrados, sem qualquer vínculo empregatício ou societário. São considerados parceiros independentes. Estão no mercado, prestando cada um os seus serviços. Produzem a partir da demanda. Os motoristas não possuem garantias trabalhistas reguladas pelo Estado, pois não chegam a aceitar o contrato de trabalho com a Uber. Não têm as suas carteiras assinadas. São vistos e, de certa forma, atuam enquanto prestadores de serviços de locomoção.

De fato, percebe-se que processos de socialização específicos estão ocorrendo, trazendo diferentes condições para a formação de sujeitos. Em meio a isso, Dardot e Laval (2009) circunscrevem o diálogo entre a Sociologia e a Psicanálise, a fim de esclarecerem as principais características do sujeito neoliberal, atrelado às novas formas de domínio do capital. De acordo com os autores acima referidos, os dois saberes identificam uma mutação do discurso sobre o homem. Consideram o “discurso do capitalista” (LACAN, 1972)¹ um aparato da produção da subjetividade neoliberal.

O aspecto elementar da composição do discurso do capitalista está na associação do conceito “mais-valia” (MARX, 1867)² com o “mais-de-gozar” (LACAN, 1968-1969)³. O efeito dessa articulação discursiva está na compulsão por maior produtividade, maior consumo e ganho. Estabelece-se, no neoliberalismo, o comportamento de mais consumir, de mais ganhar sem qualquer limite.

Na concepção lacaniana, a socialização do mercado foi possível. A condição se deu com a existência, no campo do “Outro” (LACAN, 1968-1969)⁴, do mercado, “[...] que totaliza os méritos, os valores, que garante a organização das escolhas, das preferências, e que implica uma estrutura ordinal, ou até cardinal” (LACAN, 1968-1969, p. 17-18). FEZ ISSO RETIRANDO O SIMBÓLICO

Nesse contexto peculiar da civilização do capital, o neoliberalismo construiu a imagem de um sujeito empreendedor, capaz de conquistar o infinito, não divulgando a contradição entre capital e trabalho, ou mesmo, a falha na conquista do mais-de-gozar. Por meio de discurso do capitalista, é negado ao sujeito a condição de impossibilidade de alcançar o gozo

¹ O conceito destacado foi formulado por Lacan na conferência de Milão de 12 de maio de 1972. É uma forma de encadeamento do semblante de agente do discurso, da verdade, do gozo psíquico e do resto que não foi possível ser totalmente simbolizado na fala. Em outras palavras, é determinado tipo de comunicação o qual tem função de subjetivação. Através do formato de seu encadeamento, o discurso do capitalista identifica o gozo psíquico nos objetos de consumo, torna o capital a verdade a ser afirmada (motivo da existência da articulação discursiva), coloca o sujeito como somente semblante de agente e traz um saber quantificado. Na lógica do capital, o sujeito obtém diretamente os objetos de consumo produzidos pelo saber de valor contábil. Consome sem limite algum. Não apresenta consideração com o seu semelhante, pois está em concorrência para realizar o seu propósito: ter objetos de consumo de qualquer jeito.

² A mais-valia se refere à diferença entre a produção do trabalhador e a remuneração de sua força de trabalho. Mediante contrato de trabalho, o trabalhador produz intensamente. Sua produção é vendida e apropriada pelo patrão. Vende por um valor bem maior em relação ao que é pago ao trabalhador. O excedente, apropriado pelo capitalista, gera, assim, a mais-valia. Isso permite a acumulação de capital, pelo patrão, resultando na exploração do trabalhador.

³ Dentro da abordagem lacaniana, a subjetivação é efeito da linguagem articulada no discurso. Todavia, não define a existência completa do sujeito, devido à falha na linguagem. A articulação linguística exercida pelo encadeamento dos significantes no discurso não consegue identificar totalmente o gozo psíquico do sujeito, que é o motivo de sua existência. Em detrimento disso, ao ser inserido na linguagem, o sujeito renuncia ao gozo.

⁴ O Outro é o referente da socialização. Corresponde à alteridade necessária para a subjetivação. Em termos da teoria lacaniana, o Outro é o lugar onde acontece a simbolização humana. Designa a lei, a linguagem, o inconsciente, todos com função simbólica (ROUDINESCO; PLON, 1997). Assim, influencia a relação do sujeito com o desejo, por o Outro ser aquele que o sujeito pergunta o que quer.

psíquico. Retira da articulação linguística a barreira entre o agente e o mais-de-gozar, prejudicando o processo metonímico de simbolização.

Ou seja, como forma de se desfazer da impossibilidade do mais-de-gozar, o discurso do capitalista tenta rejeitar o campo do simbólico⁵, associado à verdade da “castração”⁶ (LACAN, 1956-957). Torna o trabalhador empreendedor em busca de vantagens infinitas, sem uma lei que o impeça. Evidentemente isso é preocupante, pois o mecanismo põe em risco o fim do sofrimento civilizatório⁷ enquanto laço social, analisado no texto “Mal-estar na cultura” de Freud (1930 [1929]).

No entanto, existe um dilema com o discurso do capitalista. A rigor, o discurso do capitalista constitui no âmbito do neoliberalismo um dispositivo eficaz de dominação do sujeito? Ou não resolve as falhas representadas pelo mais-de-gozar? Será que a subjetivação do neoliberalismo está passando por uma crise de funcionamento? A instrumentalização do simbólico, pelo discurso do capitalista, está acontecendo de modo efetivo?

Tais questionamentos expressam a inserção do sujeito na dinâmica da civilização do capital. Demonstram ser o fio condutor para o questionamento principal da pesquisa: qual a influência do discurso do capitalista na subjetividade de homens e mulheres motoristas do aplicativo Uber? E, assim, delineiam a problemática da pesquisa. Buscando responder à problemática citada, a pesquisa elegeu os discursos da Uber e dos motoristas a ela vinculados enquanto campo analítico.

No intuito de responder às perguntas, supõe-se que a operação do discurso do capitalista ocorra, dentre as expressões humanas. O que prejudica o laço social, constituído pela linguagem. Traz imperativos relacionados a um gozo fora da inscrição civilizatória, recorrendo à eliminação do simbólico. A metonímia, comum na linguagem, é negada para se chegar ao gozo. Entretanto, os efeitos do discurso mencionado (como a instrumentalização do simbóli-

⁵ Trata-se de um sistema de representação. Utiliza a linguagem, conjunto de signos e significados, para caracterizar o sujeito. Organizados em cadeia os significantes linguísticos designam uma ordem ou função quando o sujeito exerce o simbólico. Junto com os outros registros psíquicos, real e imaginário, forma a estrutura da subjetividade.

⁶ Lacan (1956-957) parte da releitura do termo freudiano “castração” para lidar com o tema. Segundo ROUDINESCO e PLON (1997), o diferencial do autor está na adequação do termo à sua teoria do significante. Com isso, a definição lacaniana de castração, no que diz respeito ao objeto psíquico, trata-se da “[...] representação simbólica da ameaça de desaparecimento na medida em que esta não concerne ao pênis, objeto real, mas ao falo, objeto imaginário.” (ROUDINESCO; PLON, 1997, p. 106). É o interdito em ser o falo da mãe, devido à inscrição simbólica do Pai simbólico antes da existência do Pai real, reconhecido como tal pela mãe e detentor do falo (ROUDINESCO; PLON, 1997, p. 107). Inscrição essa, assegurada pelo discurso materno, gera interdição na relação incestuosa entre filho ou filha e mãe, assim como submissão do sujeito à ordem da linguagem.

⁷ Sofrimento esse que diz respeito ao impedimento de realizar os anseios do sujeito, em virtude de estar em sociedade. Não é possível exercer uma relação incestuosa, por exemplo, no convívio em sociedade. Mesmo que o sujeito tenha desejado tal vínculo, é proibido na civilização. Então, ele deixa de realizar uma série de desejos, sofrendo repressão, mal-estar. Ressalta-se que esse mal-estar é necessário para a manutenção da ordem sociocultural e a solidariedade entre os membros da sociedade.

co) ainda não chegam ao gozo, porque não se consegue dominar o vazio do real. Enfim, são hipóteses que necessitam ser investigadas.

Com a finalidade de compreender os efeitos psíquicos do neoliberalismo, a presente pesquisa se fundou na discussão de dois eixos analíticos: discurso do capitalista e neoliberalismo. Baseando-se nas duas referências, realizou uma pesquisa bibliográfica sobre os dois eixos, fez uma análise documental sobre o tratamento da Uber dado aos motoristas no site da própria empresa, aplicou questionários a nove condutores da Uber, entrevistou dezesseis motoristas da empresa e analisa criticamente os aspectos psicossociais do neoliberalismo a partir dos dados coletados da entrevista. O que é relevante, tendo em vista que há poucas pesquisas sobre o tema e se trata de um fenômeno social novo o qual atinge milhões de trabalhadores no mundo.

Contou primeiramente com a investigação teórica do conceito lacaniano “discurso do capitalista” e do “neoliberalismo”. Utilizou determinadas referências, sociológicas e psicanalíticas. A base para falar sobre o neoliberalismo está no livro “A nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2009). A categoria “discurso do capitalista” corresponde à referência “Du discours psychanalytique” (LACAN, 1972). O “mais-de-gozar” está presente no livro “O seminário. Livro 16: de um Outro ao outro” (LACAN, 1968-1969). Em relação à “mais-valia”, sua teorização está no volume 1 do “O Capital” (MARX, 1867). Depois, a fim de caracterizar os motoristas, a empresa-plataforma Uber e o fenômeno da uberização, trabalhou-se com principalmente as seguintes obras: “Uberização: a nova onda do trabalho precarizado” (SLEE, 2017), “Economia compartilhada: fim de emprego e a ascensão do capitalismo de multidão” (SUNDARARAJAN, 2019), “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.” (ANTUNES, 2018), “Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0” (ANTUNES, 2020), “Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado” (ABÍLIO, 2019) e “Uberização: a era do trabalhador just-in-time?” (ABÍLIO, 2020).

Assim, a investigação teve caráter qualitativo. Trabalhou com o universo de significados da teoria sociológica marxista e da teoria psicanalítica lacaniana. Utiliza conceitos acerca dos fenômenos que compõem a realidade social (MINAYO, 2009) a fim de colocar à prova da realidade empírica. Pelo fato de estudar os discursos da Uber e dos motoristas inscritos nela e de utilizar as categorias de análise “discurso do capitalista” e “neoliberalismo”, necessitou-se escolher um método que dialogasse com a Sociologia e a Psicanálise. Por isso, a pesquisa passou a expressar uma inspiração psicanalítica e marxista em sua metodologia qualitativa.

A influência do materialismo marxista está no entendimento de que os fenômenos são históricos e dinâmicos. Isso quer dizer que o neoliberalismo é tido como elemento da totalidade social e histórica, é resultado das determinações históricas e sociais. Ou seja, o neoliberalismo compõe o contexto das manifestações discursivas do sujeito. Corresponde o fenômeno a uma síntese entre as relações sociais e o sujeito as quais, no caso da pesquisa, são discutidas por Dardot e Laval (2009).

Já, a participação da Psicanálise na metodologia está prevista na maneira como as entrevistas serão encaminhadas e na contribuição à crítica social. Em respeito à expressão humana, perguntas não diretivas serão feitas. Mediadas pela relação entre pesquisador e pesquisado, os questionamentos têm a função de estimular o acesso aos significantes próprios de cada sujeito entrevistado. Com o vínculo entre entrevistador e entrevistado, Rosa (2010) fala que os dados coletados são construídos. Quando se estimula o pesquisado, através da demanda do pesquisador, conteúdos são mais ditos e há mais implicação na entrevista. Em relação à contribuição à crítica social, a teorização dos aspectos inconscientes da interação humana, dentro e fora da clínica psicanalítica, atua no aprofundamento da crítica social, comum na Sociologia. Ele traz a análise de conteúdos inconscientes do sujeito na dinâmica social.

A Sociologia e a Psicanálise, presentes na investigação, como diz Enriquez (2005), possuem o mesmo objeto de estudo: o desenvolvimento do laço social. O autor afirma que não é possível pensar a Psicanálise fora do social, visto que a constituição do sujeito acontece devido à inserção dele no âmbito social. Assim, a dicotomia entre sujeito e sociedade não faz sentido. Afinal, o sujeito está em vínculo com os outros seja no trabalho ou na família. Identifica-se a partir dos valores compartilhados por seu grupo social. “É constituído a partir do desejo do outro, recriado a cada relação com o outro, e depende da modalidade de laço social” (ROSA; DOMINGUES, 2010, p. 183). A via de acesso a ele é pelo discurso, comunicação que pressupõe certa modalidade de laço social.

Vale ressaltar que tal posição entre os dois saberes:

[...] não se trata nesses casos de incorrer em alguma espécie de déficit sociológico, mas insistir que nenhuma perspectiva sociológica pode abrir mão de compreender a maneira como os sujeitos investem libidinalmente os vínculos sociais, mobilizando com isso representações imaginárias e expectativas de satisfação que muitas vezes acabam por inverter o sentido de determinações normativas que visam racionalizar tais vínculos. (SAFATLE, 2008, p.114).

Desse modo, a investigação se debruçou na produção social da subjetividade contemporânea. A princípio, decidiu-se em desenvolver os segmentos da pesquisa após a introdução. Tanto as categorias da teoria psicanalítica quanto as da marxista foram dissertadas no segundo e terceiro capítulos. Os segmentos desempenham uma reflexão crítica sobre as categorias trabalhadas. São de fundamental importância, por serem a base teórica da pesquisa empírica. Já, o quarto capítulo, com base no segundo e no terceiro, visou principalmente expor as análises das falas dos motoristas das entrevistas e dos questionários.

No segundo capítulo, a ênfase dada se referiu à compreensão sobre sujeito e subjetividade nas teorias utilizadas. O intuito desse capítulo foi determinar qual visão de sujeito a dissertação se baseou para analisar o seu objeto de pesquisa, uma vez que não é viável avaliar um fenômeno sem qualquer perspectiva interpretativa. Com isso, almejou-se definir o que é sujeito e como se constitui, fazendo comparação com correntes filosóficas, como liberalismo e cartesianismo, e demarcando a ciência que cada teoria mencionada exprime. O resultado foi a síntese entre os autores Marx e Freud a partir do conceito lacaniano discurso do capitalista.

Em seguida, no terceiro capítulo, objetivou-se elaborar a definição do discurso do capitalista, de cunho neoliberal, e o seu contexto social. Esse discurso formata um tipo de racionalidade, conforme Dardot e Laval (2009). Expressa uma subjetividade, com base no saber mercadológico. A quantificação, presente nesse saber, é o artifício encontrado para definir o valor do trabalho, dos produtos e, em geral, da vida, transformando o sujeito em empresa. É a partir desse mecanismo discursivo que a análise documental do site e blogue da Uber, a análise das entrevistas e dos questionários foram realizadas no próximo capítulo.

O presente trabalho contou com o quarto capítulo. Uma análise documental do site e do blogue da Uber quanto à relação da empresa com os motoristas foi desempenhada a fim de elucidar cientificamente o discurso defendido pela Uber. Também, realizou-se uma análise das entrevistas com os motoristas da empresa e dos dados dos questionários, com o propósito de identificar a existência ou não de elementos do discurso do capitalista. Tudo isso para obter resultados que respondam a problematização da investigação.

É importante enfatizar que específico recorte da realidade foi estabelecido, com vistas a determinar nuances de mecanismo discursivo da empresa e dos motoristas quanto ao neoliberalismo. Por isso, é preciso primeiramente caracterizar a plataforma, sua definição, seu histórico, seus objetivos e seus produtos. O trabalho empírico remeteu a uma análise dos conteúdos expressos no site e blogue da Uber e das informações dos motoristas. Baseou-se nas categorias discurso do capitalista e neoliberalismo, objetivando compreender a subjetivação no contexto neoliberal.

2 SUJEITO E SUBJETIVAÇÃO

A categoria “sujeito”, de origem filosófica, foi utilizada, por Lacan, no sentido de subverter o cogito cartesiano. No lugar da racionalidade, a perspectiva lacaniana trouxe o inconsciente como substância formadora do sujeito. Isso representa uma reviravolta epistêmica sobre a modernidade que já tinha sido apontada, por Freud (1900 [1899]), inicialmente na obra “A interpretação dos sonhos”.

Em termos da sua subjetivação, o sujeito lacaniano é estruturado na linguagem, ainda que, com falhas, expressos nos restos não simbolizáveis. Ou seja, é um tipo de sujeito que não pertence à lógica do estruturalismo por completo, como diz Stavrakakis (2007). A simbolização não traduz o registro do real do corpo e da libido totalmente. O encadeamento simbólico de significantes em modo metonímico ou metafórico deixa restos do real, representados pelo objeto *a*.

A figura de alteridade fundamental, no processo de subjetivação lacaniana, é o Outro. Expressa o lugar de referência do desejo e da imagem subjetiva. Está relacionada com a mãe ou algum cuidador primordial. Nesse caso, sujeito em Lacan é social, o que de certa forma se assemelha com a noção marxista de sujeito. Entretanto, tal noção afirma o caráter universal do ser genérico consciente e livre, algo destoante da Psicanálise, comparação que será melhor discutida ao longo do capítulo.

Diante das diferenças e aproximações, o aspecto principal de analogia entre Marx e Freud se refere à subjetivação discursiva elaborada por Lacan. O autor (1968-1969) associa a mais-valia, um conceito trabalhado por Marx, ao mais-de-gozar. A compreensão de renúncia à retribuição do trabalho, presente na mais-valia, é assimilada enquanto mais-de-gozar na teoria lacaniana do sujeito.

A noção de renúncia, vinda de Marx, foi importante para análise e entendimento do processo discursivo. Definiu a renúncia ao gozo. Sendo sobretudo percebida a igualdade da mais-valia com mais-de-gozar, com a existência do mercado do Outro - aspecto comum no neoliberalismo.

É através dessa associação entre Marx e Freud que o capítulo se pautará. Antes, analisará as concepções de sujeito dos saberes já citados. Vai ser necessário, em virtude da definição dos aspectos a serem dialogados entre as perspectivas, como a teoria lacaniana dos discursos, a qual disporá sobre a subjetivação neoliberal.

2.1 O sujeito do inconsciente em Lacan

Despontando-se do saber moderno, Freud (1900 [1899]) traz a concepção de que o ser humano, formulado em sua teoria, é o conteúdo inconsciente, quer dizer, tem origem nas formações inconscientes. Em vez de afirmar o pensamento ou o intelecto como a principal faculdade humana, conforme Descartes (1637) já havia dito – filósofo fundamental para a epistemologia das psicologias, Freud (1900 [1899]) defende que o desconhecido possibilita a constituição do ser. É o conteúdo impensável, em sua contrariedade quanto à razão, que estabelece o sujeito. Ou seja, a fonte primordial do psiquismo humano é da ordem inconsciente, não sendo possível o ato de conhecer sobre o ser, a consciência, trazer à tona o fundamento do que pode se dizer sobre sujeito.

É uma noção bem diferente da de Descartes. Para o autor (1637), a atividade de pensar proporciona a existência do eu. É somente pensando que o ente será um sujeito. Melhor dizendo: através do exercício do questionamento, da dúvida, é possível chegar ao eu. Indaga-se o que sou eu. Portanto, sua identidade vem do ato de pensar. É uma ação sobretudo racional. A condição da existência do eu está no ato de pensar. Tão logo a ação se encerra, também a existência do sujeito se desvanece. Perante isso, o sujeito conta com Deus no sentido de assegurar o seu pertencimento ao universo cartesiano. A verdade está no eu, de caráter racional, a qual é mantida a princípio por Deus. É necessária para o desenvolvimento da ciência.

Tal consideração é um marco para a ciência. Foi Descartes quem defendeu pioneiramente a possibilidade de o sujeito ser estudado por ela, ser objeto de investigação. O próprio pensar sobre o ser passou a ser uma questão importante para a ciência e para a filosofia, tanto que é a única certeza que o sujeito cartesiano tem diante das dúvidas. Em sua perspectiva, o sujeito se refere ao eu racional. É por meio da atividade do pensamento que o eu se livrará dos enganos e dos julgamentos equivocados dos outros. Por isso, Descartes (1637) dissocia a alma (a razão pura) do corpo e das emoções, elevando a uma condição superior e legítima do ser, visto que o corpo e as emoções eram considerados elementos inferiores, associados a uma vida animalesca. Só a atividade racional, diferente da inconsciente, é capaz de responder sobre o sujeito em sua superioridade sobre a natureza. Ademais, a razão dá existência ao ser humano ao passo que o sujeito só passa a existir quando está pensando.

Outro filósofo que se contrapõe à compreensão metapsicológica de sujeito é Hegel. Este (1807) defende que o Espírito é racional. Até chegar ao Espírito é preciso desenvolver a racionalidade, porque o início da vida humana é caracterizado pela consciência desco-

nhecida. Somente a partir do exercício processual da racionalidade que o ser humano alcança a totalidade do real, a verdade, possuindo uma consciência esclarecida.

Nota-se, assim, o quanto o sujeito da Psicanálise se destoa da Filosofia Moderna. Diferentemente de Descartes e Hegel, Freud (1900 [1899]) afirma que a desrazão é o principal motivo da existência humana, trazendo uma concepção positiva sobre ela. Lacan (1957) complementa, enunciando o fato de o sujeito ser depende do não-pensamento e que o ato de pensar está relacionado com o não-ser. Isto é, ser e pensar não estão coadunados. O humano somente consegue ser quando não pensa, pois só assim alcança os resquícios de seu gozo primário, “sob a forma do objeto *a* de sua fantasia” (QUINET, 2000, p. 14). Não tem alguma essência ainda quando não pensa. Chega próximo ao que pode se dizer sobre o ser, representado pelo semblante de ser. E o Outro, elemento-mestre na formação do sujeito, mais uma vez não garante uma substância de ser. Falta a ele significação definitiva.

O cogito lacaniano opõe o “penso onde não sou” do sujeito inconsciente ao “sou onde não penso” relativo ao objeto *a*, fora do significante, lá onde o sujeito busca seu ser para-além (ou aquém da linguagem). Mas mesmo aí ele não encontra ser: o objeto *a*, como causa do desejo, não é mais que um semblante de ser. O objeto é semblante do ser e o sujeito é falta-a-ser, *want to be*. (QUINET, 2000, p. 15).

Segundo Fink (1993), tanto Freud quanto Lacan defendem o aspecto inconsciente do pensamento como sendo o motivo da prática deles. Nesse caso, os conteúdos inconscientes causam o discurso do pensamento. Há algo por trás do pensamento: os aspectos inconscientes do sujeito. Assim, esse ser tem a existência fundamentada na procura de sua causa, expressa no sem-sentido do discurso. O que se pode denominar de pensamento consciente se refere à racionalização. Contrariamente a Descartes, na visão da Psicanálise, a razão, o pensamento não é a principal causa do sujeito.

Ocorre aí uma subversão do cogito de Descartes (1637), um deslocamento do entendimento de sujeito. Na abordagem psicanalítica, a não-razão possui características do psiquismo, tendo em vista o aspecto de o inconsciente ser causa dos comportamentos humanos. O eu racional não é detentor da causa fundamental do sujeito. O que de fato expressa se refere a afirmações que fortalecem sua autoimagem ideal.

A natureza humana é baseada em supostos saberes, permeados de materiais desconhecidos, sem alguma substância. Sua estruturação decorre de uma falha, quer dizer, do não-saber, de caráter inconsciente. Não é totalmente apreendida. Consequentemente, os conteúdos inconscientes não são completamente subjetivados e preenchidos de sentido. Não é possível conhecê-los; porém são registrados, inscritos, por fazer parte da conexão entre signifi-

cantes de um sujeito (FINK, 1993), remetendo à compreensão lacaniana do sujeito enquanto suposto, impreciso.

Desse modo, o discurso científico da Psicanálise só se depara com o real na função de semblante. Para Lacan (1971), isso representa que o real apreendido se trata de significantes, vindos dos efeitos sonoros das letras. A verdade como um absoluto não é possível, pois o real não é completamente exposto, faz furo no discurso científico diante de sua impossibilidade de ser conhecido.

Esses conteúdos inconscientes, fonte essencial da subjetividade metapsicológica, são inacessíveis. Também são atemporais. Não apresentam presença da dúvida, certeza ou negação, enfim, uma lógica racional. Compõem as pulsões psíquicas. No entanto, não se subentende que o desconhecido deixa o ser humano em estado de embotamento. A atividade mesma do sujeito é baseada no incompreensível. Isto é, o conteúdo desconhecido é ativo. É causa do desejo humano, constituindo existência do sujeito. Provém não de aspectos biológicos meramente, mas da sexualidade.

Além disso, analisar a categoria “sujeito” tradicionalmente é reproduzir o parâmetro da universalidade, tão presente na filosofia, o que, para Freud (1933 [1932]), é problemático. As perspectivas de Descartes e de Hegel mesmas se tratam de visões de mundo sem se ampararem na concretude do empirismo e na particularidade. Desse modo, como a Psicanálise prioriza a particularidade frente ao universal, as suas interpretações não refere ao ser humano totalmente. Por isso, Elia (2010) fala que o saber psicanalítico opera somente sobre um sujeito, o da ciência. Não abarca completamente a pessoa, tendo em vista ser apenas uma tentativa de se aproximar do ser humano real. E se ressalta que é um sujeito subversivo, contrastado com outras definições. Ele, na concepção freudiana, não possui substância ou essência que favoreça a noção de um ser permanente.

O sujeito do inconsciente tem sua expressão efêmera, porque a aparição é sem sentido e transitória de seus conteúdos inconscientes. Como suplência, necessita ter várias identificações. O que é considerado fora da teoria psicanalítica, por incrível e contraditório que pareça, é um material clínico importante, uma vez que os conteúdos inconscientes não se conformam em absoluto à pesquisa científica. Todo caso clínico é singular. Não é possível um caso ser modelo para outro, necessitando o saber da Psicanálise está aberto a reelaborações.

O inapreensível representa um sintoma inconsciente a ser elaborado o qual pode falsear a própria teoria, porque a construção do saber psicanalítico não funciona meramente com constatações de suas hipóteses. A metapsicologia é inacabada, ao contrário do entendimento de uma visão de mundo. Não se propõe construir uma ontologia do ser, um saber final

e essencial. Corresponde a um discurso específico, dentre outros, tal como é a ciência. Ainda sim, de certo modo, diferencia-se da ciência, pois não formaliza a verdade a ponto de objetivá-la.

Nesse caso, o saber psicanalítico faz referência ao discurso articulado do sintoma. Atém-se em elaborar coisas determinadas enquanto as demais ficam impedidas de serem percebidas. “É no registro da verdade do sujeito e da subjetivação da verdade que se situa a ética que se vincula à clínica psicanalítica na abordagem do sintoma” (QUINET, 2000, p. 123). Para tanto, Freud revisou e reformulou diversas vezes a sua teoria. Foi o caso da mudança da primeira tópica, presente na obra “A interpretação dos sonhos” (FREUD, 1900 [1899]), para a segunda, elaborada inicialmente no “O eu e o isso” (FREUD, 1923). A crítica ao princípio do prazer, no texto “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920), é outra alteração que o autor fez em sua teoria. **PRECISA DE MAIS COESÃO**

Foi observando conteúdos psíquicos de seus pacientes destoantes das teorias vigentes que Freud passou a construir uma nova ciência, indo além dos pressupostos científicos da época, por priorizar o âmbito particular, singular da clínica na produção do conhecimento. Já, com a utilização da técnica “associação livre”, teve condições de chegar aos conteúdos inconscientes, e assim elaborar a noção de sujeito, por mais que não utilizasse o conceito. A observação e análise de conteúdos inconscientes na forma de sintomas foi um avanço no desenvolvimento da teoria psicanalítica. As doenças mentais as quais aproximavam o paciente da experiência de seus elementos inconscientes foram e são materiais relevantes.

Ao estabelecer uma relação de transferência que representasse e recordasse um dos vínculos afetivos mais importante para o paciente, o sujeito era capaz de emitir mais facilmente formações do inconsciente repetidamente, como lapsos, atos falhos, sonhos, sintomas e chistes, na análise. São formações que metaforizam algo inconsciente, daí a importância delas. Mais especificamente, são significantes em cadeia. Falam a verdade do ser, composta pelo discurso do Outro.

O eu, instância da consciência, para fazer valer, tenta negar pensamentos inconscientes. Já, o pensamento inconsciente não se preocupa se possui sentido ou obedece a determinada lógica necessária para avaliação positiva do eu. Curiosamente, os conteúdos inconscientes ascendem ao meio externo, por causa das falhas da fala do sujeito. Certos elementos inconscientes, na forma de representação dos representantes da instância psíquica mais inconsciente, chegam a ultrapassar as defesas do ser humano. Os representantes das pulsões, investidos de traços mnêmicos, almejam realizar sua meta que é a satisfação. Para isso, precisam ir

além das defesas psíquicas, podendo utilizar uma série de artifícios linguísticos: condensação ou deslocamento.

Assim, a produção do saber psicanalítico foi sendo produzida aos poucos. Por meio de técnicas usadas na experiência empírica da clínica, foi sendo construída. O criador se utilizou principalmente de informações sobre os sonhos e os sintomas histéricos de seus pacientes, caminho de acesso privilegiado aos materiais inconscientes, tal como descreve no texto “A interpretação dos sonhos” (FREUD, 1900 [1899]).

A pretensão de Freud foi romper com as ilusões originadas pelas visões de mundo. Em substituição, foi estabelecida uma compreensão, de modo racional, do mundo. No entanto, pontua-se que as formações inconscientes demonstram a incerteza do juízo consciente do sujeito. As próprias visões de mundo são resultados de conteúdos inconscientes. As pessoas se vinculam a elas de maneira inconsciente também. Somente se supõe sobre as afirmações subjetivas, o que é bem diferente da concepção positivista de Descartes. A partir disso, nota-se a negatividade da dialética que Lacan trouxe para o entendimento de sujeito.

Ao mesmo tempo, é notório que Freud teve como referências determinadas preceitos da ciência moderna. Utilizou técnicas na experiência empírica que validaram ou romperam com suas hipóteses, bem típico do princípio da falseabilidade. Assoun (1990) defende que a metapsicologia se baseou nos modelos das ciências da natureza, por lidar com o material psíquico a partir da dimensão dinâmica, tópica e econômica. O caráter dinâmico vem ser a maneira como os conteúdos psíquicos se comportam. Movimentam-se entre os sistemas psíquicos. O segundo aspecto se refere a lugares onde o aparato psíquico se encontra. Correspondem aos sistemas ou às instâncias psíquicas as quais funcionam de modo interdependente, chamados de *id*, *superego* e *ego* ou isso, supereu e eu respectivamente. Já, sobre a dimensão econômica, o fato de os materiais psíquicos serem dinâmicos tem a ver com a quantidade de energia investida, no conteúdo, para cada instância.

Então, o método científico foi o escolhido para fundamentar a teoria psicanalítica, pois funcionava em contraste com a visão de mundo, com a ilusão. Não objetivava totalizar o saber, transformando-o em verdade, pois existe uma explicação causal do fenômeno psíquico. Não é meramente uma descrição separada do contexto sobre o sintoma que validará o saber psicanalítico. Busca além da aparência imediata do sofrimento que muitas vezes não é levada em consideração na formulação do sujeito. Investiga o que de fato traz à tona, por meio de uma rede de relações causais desse fenômeno. E vem do movimento do geral (sistema social) para o particular.

Entretanto, por mais que a teoria psicanalítica seja baseada na ciência, sua elaboração se dá através elementos diferentes dela, já que a ciência trabalha, segundo Fink (1993), com o sujeito cartesiano, o da consciência. A ciência foraclui a sujeito do inconsciente ao pretender a objetividade do saber dele, porém a própria objetividade depende de seu criador, o sujeito. Isso fica claro quando Lacan (1967-68) afirma que o seu objeto de investigação é o sujeito do suposto saber, o qual é somente identificado pelo discurso.

O discurso se dá pela simbolização da linguagem, por isso representa o objeto material para a área. Determina a subjetividade, pois diz sobre o inconsciente e o sujeito de maneira suposta. Ou seja, a existência do sujeito se deve à linguagem, mas há algo anterior a ela: o real, o motivo pelo qual ocorre a subjetivação, afinal a busca pelo desejo tem fonte no real.

Para tanto, analisa-se a existência do sujeito, efeito da linguagem de determinado grupo cultural, a fim de alcançar algo anterior ao sujeito: o real, que foge e não se conforma com o simbólico socialmente aceito. É o grupo social quem oferece a linguagem, estruturada ideologicamente; isto é, a constituição do sujeito é dependente da ordem sociocultural vigente de determinado grupo social, o sujeito nasce pertencente a determinado caráter social.

Nesse caso, o sujeito fala!, e isso é muito importante para a Psicanálise. É através da fala que o ser humano expressa suas formações inconscientes, resultando na sua existência. O sujeito se estabelece pela linguagem. Tal ação se dirige ao Outro. “[...] implica o reconhecimento do Outro e a articulação, em palavras, da demanda e do desejo em relação a Outro” (QUINET, 2000, p. 43). Pela linguagem, o ser humano é instituído na forma de sujeito barrado. O falante diz, sem intenção, desvios das pretensões conscientes. Irrompem transitoriamente elementos estranhos ou extrínsecos em sua fala, caracterizando o sujeito de inconsciente (FINK, 1993).

Como ser de linguagem, o sujeito humano se constitui no domínio do verbal. Trata-se de um domínio no sentido de um campo, um território, um universo, que contém e subsume o sujeito, mais do que um domínio de uma função, isto é, de algo que o sujeito pode dominar ou não. (ELIA, 2010, p. 18).

“Em termos temporais, o sujeito aparece apenas como uma pulsação, um impulso ou interrupção ocasional que imediatamente se desvanece ou se apaga, “expressando-se”, desta maneira, por meio de significante” (FINK, 1993, p. 63). Quando reconhece alguma representação inconsciente, entende que faz parte dela o que era até então desconhecido. Ainda sim, as falhas só supõem o sujeito, segundo Elia (2010). Citando Lacan, Fink (1993) fala da presença de aporias no simbólico, dando a entender sobre o real. O que é válido para um saber que se propõe ser movimento e ter caráter particular.

Isso faz com que o falante não pare de se inscrever, constituindo assim a sua subjetividade. Inscreve-se até mesmo além de exemplos tradicionais de fala, porque a ordem simbólica está presente também no gesto, na expressão do rosto, na dança e nas artes plásticas. O importante é que tais produções de sentido sejam regidas pelos significantes. A explicação dessa condição está na linguagem. A articulação de um significante com outro traz sentido.

Em outras palavras, o sujeito é constituído pelo encadeamento simbólico dos significantes a partir do significante-mestre, todos com função representativa. A cadeia simbólica funciona na medida em que um significante significa o sujeito para outro significante. No entanto, os operadores da linguagem não chegam a significar completamente o real. Conseguem criar a existência do sujeito, com a produção de significados de caráter imaginário quanto ao real perdido.

Para Lacan (1932, p. 248 *apud* Ogilvie, 1987, p. 31), “por mais ilusório que seja, esse sentido, do mesmo modo que qualquer fenômeno, tem sua lei”. É uma afirmação que diz sobre a possibilidade do sonho ou ato falho terem sentido a ponto de ser objetivados, pela teoria psicanalítica. Ao mesmo tempo, o propósito principal da interpretação psicanalítica é chegar aos determinantes fundamentais do comportamento humano, reduzindo os significantes ao não-sentido, considerados os aspectos irreduzíveis deles. São aqueles componentes que realmente deixam o sujeito assujeitado e que não têm sentido.

Daí, vem uma das semelhanças entre Lacan e Freud. Os dois não trabalharam com coincidências. Fizeram questão de levar o sujeito a sério até mesmo as ilusões dele. Fizeram dessas ilusões seu objeto de pesquisa, submetendo-as ao rigor do método psicanalítico. Dessa maneira, a área trabalha com conteúdos inconscientes. E estes dão substância à formação do sujeito. Estão no:

[...] campo primordial da experiência psicanalítica do sujeito, o estruturam como sistema quer de representações (*Vorstellungen*), de traços de memória (*Erinnerzeichen*), de signos de percepção (*Wahrnehmungszeichen*), que se organizam em condensação e deslocamento. (ELIA, 2010, p. 32).

Um exemplo foi a investigação freudiana na obra “Interpretação dos sonhos” (FREUD, 1900 [1899]). O autor analisou o inconsciente manifesto e latente nos sonhos, com base nos mecanismos linguísticos, traduzidos, por Lacan, como metáfora e metonímia. Percebe-se aqui que já nesse momento Freud utilizava a linguagem para representar o inconsciente e entendia a necessidade de existir uma dimensão simbólica nos conteúdos inconscientes, tanto que Lacan (1953-54, p. 9) reafirma tal postura:

Mas, quando interpretamos um sonho, sempre estamos cheio de sentido. O que está em questão é a subjetividade do sujeito, nos seus desejos, na sua relação com seu meio, com os outros, com a própria vida.

O sentido é colocado ao nomear o fenômeno. Com isso, é possível investigá-lo. De certo modo, existe uma tentativa de racionalizar o conteúdo inconsciente. Algo bem transgressor para a filosofia aristotélica, afirma Ogilvie (1987), a qual conclui dizendo da impossibilidade de existir uma ciência do indivíduo. Na perspectiva psicanalítica, acesso ao inconsciente se dá pela linguagem. O instrumento simbólico garante a sua estruturação, favorecendo a sua interpretação no objetivo de encontrar elementos sem sentido. Defender o inconsciente como uma ilusão banal é rotulá-lo como uma força misteriosa e obscura sem relevância científica, o que não vem ao caso da Psicanálise.

Através da fala, a análise psicanalítica tem condições de identificar o sujeito do inconsciente. Foi isso que Lacan tomou como pressuposto em seus estudos sobre a metapsicologia. Trabalhou com o conceito “sujeito”, tendo a compreensão de um ser. Definiu-o de maneira lógica diferentemente de Freud, o qual não chegou a sistematizar o construto.

Certo que Lacan retornou a Freud, por afinidade teórica e, além disso, por se contrapor a interpretações erradas de psicanalistas americanos e franceses. De acordo com Ogilvie (1987), ir a Freud é se afastar do psicologismo, do antropomorfismo na análise do inconsciente e do equívocos interpretativos sobre a metapsicologia. O autor (1987) considera que a singularidade do percurso teórico parte dos pressupostos da Psicanálise, por isso Lacan não repetiu simplesmente a teoria freudiana. Permitiu-se produzir novas conceituações, devido ao seu percurso particular como teórico e analista.

A noção lacaniana de sujeito, por exemplo, refere-se ao encadeamento de significantes, definição que não estava prevista claramente em Freud. O sujeito é efeito do que um significante é para outro. Ambos têm um conteúdo principal: o inconsciente. Entretanto, os elementos inconscientes são anteriores aos significantes. A proporção que são simbolizados o desejo é produzido, demarcando uma falta. Desse modo, o desejo expressa algo anterior a sua própria existência.

A existência do sujeito está condicionada à linguagem, tida como transcendental, anterior a ele. Através do Outro, a linguagem é introjetada, passando a ser instrumento de reconhecimento de si e da realidade exterior. Ou seja, a origem de tal articulação está no Outro. Mais especificamente a existência do sujeito se estabelece no encontro com o desejo do Outro (referente à figura da mãe). Para isso, o sujeito tenta responder o que o Outro quer dele. É um tipo de desejo que causa o ser e, posteriormente, o desejo desse ser. A criança passa a desejar

quando, então, imagina, tenda a representação na fantasia, como deveria ser para atender o desejo do Outro. Percebe-se, nesse caso, a atuação do Outro como desejo.

Mesmo assim, a linguagem, enunciada pelo Outro, apresenta falhas de estruturação (as quais são mais evidentes na subjetivação feminina), por não representar totalmente o sujeito. Deixa restos, relativos ao registro do real. Também substitui a vida anterior do humano, a qual não fazia distinção do que era externo e interno e apresentava uma experiência de satisfação polimorfa. Era uma etapa em que prevaleciam as necessidades orgânicas sem a constituição de sujeito. Segundo Elia (2010, p. 40):

O momento da necessidade não faz parte da história do sujeito, e, do ponto de vista desta história, esse momento só pode ser mítico. Se nascemos com necessidades, nunca a experimentamos pura ou diretamente, ou seja, sem a mediação da linguagem. A vida biológica é, como tal, excluída da experiência do sujeito, que só se relacionará com ela por intermédio da linguagem, o que evidentemente a modifica, a pulveriza, a fragmenta.

Com o acesso ao discurso, o sujeito vive o efeito da castração. Perde a relação direta com as coisas para assim operar simbolicamente a realidade, causando a renúncia ao gozo. Morre o que já foi um dia, com sua inserção numa segunda natureza, a da cultura.

Na verdade, a noção de sujeito nasce, por causa da inserção do ser na linguagem. O sujeito ascende a essa condição em detrimento de ter que renunciar ao gozo. Até bem antes de a criança nascer, seus pais definem um lugar para ela na ordem linguística, com a nomeação, as interpretações dos comportamentos intrauterinos dela e a imaginação sobre como é a criança (FINK, 1995).

Previamente, ocorre a constituição do lugar linguístico da criança, remetido ao Outro da cultura, porém só vai operar psiquicamente, por meio da castração. Através dessa operação, o gozo renunciado de fonte corporal é deslocado, em certa medida, para o Outro. Desde então, o Outro como linguagem passa a desfrutar desse gozo ao invés do sujeito. Ou seja, “é somente na medida em que nos alienamos no Outro e nos oferecemos como suporte do discurso do Outro que podemos compartilhar alguma parte do gozo circulante no Outro” (FINK, 1993, p. 125-126).

Freud (1923) contribui com a definição da castração, constando que se trata de uma operação psíquica de perda simbólica do falo, o qual corresponde ao pênis (porque era assim que a cultura de sua época o representava), tanto na menina quanto no menino. A experiência de perda ou mesmo de ameaça é traumática para o sujeito. Por vezes, chega o sujeito a metaforizá-la em outros objetos ou situações, como no corpo e nas fobias. Causa prejuízos a castração ao ideal do Eu. Contribui com a formação do sentimento de inveja contra quem pos-

sui pênis e do tabu da virgindade. Além disso, o complexo de castração está associado ao de Édipo no desenvolvimento sexual do sujeito, o que não deixa de ser da própria subjetividade.

Na fase fálica da sexualidade humana, o pênis corresponde a uma zona erógena essencial. Atua como um objeto autoerótico e colabora com a formação do *ego*, isto é, não é somente um órgão biológico. É considerado um falo, um artifício constituinte da imagem do *ego*. Dessa maneira, necessita de significação, porque a diferença anatômica dos dois sexos por si só não diz o que é.

Em virtude disso, Lacan (1956-1957) afirma que o falo não é o pênis em si, e sim um operador lógico. No intuito de romper com a interpretação mitológica do complexo de Édipo, utiliza a lógica estruturante da ordem simbólica para explicar, de certa forma, o desejo enigmático materno, importante para a produção do sujeito. Entende que significante tampona o vazio inconsciente não simbolizável, o qual se refere à falta a ser, à falha da estrutura.

A ordem simbólica exerce “a função de suprir a falta do/no Outro” (QUINET, 2000, p. 46). O Outro, por sua vez, institui a função alienante da linguagem. Em meio a ele, o desejo é constituído. “Permite ao sujeito se fazer representar em face daquilo que, enquanto tal, não tem representação no inconsciente: a diferença sexual, o sexo” (ELIA, 2010, p. 59). Como o Outro está apontado para o desejo do pai ou da mãe, a cultura interdita o ato, por meio de uma figura de autoridade, no intuito de preservar a união entre os semelhantes.

Mesmo assim, a segunda natureza é precária. A cultura não dá condições de o sujeito se satisfazer completamente. Ao mesmo tempo, tem papel fundamental na constituição do que agora pode se dizer de sujeito. A renúncia gera pulsão de morte. O sujeito é capaz de agredir até a ele mesmo. A renúncia, causada pela cultura, das pulsões desencadeia a resposta de agressão do sujeito:

[...] o ser humano não é um ser manso, amável, no máximo capaz de se defender se o atacam, mas que é lícito atribuir a sua doação pulsional uma boa quota de agressividade. Em consequência, o próximo não é somente um possível auxiliar e objeto sexual, senão uma tentação para satisfazer nele a agressão, explorar sua força de trabalho sem ressarcir-lo, usá-lo sexualmente sem seu consentimento, roubar o seu patrimônio, humilhá-lo, infringi-lo dores, martirizá-lo e assassiná-lo. (FREUD, 1930, [1929], p. 108, tradução nossa).

Rey-Flaud (2002) comenta que, em um momento anterior à lei castradora da cultura, ocorre a ruptura do estágio de indiferença com o mundo. As excitações externas e depois as internas (estas últimas vindas de necessidades vitais) rompem com tal indiferença. O problema é que a fonte dessas necessidades vitais é ilimitada, não sendo possível estancá-la. Por

isso, um núcleo radical de desprazer vai sendo criado no ser. Este, por sua vez, reage ao desprazer de forma odiosa.

Ainda assim, a posição de ódio do ser é importante, por representar a primeira atividade dele. Também é considerada a primeira experiência de morte. Em seguida, mais uma vez, o ser passa por uma situação de morte, através do contato com a linguagem. Tem uma experiência de castração, porque a linguagem é impotente. A vantagem é que a linguagem visa “[...] a restituir ao sujeito a quietude do primeiro narcisismo e a amainar o ódio em nome do amor [...]” (REY-FLAUD, 2002, p. 7).

Percebe-se então o caráter bipolar da natureza humana. Tanto detém a pulsão de morte quanto a de vida. O sujeito busca o amparo do outro para sobreviver, mas também reage agressivamente quando tem suas pulsões inibidas. O Eros que a sociedade desenvolve não evita completamente comportamentos que representam o Tânatos. As atividades psíquicas superiores sublimatórias, como a arte e a ciência, e a moral civilizada favorecem o vínculo entre os humanos, porém não acabam com a pulsão de agressividade. Isso se deve ao fato de o mecanismo de sublimação somente desviar a meta dessa pulsão, proporcionando uma satisfação parcial e aquém em relação ao estágio anterior à alteração.

A moral é outra produção cultural que favorece a socialização, mas também não acaba com o Tânatos. Constitui parte do *superego*, tendo o papel de julgar pulsões aptas ou não a serem realizadas. O que está contra a consciência moral certamente é motivo de o *superego* agredir o *ego* para evitar que o conteúdo imoral seja expresso. Todavia, tal elemento recalado permanece na estrutura psíquica. Busca ser realizado, com o seu retorno, por mais que seja uma pulsão de agressão.

Logo, o sujeito não é *a priori* para a Psicanálise. Também não é efeito da natureza biológica. Existe algo além da maturação biológica quando se fala sobre a constituição psíquica. O que prevalece em sua constituição é o campo da linguagem, como diz Elia (2010). O bebê, por exemplo, chora, grita ou gesticula para se comunicar, mas suas mensagens não são entendidas por si só. Não trazem claramente o motivo da manifestação dele. Precisam ser interpretadas, e a interpretação advém do uso da linguagem, por outras pessoas. Assim, acontece a articulação do desejo da criança a partir de instrumentos culturais, passando a ser, de certa forma, compreensível ao sujeito e à sociedade. Há assimilação do Outro enquanto linguagem, localizado perante os processos sócio-históricos.

Com isso, fica evidente a diferença da Psicanálise em relação à Filosofia. Aquela não tem como paradigma um conceito metafísico. Não existe “o sujeito”, “a razão” ou “o afeto” enquanto universais na Psicanálise. A sua formulação se pauta em certo material: a fala. É

um elemento corporal que não é separado do social, visto que é influenciado pela ordem cultural quando o sujeito se insere primeiramente no meio familiar. A fala representa significações, esses objetos de investigação psicanalítica. As significações rompem com o antagonismo entre humano e sociedade.

O sujeito da Psicanálise também não se reduz à Antropologia. Ainda sim, o social continua sendo um dos fatores essenciais para a construção do sujeito do inconsciente. O saber da Antropologia é uma das referências para a metapsicologia, mas ele não responde ao discurso do inconsciente por si só. Especificamente a sua contribuição tem a ver com o conhecimento do sistema geral, que é a cultura, importante na caracterização da singularidade do sujeito.

Para a psicanálise, portanto, o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar em uma ordem social a partir da família ou de seus substitutos sociais e jurídicos (instituições sociais destinadas ao acolhimento de crianças sem família, orfanatos etc.). Sem isso ele não só não se tornará humano (a espécie humana, em termos filogenéticos, não basta para fazer de um ser nela produzido um ser humano, argumento que dá sentido à palavra humanização) como tampouco se manterá vivo: sem a ordem familiar e social, o ser da espécie humana morrerá. (ELIA, 2010).

O social é tão importante que favoreceu a cisão do ser. Com estabelecimento da Lei, as pulsões foram reprimidas. Em nome da sobrevivência, o ser humano teve de renunciá-las, causando a separação de conteúdos psíquicos em conscientes e inconscientes, organizados em partes, *id*, *superego* e *ego*⁸, formando um todo, com base na segunda tópica freudiana. O sujeito passou, então, a ser cindindo em sua constituição.

Além de o social demarcar influência sobre a formação das tópicas psíquicas, enuncia um conjunto de significantes o qual constrói a representação das coisas para a família. Traz o simbólico, parâmetro para a socialização humana e principal meio responsável pela inserção social do sujeito.

Todavia, isso não exprime que o objeto da Psicanálise seja a sociedade. Conforme Ogilvie (1987), Lacan priorizou os efeitos estruturantes na formação do sujeito com o objetivo de entendê-lo, e não as condições históricas e epistemológicas da existência dele. Também

⁸ Devido à influência externa, o *ego* foi formado, correspondendo à instância de percepção da realidade exterior e ao mesmo tempo de realização das investidas do *id* e do *superego*. Já, este último foi constituído pela internalização da Lei. A consciência moral foi estabelecida no sujeito sob uma estrutura psíquica. Cabe a ela julgar o que é apropriado ou não para ser expresso pelo *ego*. O *ego* atende aos anseios do *superego*, por causa do medo de ficar desamparado, sem condições de sobreviver sem o auxílio do outro. E é até culpabilizado, pela pulsão de agressão voltada para ele. Por isso, não expressa suas pulsões, vindas do *id*, de modo geral. O *id*, por sua vez, é a única tópica composta inteiramente por elementos inconscientes. Funciona sem marcador objetivo de tempo, sem juízo moral e sem noção de contradição. Aos poucos, essa influência orgânica vai sendo representada por pulsões, o que demonstra atuação dos significantes da linguagem.

é importante evidenciar que a referida socialização não se faz, por meio de interação entre semelhantes, entre outros primordialmente. Tem como parâmetro o Outro indicador de lugar que evoca a palavra e que está acima dos outros. É ele quem possibilita a lógica do coletivo, fazendo com que os outros se assemelhem entre si. Afinal, os outros e o sujeito estão sendo regidos pela mesma estruturação, a do Outro.

Tampouco, a Psicanálise desconsidera aspecto biológico do sujeito. A base orgânica é fundamental para dar condições de vida ao ser humano e possibilita a experiência social, mas analisar o sujeito é muito mais que caracterizá-lo enquanto um conjunto ordenado de células. Trata-se aqui de se referir à dimensão da experiência subjetiva do ser falante. Nela, ocorrem expressões, traços do inconsciente, articulados de maneira incompleta pela linguagem, resultando em um resto não simbolizável.

Além disso, “o corpo é escrito com significantes” (FINK, 1995, p. 29). Nota-se aí a ruptura com a explicação física de Freud sobre as pulsões em favor da representação linguística de Lacan. A economia libidinal deixa de ter uma base orgânica para está no registro do real, com a perspectiva lacaniana. É o que demonstra Assoun (2003, p. 79, tradução nossa) ao dizer que “[...] Lacan rompe com qualquer realismo da “pulsão” que pudera acreditar em alguma medida na noção (psico)biológica [...]”. Quinet (2000, p. 47) contribui com afirmação, argumentando: “[...] com Freud dizemos que a pulsão é o conceito-limite entre o físico e psíquico; com Lacan podemos dizer que a pulsão é o conceito-limite entre o simbólico e o real [...]”.

As demandas paternas, emitidas pela linguagem, determinam e convocam zonas erógenas específicas da criança (oral, anal e genital). Representam a dominação do corpo da criança, a qual não aceita totalmente tal influência. Causam a reelaboração corporal que deixa de ser de natureza biológica e de apresentar uma zona erógena contínua de perversidade polimorfa para dar lugar ao significante. Uma vez ocorrida a reelaboração, os prazeres corporais passam a ter a mediação do Outro, com zonas específicas. Representa a reformulação o surgimento de uma nova realidade, nomeada pela linguagem.

Ocorre que o entendimento do sujeito se associa à intercalação de significantes. Estes se expressam em uma rede de relações sociais. O que é necessário, pois a sobrevivência do sujeito só se dá em sociedade. O meio proporciona amparo diante das doenças e dos desastres ambientais. Desse modo, o ser humano é um ser social, constituído de significantes. Advém de uma construção social da realidade. Tendo em vista o seu desamparo, busca no Outro o sustento e o preenchimento de uma carência existencial e libidinal. Vai atrás de seus próxi-

mos para também se identificar e formar o seu ideal de eu. Ademais, o Outro convoca o sujeito a formular significantes, é fonte da subjetivação.

O Outro é determinante na formação da estrutura psíquica. Dá condições de o sujeito se inserir na ordem simbólica. Na perspectiva freudiana, seria o Outro lacaniano o cuidador. Indica a dimensão simbólica, a estrutura da linguagem, diferente das definições das palavras ou de valores morais. Trata-se da função do Outro transmitir a estrutura de funcionamento da linguagem.

Para isso, o ser responde às ações do Outro, gerando um ato de subjetivação o qual deixa marcas psíquicas. A partir desse momento, o ser ganha elementos de sujeito. Concomitantemente, tem seu corpo desconstruído, tendo em vista a insuficiência de os significantes trazerem um significado completo do orgânico. Não é possível a simbolização capturar a totalidade e singularidade do corpo (STAVRAKAKIS, 2007). Um furo, um resto não simbolizado, então, é produzido. Com isso, o instinto de fonte vital é findado. Sua nova forma é outra: um sujeito falhado e faltante na sociedade do outro.

O ser se separa da sua natureza primeira e da sua condição animalesca. Em lugar do instinto, acontece a constituição do desejo dele. Entretanto, a nova configuração não reconhece o objeto de satisfação do instinto. Apresenta-se, devido à ação dos significantes, em fragmentos, não sendo possível apreendê-lo por completo. Ocorre, daí, uma representação incompleta do sujeito, tendo em vista que os significantes são incapazes de apreender o real.

O sujeito reage, criando fantasias na tentativa de representar tal objeto do instinto. Lacan (1960-61) denomina essa coisa de objeto *a*. Como não é todo conhecido, causa desejo no sujeito ininterruptamente. Nesse caso, o sujeito age intencionalmente. Expressa seu inconsciente na forma de desejo, o qual é estruturado.

Quando formada, a estrutura reage aos estímulos de acordo com seu modo de funcionamento, dando a entender que o sujeito não é um autômato. O processo de socialização do sujeito é descontínuo, pois o psiquismo tem dimensão própria, com elementos destoantes do social. Ao ser constituído, pelo Outro, expressa reações que ultrapassam o determinismo social, por causa do registro do real e da tentativa fantasiosa de tamponá-lo. Tanto que o social também é significado a partir da fantasia do sujeito.

Para tanto, o processo de formação do sujeito é dinâmico e multicausal. Como diz Ogilvie (1987), a rede de relações sociais se inicia na cultura. Esta, por sua vez, influencia a família, a qual serve de parâmetro na subjetivação do ser humano. São meios sociais que apresentam a linguagem como estratégia de reprodução e produção da cultura, bem como de formação de si. Sobretudo a linguagem traz a existência de coisas à realidade, criada por ela.

Passa a determinar o inconsciente. Para isso, é necessário que o ser se insira no campo linguístico e se despoje da forma negativa da influência exterior, através da operação chamada “estádio de espelho” (LACAN, 1949). EXPLICAR MELHOR

Nesse acontecimento, a função do eu (*je*) é elaborada, mesmo que de maneira ambígua. Se antes vivia em um estágio polimórfico, agora, com o estágio do espelho, uma unidade psíquica incompleta é estabelecida. O sujeito expressa a palavra “eu” em suas enunciações a fim de se identificar. Para chegar a esse nível, a criança demonstra interesse eletivo por determinados objetos ao emitir gritos e gestos (o que já é linguagem). Isso ocorre, pelo motivo de ela associar a imagem dessas coisas consigo mesmo, influenciada pela relação com o Outro, através do processo de identificação. Desse modo, interage com os objetos, procurando-os, imitando-os, percebendo-os e se comunicando com eles.

A busca pela associação imagética tal qual a um espelho tem efeito na formação da estrutura psíquica do sujeito. Passa a ser dividido em dois tipos de relações, a forma externa e a interna, em nível de percepção. Isto é, o próprio sujeito percebe o externo, vem dele mesmo a noção do fora; mas com o auxílio do Outro. Tanto que Lacan (1953-1954, p. 242 *apud* FINK, 1993, p. 54) sintetiza sua dialética da seguinte forma: “[...] logo que o próprio sujeito chega a ser, ele o deve a um certo não-ser sobre o qual ele ergue seu ser [...]”. É um mecanismo próprio de um sujeito dividido em dois, de elementos conscientes e inconscientes, efeito da castração. É expresso nos enunciados linguísticos, como ocorre na relação entre o eu, consciente, e a conjunção “mas” de teor inconsciente.

Todavia, o ser se constitui enquanto eu diferentemente da função do sujeito, a qual opera na e pela linguagem. Esta o aliena de modo a ser referência nas constituições da imagem simbólica de si, através da identificação. É um tipo de alienação diferente da dos “Manuscritos Econômicos-Filosóficos” (MARX, 1844), cuja definição se refere à usurpação da condição de sujeito que o trabalhador, no capitalismo, sofre. Para Lacan (1949), a alienação faz com o ser se subjetive, com base no Outro, de maneira única. O sujeito tem contato com a função de registro da representação da linguagem.

Uma imagem simbólica expressa pelo cuidador e investida de desejo traz efeito na estruturação do sujeito. Representa um elemento imagético unificado de grande importância. Ao ser refletida pelo Outro, a criança a assimila. É um tipo de assimilação que utiliza a ordem simbólica para internalizar as imagens especulares que trazem um valor libidinal atribuído pelos pais. Tal assimilação requer uma atitude de escolha em se assujeitar à linguagem, ser efeito do Outro como linguagem. Mesmo assim, o elemento imagético, provindo do Outro, não é

internalizado ou mesmo convertido na criança. Consequentemente, não é viável recuperar a completude do vínculo entre a mãe e a criança perdida.

Em troca da perda de sua condição onipotente e indivisível, o ser desenvolve a sua condição de sujeito da linguagem, o que é um ganho, precário, mas é. Deixa um vazio, uma falta traumática que será motivo para a busca de identificações secundárias. São identificações que o sujeito vai compreender também como ameaçadoras. Entende que corre o risco de o outro tomar o seu lugar de existência, por isso tem medo do desejo de morte, provindo do semelhante. Mesmo assim, a criança concorda em expressar suas necessidades e se representar, por meio de palavras, considerado um meio distorcido da linguagem (FINK, 1993).

Será em torno desse vazio que o significante falô atuará, tendo a formação de um sujeito dividido. E quem traz o significante fálico é o Outro, uma alteridade que insere o ser no registro do simbólico. É um elemento que nomeia, colaborando com a construção da realidade psíquica do sujeito. Ainda sim, o real, que não é nomeado, é passível de simbolização, produz efeitos: sintomas, alucinações, outras formações inconscientes e, o mais importante, é a causa do sujeito – a verdade dele. Para de fato o real colaborar com o psíquico, associa-se a mais dois registros, o imaginário e simbólico, tanto que só ganha forma quando é em parte simbolizado. É o conjunto desses três registros que vai caracterizar o sujeito, considerado, para Ogilvie (1987), uma nova tópica, elaborada por Lacan, em comparação com a segunda tópica freudiana, porque rompe com o entendimento de que o inconsciente é efeito do recalca-mento mítico.

A rede de significantes é, então, estabelecida no inconsciente. Tem expressão no desejo humano. De teor inconsciente, é aspecto do sujeito tanto para perspectiva freudiano quanto para a lacaniana. Lacan (1960) acrescenta à metapsicologia que o desejo inconsciente é reconhecido pela fala, uma estrutura transcendental. É efeito da estruturação dos conteúdos inconscientes os quais estão articulados pela lógica da linguagem. Isso não quer dizer que tais elementos são traduzidos em palavras na enunciação do sujeito. Pode acontecer que permaneçam somente em cadeias de significantes. Praticamente os processos inconscientes não têm relação com o sentido socialmente aceitável. Não estão organizados temporalmente nem possui uma lógica fundante.

O desejo é elaborado pelo sistema Real-Simbólico-Imaginário. A participação do registro do real se refere à causa, à falta não identificada. O simbólico vem para articular os significantes que dão significado ao desejo. E o imaginário traz a realização dele. Diante disso, o desejo se faz presente no contato com a realidade externa. Associado à fantasia, elenca objetos-alvo para sua satisfação.

O desejo influencia o confronto do sujeito alienado com o Outro. Expressa a motivação dos pais pela criança. Esta é associada ao desejo de imortalidade, vingança, união ou declaração de amor dos pais, sendo diversificado. Pode ocorrer de nem os pais ou algum deles desejar ter a criança. Conforme Fink (1993), qualquer que seja o motivo dos pais, funciona enquanto causa da presença física da criança no mundo. Antes e depois do nascimento da criança, o desejo dos pais perdura. Exerce importante influência sobre o filho, por contribuir com a inserção da criança na linguagem. “Nesse sentido, o sujeito é causado pelo desejo do Outro.” (FINK, 1993, p. 72). Por isso, a alienação da criança não é apenas em termos da linguagem, mas da economia libidinal também. O desejo precisa da linguagem para se manifestar. Há a imbricação dele com a ordem simbólica.

O problema é que o desejo da mãe, a principal figura de cuidado, não se restringe ao filho. Possui outras prioridades e objetos de desejo além do filho, anulando a unidade mãe-criança. Esses objetos exteriores à criança se referem ao terceiro termo, chamado de Nome-do-Pai. Tendo a função de metáfora ou função paterna, o Nome-do-Pai “[...] barra e transforma a unidade mãe-criança real e indiferenciada [...]” (FINK, 1993, p. 80).

A criança nem sabe ao certo que desejo (de caráter inconsciente) tem a mãe. O Outro materno demonstra “[...] que é um sujeito desejante (e dessa forma também faltante e alienado), que também se sujeita à ação da divisão da linguagem [...]” (FINK, 1993, p. 76). Isso leva ao fracasso da criança em tentar ser, com perfeição, o único objeto de desejo materno. Consequentemente, o sujeito se separa da posição de desejar-ser o único objeto de desejo do Outro. Ocorre aí a exclusão do sujeito.

Perante essa incompletude, o sujeito é estruturado de maneira, faltando ser algo, visto que não corresponde complemento o desejo do Outro. Mesmo assim, única a alternativa de o sujeito ter algum resquício de ser é pela alienação. Esta “[...] engendra, de certa maneira, um lugar no qual está claro que não há, por enquanto, nenhum sujeito: um lugar em que algo está visivelmente faltando [...]” (FINK, 1993, p. 74). De maneira artificial, a alienação traz um lugar suposto de afirmação do sujeito: o simbólico. Usa o significante para, em torno do nada, demarcar o lugar possível para fazer existir o sujeito.

Trata-se o simbólico primordialmente de um nome. Registro que ocupa o lugar do desejo do Outro. Nesse caso, é necessária a instalação de um significante, S_1 , enquanto metáfora paterna, o mesmo que Nome-do-Pai ou falo. Isso quer dizer que vai ser preciso o uso da linguagem para que o desejo materno seja simbolizado, transformado em significante, por mais que seja desprovido de sentido. Para complementar a simbolização, o significante S_2 vem a ser uma tentativa de representar metaforicamente o S_1 , atribuindo sentido a ele.

O resultado do encadeamento e da sedimentação de sentidos é o sujeito. Assim, a saída do sujeito barrado não é meramente se localizar no simbólico fora do Outro materno. Por meio da linguagem, passa a ser um sujeito desejante. “Ao se instalar o S_2 , o S_1 é determinado retroativamente, o $\$$ é precipitado e o desejo do Outro assume um novo papel: aquele do objeto a [...]” (FINK, 1993, p. 82). Por mais que haja a tentativa de decifração simbólica do desejo materno, representada pelo S_1 , não obtém êxito total, deixando restos, falhas na identificação.

De certa maneira, o desejo do Outro continua desconhecido, gerando uma busca do sujeito por sua apreensão. Nesse sentido, o desejo do Outro passa a funcionar como causa do desejo do sujeito. Isso significa que ele deseja ser desejado pelo Outro, funcionando o desejo do Outro como objeto a .

Ao clivar-se desse resto, o sujeito dividido, embora excluído do Outro, pode sustentar a ilusão da totalidade; ao apegar-se ao objeto a , o sujeito é capaz de ignorar sua divisão.¹³ Isso é precisamente o que Lacan classifica como fantasia, e ele a formaliza com o matema $\$ \diamond a$, que deve ser lido: o sujeito dividido em relação ao objeto a . (FINK, 1993, p. 83).

Com a fantasia, o sujeito ganha uma sensação de ser perante o não-ser (resultado da separação do sujeito diante do Outro). Ampara-se a fantasia no encontro do sujeito barrado com o objeto a , o resto da união entre a criança e a mãe. A pretensão é “recobrir a falta no Outro, a falta criada pela perda do *jouissance*” (STAVRAKAKIS, 2007, p. 77, tradução nossa).

Na análise, a pretensão está justamente na travessia da fantasia. Para tanto, o sujeito precisa assumir sua própria causa, sua responsabilidade pelo objeto a , favorecendo a significação do S_1 – que até então era rígido e quase indestrutível, pois chega a significar praticamente nada. Por isso, a perspectiva lacaniana defende uma ética, a do bem-dizer sintoma, por apresentar o propósito valoroso de afirmar uma nova posição do sujeito perante seu sintoma, trazendo uma nova configuração da cadeia dos significantes.

Tal processo não é tão fácil. Comumente a cultura produz neuróticos, demonstrando que o sujeito acaba passando por uma castração insuficiente a ponto de não conseguir se desvincilhar da condição de assujeitado. Não realiza a travessia da fantasia. Não consegue renunciar a castração em prol de “tomar o desejo do Outro como causa para si” (FINK, 1993, p. 97). Sem essa separação, o sujeito permanece castrado, submisso ao desejo do Outro e encoberto de supostos sentidos. Não tem condições de subjetivar o desejo do Outro. Continua expressando sintomas cujas mensagens sobre ele são designados pelo Outro (FINK, 1993).

Desta feita, perdura o sujeito barrado, entendendo que:

O sujeito barrado é o sujeito que é representado. O sujeito barrado está sempre se apresentando ao Outro, procurando atrair a atenção o reconhecimento do Outro, e quanto mais se apresenta, mais inevitavelmente castrado se torna na medida em que é representado pelo e no Outro. O sujeito castrado é o sujeito barrado, debaixo da barra: é um produto de cada tentativa de intenção de significar para o Outro. (FINK, 1993, 97-98).

Equivale dizer que o sujeito barrado é aquele de significante excluído da cadeia de significantes do inconsciente. Diante da impossibilidade de ser nomeado, ele é barrado. Continua buscando a simbolização provinda do Outro. Pelo fato de o sujeito se caracterizar por falta-a-ser, é representado, e não nomeado.

Portanto, a perspectiva lacaniana de sujeito vai além do eu. Nela, o eu pertence a uma dimensão espetacular-imaginária sem apresentar seu completo conhecimento. Com isso, nas palavras de Assoun (2003), Lacan radicaliza a compreensão de narcisismo de Freud, conceito que trouxe a indicação da noção de sujeito no autor. Diferentemente de outras correntes psicanalíticas que priorizam o eu, o sujeito lacaniano é situado a partir da ordem da linguagem, propiciada pelo Outro.

O desejo, através dessa visão, não é o fundamento do sujeito. Já é efeito do registro da falta, representado pelo objeto *a*. Consequentemente, não é possível afirmar uma ciência do homem, pois a Psicanálise não trabalha com uma ontologia ou essência do ser humano. Em compensação, o saber do inconsciente defende o uso da noção de sujeito que, ainda sim, não se define por si só. O conceito vem de um processo de estruturação simbólica o qual não é totalmente eficaz. O real persiste distante da significação, remetendo a um vazio de sentido e carente de estruturação.

2.2 O sujeito em Marx: ser genérico ou alienado

Se o ser instintivo da Psicanálise se transforma em sujeito do inconsciente, em Marx, a compreensão é diferenciada: trata-se do ser social. A construção marxista do que se pode afirmar sobre sujeito requer a consideração das condições materiais históricas. Mais especificamente, o humano é produto da relação dialética “[...] entre a subjetividade e a objetividade, entre a coisidade do mundo real e as formas da consciência [...]” (ANTUNES, 1992, p. 71). A base de sua constituição está no modo de produção da época dele. Mas, então, o que, de fato, é um ser social?

É uma pergunta que não é tão simples de responder. Envolve uma relação dialética de determinações objetivas e subjetivas. Por vezes, certos intérpretes de Marx considera-

ram a categoria “sujeito” efeito mecanicista da produção econômica, trazendo prejuízos ao desenvolvimento da questão (CHAGAS, 2013).

Por certo, a forma de vida, a qualidade de vida é o que causa a consciência humana. É sintetizada pela produção material da vida. Pontua-se que esse fator não corresponde somente à economia, mas aos meios necessários para a existência da vida. Estes são de caráter tanto subjetivo quanto objetivo. Ou seja, ocorre uma *práxis*, composta de uma síntese entre os elementos subjetivos e os objetivos, capaz de, essa sim, formular o sujeito. Não é só a produção econômica que determina o ser social. Existe uma correlação dialética do material com o espiritual.

Desse modo, o sujeito, na abordagem marxista, também não é um dado *a priori*. Desenvolve-se na relação entre seus semelhantes que visa à produção econômica. Pela sobrevivência material, o sujeito busca se vincular ao outro para possibilitar um meio de vida adequado. Pesca, com instrumentos culturais, ou fabrica uma peça a fim de proporcionar seu bem-estar. Utiliza capacidade que tem na atividade. Isso significa que a produção econômica se refere à produção do meio de vida, composta de elementos objetivos e subjetivos.

Produção do meio de vida é o mesmo que produção do sujeito. E o este não age por conta própria. Precisa do ensino de alguém para aprender a atividade e utiliza instrumentos e conhecimentos, inventados pelos outros. Pode necessitar da colaboração direta de seus colegas para a produção do objeto. Enfim, as relações sociais e as forças produtivas estabelecem a existência humana enquanto ser social. Em termos subjetivos, os interesses e a atividade humana contribuem com a constituição do ser. Já, os aspectos objetivos são o produto e as relações sociais. Ambos, fatores objetivos e subjetivos, favorecem a formação do sujeito. Entretanto, os dois tipos de elementos não atuam isoladamente. Funcionam de maneira recíproca na produção do meio de vida.

A base para ocorrer a reciprocidade está na objetividade material. Uma ideia só é elaborada com a presença do real, logo se pressupõe a existência primeira do objeto e da vida concreta. O sujeito pensa sobre o concreto e dá a ele substância. Sem embargo, esse pensamento representa o nível de consciência do ser humano. Então, a presença do objeto e a forma da consciência são importantes na apreensão do concreto pensado. Existe o protagonismo do sujeito quando apreende e modifica o mundo material. Segundo Marx (1960, p. 139 *apud* Chagas, 2013, p. 20):

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência ergue-se toda uma superestrutura de sensações, ilusões, modos de pensar e visões de

vida distintas e peculiarmente formadas. A classe inteira cria-os e forma-os a partir das suas bases materiais e das relações sociais correspondentes.

Isso quer dizer que a economia em si não é o único fator do materialismo histórico. Consoante Engels (1890), as formas jurídicas, o modo de lutar das classes e seus efeitos, as visões religiosas, os dogmas, as teorias políticas, jurídicas e filosóficas e as representações psíquicas quanto às lutas políticas exercem influência nas lutas históricas. Todavia, o autor afirma que a situação econômica é a base decisiva para percurso dinâmico. A política e a tradição cultural detêm referência sobre o comportamento humano, mas são secundárias. O que não deixa o sujeito e o modo de produção, no percurso histórico, de serem explicados por determinantes multicausais.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1859, p.47).

As condições de vida são fundamentais para a sobrevivência humana. Por mais que o sujeito não deseje participar da relação social de produção, é obrigado, em virtude de sua manutenção. Além disso, não depende só dele o modo de produção. Atua como uma parte da totalidade, que é a produção. A maneira de produzir, com o uso da força produtiva, é a base para o ser humano formular a superestrutura, leis, conhecimento científico e políticas, bem como o desenvolvimento da consciência. Está localizada no processo histórico, por isso existem e ocorreram diferentes forças produtivas e superestruturas.

O modo de produção é processual. Sua dinâmica é permeada pela utilização do nível da força produtiva. Esta está em constante mudança. Depara-se com novos inventos, aplicações tecnológicas e novidades administrativas. Além do mais, a distribuição da produção possui forma social. Depende do conflito entre as classes sociais, o qual representa a explicação da relação social de produção. Portanto, percebe-se que há a preponderância da produção social da existência humana diante do sujeito. A consciência é determinada, pela atividade humana, pela forma de sustentar a vida associada à interação com os demais.

Sujeito e modo de produção são aspectos que formam a totalidade social. Operam ao mesmo tempo de maneira dinâmica. Em outras palavras, a força produtiva, a relação social de produção e a forma de consciência estão em vínculo dialético. Esses elementos, em suas

particularidades, constituem o todo social. Como estão em processo, possuem forma histórica peculiar.

Se não se concebe a própria produção material em sua forma histórica específica, é, então, impossível compreender o que é determinado em sua produção espiritual correspondente e a ação recíproca entre ambas. (MARX, 1965, p. 257 *apud* CHAGAS, 2013, p. 16).

Assim, modo de produção e sujeito não são conceitos universais passíveis de abstração no materialismo dialético de Marx. Não podem ser utilizados para qualquer situação. São inseparáveis e funcionam dinamicamente. O momento histórico é requisito para identificá-los. Assegurar que o sujeito tem uma natureza é equivocado, pois depende da sua interação com as forças produtivas em certa época da história.

Ademais, o material econômico não existe sem o ser humano, assim como o humano não existe sem o material econômico. O ser age sobre o objeto, e o objeto age sobre o ser. O sujeito interpreta, produz, apreende e transforma cognitivamente a realidade, apresentando uma posição ativa. No entanto, tais ações não é resultado do próprio ser humano. A consciência dele depende da relação com o objeto, mediada pela sociedade onde se encontra.

O humano se constitui e é influenciado nas e pelas relações sociais. Desse conjunto de relações, forma-se a superestrutura humana: sentimentos, visões de mundo, fantasias e pensamentos. Através da disponibilidade dos recursos materiais e culturais, o sujeito desenvolve determinado contato com os outros. E, como a distribuição de tais recursos ocorreu historicamente de modo desigual, os vínculos sociais e a cultura passaram a ser diferenciados.

A partir dessa organização desigual, Marx formulou o significado de classe. Existem formas de relações sociais de produção, com o compartilhamento ou não de determinados recursos. Elas intervêm no desenvolvimento da consciência do ser humano e na sociabilidade dele. Assim, a existência humana está diretamente ligada ao tipo de sociedade. Nela, classe social tem a ver com a maneira de perceber e transformar o mundo e a si mesmo, por meio da utilização de instrumentos culturais disponíveis. Isto é, a classe social expressa a posição de cada um no modo de produção.

De modo algum, essa existência é automaticamente efeito das simples condições sociais de produção. O objeto, o produto não existe por si só. Está presente nas relações sociais e é resultado da atividade humana. Por consequência, a natureza do trabalho, em geral, caracteriza-se por ser uma atividade vital para o homem. A ação humana sobre o meio pressupõe o uso da capacidade de raciocinar e sentir. Transforma o ambiente, e o meio altera o sujeito.

Tal mudança humana se trata da consciência. Esta se apresenta praticamente sob a forma de linguagem. Sua manifestação só se dá pela linguagem, porque:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. (MARX, 1845-1846, p.34-35).

Nota-se, portanto, que a consciência é identificada quando relacionada a um produto cultural: a linguagem. Na verdade, a sua materialidade, a sua prática está na linguagem. Elas têm origem na pretensão de se comunicar e de se relacionar com os demais. Favorecem a existência do intercâmbio social e conseqüentemente a subjetivação.

Diante disso, Marx localizou o sujeito no âmbito da sociedade capitalista. A partir do avanço das forças produtivas, a divisão do trabalho e as classes sociais dela foram sendo estabelecidas até o momento de forma que precisaram da presença do Estado. Uma estrutura de poder passou a ordenar e controlar os sujeitos nas suas atividades e inter-relações.

Em tom de crítica ao capitalismo, o autor identificou a condição subalterna humana. Acreditava que tal modo de produção não possibilitava o desenvolvimento das potencialidades do sujeito, como a consciência, a felicidade. Segundo suas constatações, o regime do capital causa alienação e estranhamento humano, não dando condições para que as faculdades humanas sejam alcançadas.

A divisão social do trabalho, no sujeito, gera a perda da atividade livre e consciente do trabalhador, por isso o aliena. Acontece a dissociação entre o sujeito e seu caráter genérico. O ser humano passa a estranhar a sua liberdade e atividade, prejudicando o seu processo de subjetivação. Ou seja, o modo como o sujeito efetiva a sua vida vai determinar se há alienação ou não.

Especificamente no capitalismo o ser humano se aliena de si, de seu objeto produzido, do outro e da vida genérica. Deixa de ser sensível ao seu produto, tornando-o estranho a si mesmo. Não se identifica enquanto detentor de seu produto, mas como aquele que recebe valor de troca. Assim, acaba ocorrendo uma relação desarmônica. O sujeito não tem capacidade de influenciar conscientemente o social quando é submetido à alienação e ao estranhamento. A sua materialidade e sua subjetividade estão, na realidade do capitalismo, sob situação inferior ao ser comparadas com a ideia abstrata de sociedade e sujeito modernos.

O que de fato a Modernidade reproduz é uma dupla dissociação: a separação do ser humano perante seus produtos, sua condição de existência, e diante da comunidade. Traz uma subjetividade específica a qual é historicamente determinada. Se, antes desse período, o

sujeito era coagido a servir ou a ser escravo, agora exerce o trabalho a fim de, em troca, receber não o resultado dele, mas dinheiro, algo estranho à produção.

No capitalismo, existe a centralidade da figura do eu cindindo. O humano trabalha para sua sobrevivência e demais fins privados. Ao desempenhar seu ofício, passa a viver sem objetivo comunitário ou cooperativo. Com isso, as relações sociais das quais participa são meros meios de obtenção de finalidades particulares, o que representa a ocorrência, na Modernidade, da dissolução do vínculo entre comunidade e sujeitos.

No momento do Feudalismo, o camponês tinha seus meios de produção compartilhados na comunidade. Produzia na estratégia de manter seu meio de socialização. Não vivia separadamente dela ou mesmo não tratava seus laços sociais de maneira instrumental. Fazia isso a ponto de praticamente não haver a expressão de suas particularidades. Era tido como uma extensão da comunidade. Ademais, dependia fortemente da natureza para sobreviver. Enquanto isso, na sociedade do capital, o sujeito trabalhador vive na aparência de independência aos outros, por causa da ruptura das barreiras da comunidade. Suas condições de existência se tornaram associadas ao capital, e a produção não é mais apreendida por ele.

Os indivíduos não se definem mais por sua pertença imediata e direta ao conjunto societário, por sua subsunção aos nexos comunais, mas serão tomados agora como entes por princípio livres de quais liames ou coações outros que aqueles determinados pela sua existência de indivíduos livres. No caso do trabalhador, a coação não mais reside na atividade forçada, mas na sua pura situação de não-proprietário. No que tange às condições de produção, terreno, instrumentos, dinheiro, estas se tornam coisas independentes dos indivíduos, tomam uma forma autônoma frente aos mesmos. Dupla alteração que terá amplas e decisivas conseqüências tanto para o modo de ser dos indivíduos e de sua atividade, quanto para as relações que aqueles mantêm para com esta. (ALVES, 2006, p. 7-8).

Tais mudanças representaram efeitos na subjetividade, no modo de produção e na sociabilidade. Na atual sociedade, a ênfase está no valor de troca. Este se apresenta dissociado do meio social. Se antes a dependência humana se referia à comunidade, agora o requisito é possuir mercadorias. É um tipo de experiência estranhada o qual o ser humano perde a sua substância para dar protagonismo e importância aos objetos de valor de troca.

Mesmo assim, nunca foram vistas tantas interações sociais como acontece no regime do capital. Seus contatos sociais acontecem, pela troca de valores, de forma intensa, constituindo um todo complexo e estruturado. Sem os limites comunitários anteriores, uma variedade de mercadorias e necessidades foram estabelecidas, o que ocasionou, mais ainda, a interdependência da produção dos indivíduos. Por isso, Marx (1857-1858) chega à conclusão de que o capitalismo trouxe uma maior subjetivação. Quanto mais interação social, mais o ser

humano se realiza enquanto ser social. Todavia, ressalta-se que tal interdependência não pressupõe um propósito na produção social, pois se encontra separada ou aparente diante do sujeito. Funciona como um meio externo para se obter capital, isso vai de encontro com a finalidade geral do ser humano. Daí, o capital se realiza enquanto nexos e expressão da interação social. As mercadorias, representantes do valor de troca, sobressaem-se quanto a seus produtores, visto que a conexão, no capitalismo, é entre elas.

Então, dizer que ocorreu o fim da barbárie, com o estabelecimento da sociedade moderna civilizada, é uma falácia. Tanto que Marx (1857-1858 *apud* CHAGAS, 2013) denuncia que a cidadania, composta de direitos humanos, funciona ilusoriamente no Estado Moderno. Existem imaginariamente os preceitos sociais de cidadania, mas, de fato, não são realizados. Permanecem como enunciados abstratos sem a menor interferência no concreto. Nesse tipo de Estado, cinicamente o sujeito é tido como cidadão. Na verdade, a identidade dele está fora da existência material e particular. O que vale é a vida na comunidade. É a partir dessa relação que se pode elevar a consciência, entendendo que não é meramente determinada pela base econômica.

São as condições presentes de produção da existência nas relações sociais que dão possibilidades de o sentimento e pensamento humano serem formados e criados. E, para cada classe social, existe um conjunto de condições materiais. O ato de pensar, as representações dos objetos, os valores e os sentimentos fazem parte da superestrutura. Estão na dimensão subjetiva. Decerto que dão teor linguístico à matéria, representando a ação do sujeito sobre o objeto. Conseqüentemente, o sujeito, utilizando determinado nível de consciência, desenvolve uma visão de sociedade, das condições de existência. Usa um tipo de compreensão permeado por seu desejo.

É a consciência que depende das relações sociais de classe. Muitas vezes está dissociada do concreto numa imaginação abstrata, como é o entendimento de cidadão no Estado Moderno. Este, por sua vez, apresenta uma falsa consciência, por apresentar uma distorção idealista da realidade. No mecanismo da idealização, a ideia universal acaba construindo a realidade. No entanto, para Marx (1844), com base na sua concepção materialista, o correto é a própria realidade dinâmica e particular favorecer a criação de ideias. É uma vida material que apresenta sobretudo contradições e condições de vida.

Outro exemplo de deturpação é o que acontece com os valores modernos de liberdade e igualdade. Também são cultuados de maneira ideal, servindo de manipulação, na Modernidade. Como o capital afirma a negação do ser social, não é possível defender que o sujei-

to é livre e igual, dentre os demais. Ora, na concretude da dinâmica social, o que existe de livre é o dinheiro.

Considerado o equivalente geral, estabelece troca com qualquer coisa. Por sua função de se igualar, é capaz de trazer igualdade entre as coisas, exceto quando se trata da troca com o trabalho humano, tendo em vista que o trabalhador não recebe a quantia certa de seu dispêndio – o que é uma contradição do sistema.

Ao mesmo tempo, percebe-se que as criações modernas são exemplos de atividades superiores do ser humano. Faz parte do entendimento marxista de que o movimento histórico tende a alcançar níveis cada vez mais superiores. Há mais produção e pessoas trabalhando, no capitalismo, do que no feudalismo. No momento, há um maior desenvolvimento da riqueza e da tecnologia ao ser comparado com o dos tempos passados. Contraditoriamente, em vez de tornar o sujeito livre, tal avanço trouxe dependência humana sob a forma de estranhamento e alienação. E quem se estabeleceu como soberano foi o capital. Isto é, o sujeito e as condições materiais de produção formam uma unidade negativa, pois se encontram aparentemente separados e sem a limitação da comunidade.

A produção do capital não está voltada para a comunidade. Seu funcionamento está sob a direção da lógica de sua acumulação. Em detrimento disso, ocorre o esvaziamento de sentido das relações sociais, porque são vistas como elementos exteriores da promoção de interesses particulares. Essa negação só ocorre devido à determinação das condições de produção. Portanto, existe uma afirmação (o capital) que leva à negação (relações sociais).

Marx (1852) atesta que, contrariamente, o trabalhador, no capitalismo, não é beneficiado pelo meio de vida dele. Nesse regime, há algo que atrapalha a relação dialética entre sujeito e objeto. O mundo em que vive é o do burguês. Dessa forma, o proletariado tem sua produção expropriada pelo patrão. Os fatores objetivos que influenciam o sujeito trabalhador são diminuídos, visto que foram subtraídos.

O problema é quem produz a falsa consciência, no capitalismo, é a classe burguesa. Além de roubar a produção material do proletário e deter os meios de produção, distorce a superestrutura em prol de sua dominação. Não basta o patrão ter riqueza material. Necessita da ideologia para justificar o seu poder, vinculando o aspecto subjetivo com o objetivo. Ou seja, sua dominância depende tanto do poder material quanto do espiritual, tal como Marx (1845-1846, p. 47) exprime:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção mate-

rial dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

As ideias da classe dominante são falsas afirmações. Não representam concretamente todas as classes, toda a sociedade. São de fato mecanismos de sustentação da predominância burguesa sobre o proletariado. A classe dominante expressa ideias que representam formas particulares da produção estranhada, já que a burguesia dá conta do modo de produção da mercadoria.

Então, o que pode ser feito diante desse poderio? Acabar com o trabalho? Não. Marx (1844) responde que o trabalhador, no seu significado amplo, causa a constituição do gênero humano. Quando o ser humano está exercendo uma atividade, modifica o seu meio e a si mesmo. Tal desempenho corresponde ao aspecto primordial da humanização do ser. Caracteriza o que Marx (1844) chama de caráter genérico humano. Provém consciência.

Em outras palavras, sujeito, na perspectiva marxista, é aquele da livre consciência. Por meio do trabalho, o sujeito toma consciência de si, também se vincula ao meio, participa das relações sociais cooperativas. Assim, o trabalho não é uma atividade restrita e particular. Necessita de mediadores, instrumentos, pessoas, símbolos, para alcançar a subjetivação, o que é diferente nos outros seres vivos. Enquanto os demais animais permanecem na sobrevivência instintual imediata, o sujeito é capaz de apreender a realidade para si, planejando-a, refletindo sobre ela e a atribuindo representações. É o que se pode perceber neste exemplo:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais. (MARX, 1867, p. 327).

Sendo assim, o sujeito cria a sua própria existência, por meio de sua atividade de consciência, libertando-se, em parte, da natureza. Mesmo que possua uma determinação orgânica, o sujeito vai além das suas necessidades fisiológicas, porque tem a capacidade de se interessar por algo, de estabelecer uma intenção em suas ações. Isso faz com que se distinga dos outros seres vivos.

O caráter genérico do homem é a sua atividade consciente livre (MARX, 1844), diferenciando-se do animal, posto que a atividade humana ocorre a partir de sua vontade e consciência. O homem produz, mesmo não tendo necessidade física. Já, o animal somente produz quando imediatamente possui carência fisiológica. O homem cria não somente pela necessidade física, mas a partir também das leis da beleza. Tem seu próprio mundo ao objetivar a natureza, realizando suas próprias obras.

O ser humano ultrapassa os limites e as condições da natureza. Sob sua consciência e liberdade, é capaz de construir a sua própria história no meio ambiente natural. Faz da matéria-prima natural um produto fabricado, através de sua atividade. Ao transformá-la, toma consciência dela e de si mesmo e produz seus meios de produção já diferenciados daquele objeto primeiro oferecido pela natureza.

Daí, vem a característica histórica e social do sujeito. O sujeito, em sociedade, nasce em contato com os produtos já disponíveis e realizados por seus anteriores. Além disso, relaciona-se com o outro, e esse outro favorece a sua inserção ao modo de produção. A partir de sua base orgânica e do meio ambiente, consideradas condições inevitáveis e necessárias, o sujeito avança. Cria e reproduz outras condições na relação com o seu semelhante. Tal contato se dá pela atividade a qual é capaz de transformar a natureza e a si mesmo.

O trabalho, considerado uma atividade, é voltado para um fim estabelecido pelo humano. Por isso, é uma ação livre e consciente direcionada para o desejo humano. Este é resultado de uma intenção planejada e representada. Tem a pretensão de satisfazer suas necessidades. Elas, por sua vez, não são totalmente realizadas, por isso estão em constante renovação.

O sujeito percebe o objeto a ponto de torná-lo sensível. Pode ser a história, a natureza, outro sujeito ou si mesmo, todos eles se transformam em objeto sensível sob a ação humana livre, consciente e intencional. Isso faz com que o sujeito se desenvolva enquanto ser social. Torna responsável por sua história, criando sua subjetividade e sua objetividade. E, devido ao fato de estar em permanente necessidade, está em contínuo processo de subjetivação.

Expressa e confirma a vida social. Mesmo recluso, o sujeito, relaciona-se com o objeto social, baseado nos instrumentos culturais.

Não obstante, com o estranhamento do trabalho, o homem estranha seu ser genérico. Não pertence à verdadeira natureza humana esse fenômeno. O homem é um ser genérico. Na relação consigo mesmo, é gênero vivo e ser universal, tendo como efeito ser livre. Depende dos objetos da natureza para sobreviver. Aliás, é parte dela, porém o estranhamento torna alheia a natureza, o próprio homem e a sua função ativa.

Essa relação de estranhamento se expressa justamente no contato do homem com outro. O trabalhador tem seu produto expropriado em favor do capitalista, o outro homem estranho, inimigo, poderoso, independente a ele e senhor do produto (MARX, 1844). Ou melhor, no capitalismo, não é possível realizar o aspecto genérico do humano, visto que a atividade do sujeito não está sendo livre nem consciente. O proletário não reconhece o seu produto. Não se apropria do que criou, pois foi usurpado. Ele não se coloca como uma força de trabalho em suas relações sociais. Não se identifica enquanto trabalhador e não compreende que faz parte das relações sociais de produção.

O produto, fruto de sua atividade, não pertence a ele. Sob o capital, a mercadoria passa a ser mais valioso que a própria existência do sujeito. O trabalhador desempenha a sua função, visando à mercadoria. De outra maneira, na socialização do capital, a finalidade está em acumular mercadorias.

Mas, o que são mercadorias? Na perspectiva marxista, são objetos submetidos à lógica do valor de troca. O produto do proletário é associado a uma quantidade de valor arbitrária média, baseada no tempo de trabalho. Desde então, a possibilidade de uso do objeto não é o mais importante. O que interessa, nesse meio social, é a quantidade de valor de troca do produto, pois dá condições de ser trocado por outro de igual montante.

As relações sociais do capital ocorrem, devido às trocas de mercadorias. Porém, não ficam somente no câmbio. Quanto mais uma pessoa detém mercadorias mais potencialidade tem de trocar, e isso é representado como poder. Acontece que os sujeitos não têm a mesma influência ou privilégio. A classe burguesa quem tem poder de barganhas nas relações de troca. Apresenta condições de trocar sua mercadoria pela força de trabalho e por meios de produção. Contraditoriamente, a força de trabalho comprada pela burguesia retribui um valor mercantil além do investido. Esse retorno a mais se chama mais-valia.

Tal situação se deve ao fato de o trabalhador ter seus produtos associados a um valor de troca baixo, aquém do calculado pelo tempo de trabalho. O sujeito trabalhador vive para obter valor de troca menor do que foi produzido. Quanto mais produz menos se apropria

de seus objetos e de si mesmo. Nesse sentido, sofre o empobrecimento da condição de ser sujeito para dar destaque ao valor de troca ganho. “À medida que o produto é estranho ao sujeito, a própria atividade produtiva se lhe torna alheia; o próprio trabalho se converte em atividade externa, que lhe produz deformação e unilateralização” (CHAGAS, 2013, p. 25).

Perante essa situação de mercantilização, a subjetividade é negada. Não é possível existir o gênero humano, o qual é livre e consciente. O trabalhador se restringe a suprir as suas necessidades vitais e reproduzir mecanicamente a ideologia burguesa. Corre o risco de até mesmo não satisfazer sua condição orgânica após receber um salário que não dê para comprar alimentos, bebida e moradia, devido à ganância burguesa em arrecadar uma mais-valia próxima à absoluta. Por isso, em vez de representar o ser genérico, o sujeito trabalhador se torna mercadoria submetida ao regime de troca. Vende sua força de trabalho ao patrão burguês, do qual mantém extrema dependência.

O trabalhador era para ser protagonista de sua produção, conquanto se torna escravo da economia política. Como tudo o que produz é expropriado dele, quanto mais riqueza produz mais se torna pobre, mais representa uma mercadoria barata. Todavia, “[...] ele não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.” (MARX, 1844, p. 80).

“O trabalhador produz capital; o capital produz o trabalhador [...]” (MARX, 1844, p. 91). As propriedades dele estão diretamente relacionadas com as do capital. Contudo, trabalho e capital são estranhos entre si (MARX, 1844), e a exteriorização aparece como efetivação dos dois entes. O produtor realiza algo na forma de um ser estranho e independente dele mesmo, definindo a própria objetivação do trabalho e a negação do agente. Na efetivação do trabalho, ocorre “[...] a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação.” (MARX, 1844, p. 80).

A vida dele pertence ao objeto. É apenas como sujeito físico que o trabalhador existe cujo meio de vida é simplesmente sua necessidade biológica. A relação dele com o mundo exterior sensível (o da natureza) é também estranhada e hostil. Assim, o trabalho, no capitalismo, é meio da negação do trabalhador, esse que tem seu espírito arruinado e físico desgastado, com o trabalho.

A vida é atividade, mas, na condição de trabalhador abstrato, a atividade passa a ser contra ele e independente dele; tanto que o trabalhador só se sente junto a si fora do trabalho e fora de si quando trabalha (MARX, 1844). Sua existência acaba equivalendo a um corpo cansado quando trabalha como uma máquina. Ele passa a concorrer com os equipamentos, e esses a ameaçam em substituí-lo. Isso quer dizer que o trabalhador está numa situação seme-

lhante à do animal irracional: preso ao imediatismo e à saciação orgânica. Igual a uma mercadoria.

Sua existência depende da procura do capitalista. Se a oferta, em geral, for maior que a procura, o salário tende a abaixar. Se a produção de mercadorias não estiver resultando em vendas, o burguês tem mais de uma opção para sobreviver, como o ganho de capital e a renda de capital, podendo abandonar o negócio com trabalhadores. E não fica por isso. As relações sociais são prejudicadas também. O outro não é mais parâmetro identitário, porque os dois estão sob a forma de mercadoria. O contato com o próximo objetiva o valor de troca, o que demonstra o estranhamento entre eles. Dessa interação, os sujeitos viram reciprocamente detentores de valor, a legitimada identidade no capitalismo.

A produção estranhada causa a desumanização do homem seja no aspecto espiritual ou corporal. Há a “[...] imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas [...]” (MARX, 1844, p. 93). Quem toma o lugar do ser consciente e livre é a mercadoria. O produto se transforma em “[...] mercadoria consciente-de-si e auto-ativa [...]” (MARX, 1844, p. 93). Além do mais, acontece o fim da característica natural e social do objeto. Nessa situação, a mercadoria se mantém constante, igual, o que a torna indiferente a seu conteúdo efetivo – eis aí a contradição que, levada ao extremo, gera o declínio da relação mercantil, fundamental na existência da propriedade privada.

Ressalta-se, conforme Chagas (2013), que o burguês está juntamente estranhado. A diferença é que acumula objetos sem produzi-los, não realizando a atividade sensível sobre o meio para desenvolver a sua consciência livre. E, enquanto o operário está sob a ameaça de perder a sua sobrevivência vital, o sujeito capitalista estranhado satisfaz além de suas necessidades orgânicas: realiza seu desejo de poder, riqueza e dominação. Aqui se nota que ambos, trabalhadores e burgueses, expressam o ser deles, através da mercadoria – algo externo. O operário precisa de dinheiro para manter sua sobrevivência orgânica, e o patrão necessita dessa mercadoria para se sustentar como classe social predominante e prestigiada:

O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu*, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanta a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são as minhas - [de] seu possuidor - qualidade se forças essenciais. O que eu *sou e consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou feio, mas posso comprar para mim a *mais bela* mulher. Portanto, não sou *feio*, pois o efeito da *fealdade*, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro. Eu sou - segundo minha individualidade - *coxo*, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés; não sou, portanto, *coxo*; sou um ser humano mau, sem honra, sem escrúpulos, sem espírito, mas o dinheiro é honrado, e, portanto, também o seu possuidor. (MARX, 1867, p. 159).

Tal citação menciona que o organismo do capitalismo é o dinheiro. Ele quem dá vida, destaque. Um papel, com valor quantitativo arbitrário, dá qualidade a quem quer que seja. Se possuir pouco, é considerado um ser inferior, pobre e medíocre. Caso detenha muito dinheiro acumulado, aparecem inúmeras possibilidades de ser superior e admirado.

O dinheiro é “[...] o atributo de tudo comprar [...]” (MARX, 1844, p. 157). Ele é o meio de troca para todos os objetos. É um ente universal a tal ponto que seu ser é onipotente. Medeia a relação “[...] entre necessidade e objeto, entre vida e meio de vida [...]” (MARX, 1844, p. 157). Mais uma vez, determina a própria de identidade do homem, porque é quem pode comprar quando possui de dinheiro. Acaba sendo “[...] o espírito real de todas as coisas [...]” (MARX, 1844, p. 159) em detrimento das qualidades naturais das coisas. Troca outras qualidades por sua qualidade em poder comprar e efetivar desejos. Logo, detém a força divina em ser “[...] a capacidade exteriorizada da humanidade [...]” (MARX, 1844, p. 159). Medeia desejos, faz com que possam ser realizados, efetivados. Ele não tem uma essência em si mesmo. É uma representação para o homem. Então, o que interessa não é o sujeito em sua particularidade (ele perdeu a sua substância no capitalismo), mas a propriedade da mercadoria. Sem ela, não é possível nem afirmar que capacidades ou potencialidades a pessoa tem.

Cada forma da riqueza natural, antes de ser deslocada pelo valor de troca, presume uma relação essencial do indivíduo com o objeto, de modo que o próprio indivíduo, de um lado, se objetiva na coisa e, de outro, sua posse da coisa se manifesta como um desenvolvimento determinado de sua individualidade; a riqueza em ovelhas, o desenvolvimento do indivíduo como pastor, a riqueza como cereal, seu desenvolvimento como agricultor, etc. O *dinheiro*, pelo contrário, como o indivíduo da riqueza universal, como proveniente ele mesmo da circulação e representando exclusivamente o universal, como *resultado unicamente social*, não pressupõe absolutamente qualquer relação individual com seu possuidor; sua posse não é o desenvolvimento de qualquer um dos aspectos essenciais de sua individualidade, mas, ao contrário, posse do desprovido de individualidade, uma vez que essa [relação] social existe ao mesmo tempo como objeto sensível, exterior, do qual se pode apoderar mecanicamente e que da mesma forma pode ser perdido. (MARX, 1957-1958, p. 245).

A sensibilidade humana, dessa maneira, está voltada para a mercadoria, o que prejudica o desenvolvimento do gênero humano. Reduz-se à necessidade de ter dinheiro, um desejo produzido pelo sistema do capital, a mercadoria mais almejada e elementar. Está voltada para a mercadoria, e não para o sujeito. Tal situação gera prejuízos à consciência humana. Seu objetivo está direcionado a obter mais riqueza, podendo conseguir pela exclusão do trabalhador – isso não importa para a burguesia. Nesse caso, a sensibilidade no capital vincula a essência humana à propriedade privada sem a menor influência de determinações locais ou particulares, pois a propriedade é universal. O reconhecimento do homem somente se refere a sua aparência mercantil. Isso quer dizer que a posse da mercadoria, por si só, já estabelece a sub-

jetivação do ser, não havendo outras variáveis na relação com o objeto; porque o dinheiro, nesse meio, é tratado enquanto equivalente geral capaz de mediar qualquer relação social. O que é diferente das sociedades anteriores. Prevalece, no capitalismo, o dinheiro como nexo estranho aos seres humanos.

Em vez de serem criadores de seus produtos, os trabalhadores são produtores de valor de troca, tendo uma quantidade ainda negada em benefício do patrão. Nessa relação de estranhamento entre o trabalhador e o senhor do produto, promovido pela troca, estabelece-se a propriedade privada.

Erroneamente, a economia política coloca o trabalho exteriorizado (estranhado) como consequência da propriedade privada. Mesmo afirmando que o trabalho determina a produção, a economia política se contradiz ao priorizar a propriedade privada em detrimento da desvalorização do trabalho, que se torna um mero instrumento da produção de propriedade privada. Com o salário, o trabalho não deixa de se desvalorizar, uma vez que o salário é “[...] consequência necessária do estranhamento do trabalho [...]” (MARX, 1844, p. 88). Portanto, o trabalho não tem o fim em si, mas é meio de se obter salário.

O aspecto mediador da relação social é problemático. Não é capaz de desempenhar uma função de reconhecimento do vínculo e dependência comunitária. Estimula a noção individual de sua propriedade. Em regime de aparência, a sua busca se torna centrada no sujeito, e não na comunidade. Como resultado, a relação social não é mais o fim. É a maneira de se chegar aos objetivos particulares de cada um, os quais estão atrelados ao valor de troca.

A partir da troca, o trabalho se torna abstrato, não detendo mais qualidades fora do valor de troca, como também o trabalhador. Desestrutura o caráter ativo do sujeito e o seu sentido coletivo. Acontece o que Marx (1867) chama de fetichismo da mercadoria. A ação de generalização do valor de troca causa isso.

Entende-se que o valor de troca de um produto é a característica básica dele, naturalizando essa condição. A partir desse valor, os objetos são qualificados como menos caros, mais baratos, preciosos ou não. Isso traz de efeito o fim das qualidades sensíveis dos objetos, não sendo percebidas. Nesse sentido, o objeto do valor de troca passa a ser protagonista, ativo em detrimento do sujeito, do trabalhador e da atividade. Esses últimos não mais se associam aos aspectos sensíveis. Estão dependentes de uma variável abstrata e fantasmagórica a qual encobre a atividade real do sujeito produtor. As coisas ganham vida, e a morte dos seres é ocasionada.

Em outras palavras, a forma fantasiosa da relação entre coisas, presente na aparência das relações sociais mercantis, acaba servindo de parâmetro à percepção humana. Portan-

to, o fator humano não é considerado nem notado aparentemente no contato social, remetendo ao fetichismo da mercadoria. O valor de uma mercadoria, necessário meio de troca social no capitalismo, não é identificado como tempo de trabalho despendido na criação de produtos, é naturalizado e almejado na forma de seu representante universal, o dinheiro. Também coloca inversamente o valor de uso, vindo da substância concreta da mercadoria, advindo do valor de troca, uma medida quantitativa e abstrata. Ocasiona uma relação mística com a mercadoria, que passa a ser naturalizada e a ser explicada por si só.

O sentido da análise de Marx e que as próprias coisas (mercadorias) acreditam em lugar dos sujeitos: e como se todas as suas crenças, superstições e mistificações metafísicas, supostamente superadas pela personalidade racional e utilitarista, se encarnassem nas “relações sociais entre as coisas”. Os sujeitos já não acreditam, mas as coisas acreditam por eles. (ZIZEK, 1994, p. 317).

Essas trocas Marx (1844) entende por ter como pressuposto a propriedade privada e ser condição para a divisão do trabalho. A existência delas está voltada para fins individualistas. Para isso, é preciso o ser humano trocar mercadorias com o outro. Troca sua força de trabalho por dinheiro. Pode cambiar qualquer coisa que tenha valor de troca por outra. Até mesmo o próprio sujeito é trocado, prática que representa a totalidade social do regime do capital.

O tipo de interação social do capital vem da imposição da troca de mercadorias de valores quantitativos. É dessa maneira que o sujeito é associado à lógica do capital. Tem suas faculdades espirituais particulares rebaixadas em favor da participação da socialização dominante. Acaba, então, negando-se. Passa a estranhar os elementos diferentes daqueles do capital. O importante é acumulá-lo, por mais que precise prejudicar o sentimento de comunidade.

Contrariamente, o capital conecta os sujeitos entre si, porém é um vínculo com o próximo indireto e indiferente, pois a atenção e o protagonismo dessas relações estão referenciados no valor de troca. O capital tem o papel de mediação entre os sujeitos, que, além do mais, generaliza cada objeto a ser trocado ao valor de troca. Afinal, exige-se uma equivalência na troca, e essa igualdade é medida pelo valor de troca, eliminando as qualidades dos objetos (cor, tamanho, utilidade).

Em meio a isso, o sujeito consumidor participa da troca. Sua motivação, na relação social mercantil, não é o contato com o outro. Interessa-se pelo valor de troca, medida que, mais uma vez, generaliza. Toda a atividade do homem se reduz ao dinheiro. Todavia, quanto mais o homem tem riqueza mais se exterioriza, torna-se desumanizado. A atividade e paixão dele se volta para a cobiça. Ainda assim, tudo isso a economia política valoriza, visto que sua moral é a “[...] o ganho, o trabalho e a poupança [...]” (MARX, 1844, p. 143). A vir-

tude que defende é meramente a riqueza, o que é contraditório, pois o que é virtude se o homem nada sabe de si, se o homem estranha a si mesmo? Estranha-se tanto o trabalhador como o capitalista quando o poder não humano os domina. Associa consumidores, produtores e objetos a uma igualdade: o valor de troca. Essa é a principal questão.

Tal constatação marxista rompe com a relação dialética entre objetividade e subjetividade. Ocorre a cisão, a dissociação entre a coisa e a pessoa a ponto de prejudicar a consciência. O que impera, no capitalismo, é a objetividade sem a subjetividade da consciência:

[...] os sujeitos enquanto sujeitos ativos, livres e conscientes são abolidos e se tornam coisas vivas (de ordem mercadológica), e os produtos de seu trabalho, as mercadorias, aparecem como atributos de si mesmas, autonomizadas, dotadas de um poder sobrenatural, ocultando, dessa maneira, a sua origem, a sua fonte, isto é, o trabalho social que as fundamenta. (CHAGAS, 2013, p. 30).

Em decorrência disso, Marx (1844, p. 109) aponta para esta saída:

A suprassunção da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente, em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos. Relacionam-se com a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento humano objetivo consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem.

Acabando com o sentido de propriedade privada, existirá compreensão do que é sujeito. Alguém não será identificado, por causa da posse da mercadoria, mas pelo simples fato de ser humano. Tal constatação será dada na relação social, uma que seja diferente da do capital, considerado o nexos social da sociedade mercantil. Para que essa gravidade não perdure, é preciso extinguir o trabalho estranhado (a causa da propriedade privada) e sua consequência, o salário, através da emancipação dos trabalhadores.

Então, o comunismo como regime de eliminação da propriedade privada é a “[...] apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem [...]” (MARX, 1844, p. 105). É o retorno do homem social.

Ele é a verdadeira dissolução do antagonismo de homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. (MARX, 1844, p. 105).

Sendo a revolução de teor comunista no modo de produção não restrita à economia, existe a necessidade da mudança também do nível de consciência do sujeito. A maneira

como o ser humano percebe e age sobre o material sensível precisa ser modificada a fim de realizar a transformação no meio de vida. Para isso, a falsa consciência presente na ideologia deve ser contestada. Os códigos normativos, as religiões, os enunciados filosóficos e as manifestações artísticas devem corresponder à base material da sociedade, e não continuarem sendo universais, a-históricas e puramente imaginativas sem o menor vínculo com a concreto. Precisa a superestrutura ser formulada pelo método histórico dialético, regido pela operação da contradição. Aí sim é possível a ampliação da consciência sobre seus meios de produção, o que reflete a fim da divisão social do trabalho e da propriedade privada.

No comunismo, sob a perspectiva marxista, o sujeito se reapropria de seu objeto. O que não é tão fácil assim. A apropriação do produto pelo trabalhador não quer dizer a posse dele. É a vinculação ao ser humano cujo sentimento comunitário e particular lhe pertence. Assim, o sentido dos objetos passam a advir da própria natureza deles, e não do quanto podem gerar ganhos de capital, o quanto é útil na geração de riqueza. O mesmo ocorre com o sujeito, que se torna humano.

Mediante o estabelecimento de outra forma de relação social de produção, acontece o desenvolvimento da consciência em uma comunidade sem alienação e estranhamento. Quando as forças produtivas são controladas pela consciência dos seres humanos em interação, é possível existir o devir de ser genérico. Enfim, a constituição do sujeito livre tem como contrapartida o desenvolvimento da sociedade.

Com tal libertação, ocorre a emancipação da sociedade da propriedade privada, tendo a emancipação humana universal, visto que a essência da opressão humana está na relação entre o trabalhador e sua produção. Os demais tipos de servidão humana “[...] são apenas modificações e consequências dessa relação [...]” (MARX, 1844, p. 89) essencial, como também as categorias da economia política, regateio, concorrência, capital e dinheiro – reflexos de tal vínculo. Até a própria identidade de cidadão passa pelo estranhamento do trabalho, seja o trabalhador ou o não trabalhador.

Essa afirmação marxista reflete a centralidade da relação dialética entre sujeito e objeto. Em virtude de almejar o caráter genérico humano, é necessário haver um vínculo humano de tal relação. Na prática, o trabalho com o objeto traz efeitos subjetivos e objetivos. Caso esse elemento for fetichizado, não é possível o sujeito, por conta própria, estabelecer um comportamento emancipado, porque depende do contato mencionado para se subjetivar. Sem a consideração do objeto, permanecerá sendo estranhado e alienado. Então, a universalidade do gênero humano deve se realizar no concreto, nas interações sem visar a um artifício abstrato: o valor de troca.

A essência e existência humana é a do homem social, justamente porque é o vínculo com outro que o constitui, o fundamento humano. Sua efetivação advém de relações sociais conscientes, sem o valor de troca como mediador. “Portanto, a sociedade é a unidade essencial completa do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a sério.” (MARX, 1844, p. 107).

2.3 O sujeito no mercado do Outro: a analogia de Lacan entre Marx e Freud

Marx e Freud foram, além de mais, dois teóricos do tempo deles. Distanciaram-se de visões de mundo comuns na religião, filosofia e política. No lugar, proporam ao modo de-les ciências finitas e diferentes, “[...] são formas distintas de apropriação desse real” (ALTHUSSER, 1964, 1976, p. 37). Em compensação, interpretaram a realidade. Apropriaram-se dela, com base no objeto-de-conhecimento de suas ciências. O marxismo se limita a caracterizar o sujeito, a partir de determinada luta de classes; e o freudismo se depara com um sujeito dotado de aspectos inconscientes. Assim, ambos detêm suas especificidades, não alcançando a totalidade do real.

As ciências finitas citadas têm também em comum o fato de questionarem o ideal moderno de sujeito. Entendem que os preceitos do homem moderno são uma ilusão. Para ambos, o sujeito da modernidade é alienado. Não alcançou a consciência e a autonomia afirmadas. Ou seja, as duas ciências rompem com a proposta da modernidade, correlata ao neoliberalismo, ao defenderem a inexistência do humano autônomo, livre e consciente de si.

Especificamente, Freud (1900 [1899]) afirma que o ser humano não tem como aspecto essencial a razão, uma vez que são os conteúdos inconscientes os responsáveis pela formação humana. Esses elementos tratam do desejo cujos representantes pulsionais são configurados no contato com os cuidadores primordiais. Baseando-se na relação metafórica da tríade entre o filho, a mãe e o pai, a necessidade de saciação, de caráter biológico, transforma-se em desejo. Ademais, esse vínculo faz valer a operação da lei cultural a qual limita e barra os conteúdos incestuosos, proibidos pela cultura. O resultado da castração, inscrição do impedimento psíquico primordial, são as pulsões parciais, em parte inconscientes. Exercem importância, por motivarem a ação humana e contribuírem com a elaboração da imagem de si.

Nota-se que tal estruturação do sujeito, em Freud, veio com a ruptura do primitivismo, tendo como consequência a instauração da civilização. Isso quer dizer que, no decorrer

da história humana, o sujeito tem sua forma influenciada, pelo contexto cultural específico quanto à moralidade, aos ideais compartilhados e às condições de sobrevivência da sociedade.

No caso da absolutização do mercado – algo característico do capitalismo neoliberal, por exemplo, o sujeito tem seus conteúdos inconscientes organizados, pelo discurso do capitalista (LACAN, 1972; DARDOT; LAVAL, 2016). Advém de um saber mercantil que afirma o valor de troca em detrimento do valor de uso na articulação dos significantes, ação necessária à constituição do sujeito.

Em relação a Marx, o autor (1844) aponta que o ser humano alcança sua distinção frente a outros animais quando se socializa. A partir do contato com o outro se subjetiva, alcançando a consciência. Diante das relações sociais de produção, ocorre a modificação da percepção de si e do mundo. Passa a utilizar mediações culturais, como os signos, originadas do trabalho coletivo, o que favorece a formação de sua consciência. Em sua atividade laboral coletiva, transforma o objeto da natureza e a si mesmo, demonstrando a realização da dialética materialista.

Todavia, o processo de humanização possui variações, visto que o nível de consciência do sujeito depende do modo como as relações sociais de produção atuam. Dessa maneira, tais vínculos se localizam em determinado contexto caracterizado pelas condições materiais de vida de teor subjetivo e objetivo.

O dilema está justamente nessas condições de vida. No capitalismo, foram mercantilizadas a ponto de prejudicar a formação da consciência humana. Segundo Marx (1844), a subjetividade humana, nesse meio, está alheia ao real valor, qualitativo, das coisas e inclusive de si. A socialização do capital cria uma realidade falsa. De forma incoerente, associa trabalho ao capital como se o primeiro fosse consequência do segundo. Existe aí uma inversão. Na verdade, o valor de troca, substância do capital, é determinado pelas horas de trabalho, mas aparenta ser independente disso.

É sob o regime das aparências que o sujeito vive no capitalismo. Nessa situação, o valor de troca está tão generalizado que é naturalizado, produzindo o que Marx (1867) nomeia de fetichismo da mercadoria. O sujeito acredita que o ganho monetário do seu trabalho é o mais importante, pois condiciona a sua sobrevivência subjetiva e objetiva. Não percebe o seu produto nem o significado coletivo do trabalho. Consequentemente, o sujeito passa a se reconhecer nas mercadorias, comparando-se com elas, já que aparentemente as relações sociais são entre coisas. Para ele, sempre a mercadoria é o bem necessário, naturalizando-a, assim como o seu modo de produção.

Portanto, o sujeito, em Freud e em Marx, origina-se da alteridade. A teoria do “estádio do espelho” (LACAN, 1949) fala que o Outro oferece uma imagem de unidade, favorecendo a constituição do *ego*, a sua auto-identidade (ZIZEK, 1994). Nesse caso, processo de formação humana ocorre, pela alienação – o que Marx (1844) repudia. Por mais que Marx (1844) também defenda a mediação do outro nessa formação, não é ocorrendo a alienação. Enfatiza que, no modo de produção do capital, a subjetivação não consegue provir do outro, por causa do fetiche da mercadoria. As relações sociais do capitalismo são entre coisas que representam valores de troca.

O espírito moderno de um sujeito livre e consciente não é realizado. De acordo com Marx (1844) e Freud (1900 [1899]). Os dois autores criticam a existência dessa compreensão. Tanto que Lacan (1971) percebeu que Marx e Freud identificaram certos fatos como sintomas. Em decorrência disso, revolucionaram o discurso da época deles, proclamado de moderno. Complementando, Zizek (1994) aponta que tanto Marx quanto Freud questionaram o conteúdo oculto que servia de fascínio, de fetiche. Questionaram o ocultamento de determinadas formas analisadas.

Para Marx (1867), análise se deu sobre a produção da mercadoria; e, em Freud (1900 [1899]), o intuito foi desvendar o segredo de como o sonho se constituía. Um e outro buscaram esclarecimentos quanto ao motivo de os fenômenos trabalhados se manifestarem sob formas específicas. A preocupação de Freud, segundo Zizek (1994, p. 297), consistiu em responder: “[...] por que os pensamentos latentes do sonho assumiram essa forma, por que foram transpostos para a forma de um sonho?”. E Marx procurou responder a causa de o trabalho assumir a forma de uma mercadoria e somente se afirmar socialmente na forma mercadoria de seu produto (ZIZEK, 1994).

Não se restringiram em caracterizar respectivamente os conteúdos latentes e manifestos do sonho e do valor da mercadoria obtido pela quantidade de trabalho despendida. Examinaram o processo de formação de certos conteúdos ocultos. Isto é, Freud e Marx não se contentaram com a aparência dos fenômenos investigados e muito menos os naturalizaram, utilizaram o método científico na possibilidade de responder a suas questões.

A diferença é que, na abordagem psicanalítica, não é possível atingir a plena consciência e, em Marx, o gênero humano de ser livre e consciente só existirá, com a eliminação da propriedade privada. Almeja o projeto marxista uma sociedade sem classes e sem Estado, o que representa o fim de repressão social, sendo isso impossível para a Psicanálise.

Percebe-se que são duas compreensões destoantes em relação ao sujeito. A marxista se ampara na consciência, já a psicanalítica defende os elementos inconscientes enquan-

to fontes originárias da subjetividade. Aquela critica e combate a alienação, e esta considera ser necessária determinada alienação presente nas demandas e no desejo do Outro. Então, como é possível relacioná-las?

Certamente são perspectivas que possuem semelhanças e diferenças entre si. Ainda sim, em termos epistemológicos, possuem, de acordo com Althusser (1964, 1976), uma concepção materialista e dialética sobre seus objetos reais. Segundo Dardot e Laval (2016), os dois saberes se aproximam, por identificarem uma transformação do discurso sobre o ser humano. Lacan (1968-1969) afirma que a Psicanálise e o Marxismo pertencem a campos somente semelhantes, e não iguais. Isso não nega a influência marxista em sua teoria psicanalítica, tanto que identificou o que havia de conteúdo em Marx favorável à experiência analítica. Um exemplo foi a compreensão marxista sobre a mais-valia, pertencente à teoria do valor.

Tal adoção trouxe a ruptura com a noção da termodinâmica da economia libidinal freudiana. Pavón-Cuéllar (2014) afirma que Lacan não utilizou a concepção freudiana de um sistema real e natural energético que tende ao equilíbrio. Em compensação utilizou a perspectiva presente em Marx de “[...] um sistema simbólico, artificial e cultural em que se busca a equivalência entre os bens ou os valores constitutivos da civilização [...]” (PAVÓN-CUÉLLAR, 2004, p. 18).

Em resumo, Marx e Freud são postos em diálogo na teoria dos discursos de Lacan, referência importante na compreensão da subjetivação neoliberal, segundo Dardot e Laval (2016). Será em torno da teoria citada, mais especificamente o discurso do capitalista, que a presente pesquisa será desenvolvida.

Conforme Lacan (1968-1969), o marxismo identificou o mercado de trabalho. Recorreu, a fim de explicar a causa do mercado, à mais-valia. Em outras palavras, o pensamento de Marx sobre a crítica à economia política se estrutura em função da mais-valia. Apesar de Marx não ter inventado o referido conceito, Lacan (1971) esclarece que ele deu uma conotação crítica ao identificá-lo enquanto um fator de contradição do sistema.

Tal operador, na visão de Lacan (1968-1969), representa a renúncia ao gozo, originada da expropriação do trabalho. E é em torno dessa renúncia que os discursos, dispositivos de subjetivação, constituem-se.

Na tentativa de fundamentar a formação do sujeito do inconsciente, o psicanalista utilizou a categoria “mais-valia”, identificada como aspecto de contradição do sistema do capital, por Marx (1867). Fez analogia entre a mais-valia e o mais-de-gozar (os restos da renúncia ao gozo) para isso. Endereçou a mais-valia à análise psíquica, entendendo que o conceito era a verdade, a causa do desejo. Isso favoreceu a representação simbólica dos bens econômi-

cos: “[...] o sistema econômico do capitalismo como um sistema simbólico da cultura,¹⁷ o “dinheiro” como um “significante”,¹⁸ e os “meios de produção” como dispositivos de linguagem no “campo do discurso [...]” (PAVÓN-CUELLAR, 2004, p. 25, tradução nossa). Ou seja, a materialidade simbólica dos significantes compreende a materialidade das trocas e acumulação mercantis, uma vez que os valores econômicos (salário, lucro, renda, etc.) possuem natureza simbólica.

Lacan (1968-1969) se pauta no principal elemento da crítica marxista ao capitalismo, a mais-valia, para estabelecer sua teoria dos discursos. Interpreta, associando à teoria do inconsciente freudiana, que a mais-valia corresponde ao resto de conteúdo inconsciente que não foi satisfeito, pelo trabalhador. Isso faz com que a economia libidinal não seja mais explicada, baseando-se em fatores orgânicos, hormonais, como era comum no processo primário, baseado no princípio do prazer, de Freud.

A mais-valia é elemento fundamental na constituição do ser falante, em virtude de o material inconsciente ganhar existência, com o discurso. O desejo humano, a economia libidinal, por meio da teoria lacaniana dos discursos, está pautado na materialidade discursiva dos significantes, que é histórica e contextual. Tal constatação lacaniana representa uma importante continuidade do processo secundário, elencado por Freud, que está além do princípio do prazer. Diferencia-se da noção de prazer-desprazer, do equilíbrio termodinâmico da fisiologia, com intuito de afirmar a estruturação das pulsões em torno do real da Coisa, algo remetido à pulsão de morte, trabalhada em Freud.

Ao se associar a Marx, Lacan entende que o sujeito do inconsciente é histórico, não é *a priori* ou detém afetos universais. O ser humano, na perspectiva lacaniana, é resultado da associação de significantes, organizados em um discurso e imanentes à cultura. A articulação de significantes em relação ao objeto *a* é histórica, precisando o interesse da Psicanálise está voltado para a história (LACAN, 1968-1969). Isto é, o objeto fundamental da pulsão freudiana é interpretado, por Lacan, como produto discursivo de um específico contexto histórico. O autor (1968-1969) argumenta, dizendo que as relações entre saber e gozo são diferentes em comparação com os tempos antigos. Na época de Epicuro, o sujeito era dividido, com o recuo sem maiores pretensões na realização do gozo; enquanto, no capitalismo, ocorre a inclusão de todos na relação com o gozo, conforme Lacan (1968-1969).

Por isso, Pavón-Cuellar (2004) diz que Lacan e Marx se aproximam, por entenderem os fenômenos humanos e sociais a partir do materialismo simbólico. O materialismo simbólico lacaniano afirma que, no capitalismo, a renúncia ao gozo é articulada por um discurso. Com isso, é evidenciada a função do mais-de-gozar nesse desprendimento, fundamento do

discurso analítico (LACAN, 1968-1969). Essa função é efeito do discurso. Só acontece, devido à existência do mercado no campo do Outro, fator referencial na constituição do sujeito.

No capitalismo, o Outro recorre a uma estrutura ordinal e cardinal (valor de troca), demonstrada por Marx (1867). É fator de alienação do sujeito. O mercado que o Outro enuncia totaliza os valores a um denominador comum, o contábil. Essa enunciação tem caráter de verdade, pois o Outro é considerado “[...] o lugar em que o discurso do sujeito ganharia consistência, e onde ele se coloca para se oferecer a ser ou não refutado [...]” (LACAN, 1968-1969, p. 24).

No entanto, o discurso presente no Outro não é perfeito. A sua verdade apresenta falhas e não é totalmente conhecida. Para tanto, ocorre a tentativa de determiná-la, através da função do objeto *a* ou chamada de função do mais-de-gozar. Tal objeto é algo suposto, por causa do vazio da impossibilidade de significação do Outro. Dessa maneira, continua o objeto da completude perdido, mesmo havendo a tentativa simbólica de reencontrá-lo.

O mais-de-gozar, por sinal, relaciona o termo *a* da fantasia ao sujeito. Traz a subjetivação pela causa do desejo, o objeto *a*, tendo como fonte de produção a renúncia ao gozo. Isso quer dizer que a vida se reduz a um elemento de valor (LACAN, 1968-1969). A significação de um objeto é efeito do encadeamento de significantes que traz a representação ou a equivalência suposta de um significante para outro. Sem esse entendimento, não há sujeito. Este tem sua origem pautada na mais-valia, termo utilizado por Marx, tido, para Lacan (1968-1969), como aquele que criou a noção de causa no discurso. O fato de Marx ter atribuído à mais-valia a causa do capitalismo contribuiu para que Lacan trouxesse a noção de causa ao objeto da pulsão da teoria freudiana.

A renúncia ao gozo, expressa na mais-valia, em operação discursiva, apresenta a função mais-de-gozar. Produz o objeto *a*, aquele perdido na articulação discursiva composta de significantes. É por meio desse resto que ocorre a formação do desejo ao qual o sujeito se endereça. Na tentativa de representar aquilo denominado de sujeito, acontece a associação de significantes. Como se observa, é um processo simbólico, representativo. No entanto, a representação necessária, por significantes, na constituição de sujeitos, produz uma perda, chamada de objeto *a*.

Desse modo, Lacan (1968-1969) defende que foi Marx quem inventou o sintoma, com valor de verdade, ao identificar a causa do mercado. Tal invenção se refere ao objeto-de-conhecimento, porque, pautando-se em Althusser (1964, 1976), o sintoma enquanto objeto real já existia antes da teorização marxista. Entretanto, o objeto real “sintoma” somente foi

apropriado quando Marx passou a utilizar a mais-valia, um objeto-de-conhecimento, para explicar o mercado.

O objeto *a*, que faz referência à mais-valia, é fundamental para a formação do sujeito. Pode estar associado ao seio, à evacuação, à voz ou ao olhar, através do discurso de renúncia ao gozo. A partir dessas produções, é possível produzir o mais-de-gozar. Inclusive, o trabalho de encontrar o valor da vida tem como recurso a função do mercado, correlata à do mais-de-gozar.

Todavia, foi preciso a absolutização do mercado para a mais-valia operar no discurso. Lacan (1971) fala que tanto o mais-de-gozar quanto a mais-valia somente são detectáveis, com o discurso do capitalista. Ou seja, a mais-valia tem aspecto simbólico. Ganha existência quando está presente nas relações sociais. A existência do mais-de-gozar só se torna evidente, através da representação da mais-valia. Esta ocorre, pela função metonímica do discurso, a qual utiliza a lógica do capitalismo.

A exemplo disso, o trabalho abstrato, atrelado à remuneração, tornou-se comum, com a absolutização do mercado. O problema é que a retribuição do desempenho laboral não condiz com o que se propõe. Não considera o valor de uso, a qualidade do trabalho, ocasionando em trabalho não remunerado, nomeado de mais-valia.

A lógica capitalista, presente no discurso do mercado, articula elementos a ponto de resultar em falhas, nomeadas de mais-valia. O trabalhador se torna uma força a serviço do capital sem ao menos gozar a sua pulsão. Seu dispêndio de energia laboral não se equivale ao salário ganho. Por conseguinte, a mais-valia é registrada.

O determinado discurso acarreta também a posição do eu frente ao sistema. É uma forma do eu que expressa reivindicação, por causa da frustração da condição de ser trabalhador. Como diz Lacan (1968-1969), o trabalhador é a verdade do sistema. Identifica o conflito existente no mercado, pois não é retribuído totalmente, por sua produção. Busca, em sua luta política, o valor da renúncia ao gozo.

Trata-se aqui de dizer que o saber do discurso tem como requisito o mercado. Com este, qualquer produto é capaz de se tornar mercadoria. Passa, então, o produto a apresentar o valor da renúncia ao gozo, o qual não é satisfeito pelo valor de troca, pois é de graça e não é representável por completo. Mesmo que a ciência seja remunerada, por exemplo, por seu valor de saber, é obtida gratuitamente.

Existe até o esforço de o mercado do Outro em alcançar o gozo, com a homogeneização dos saberes. Ainda sim, a verdade do mercado do Outro não consegue gerar um valor equivalente ao valor de uso, como diz Lacan (1968-1969). O saber não é absoluto. Detém

uma falha inerente a sua existência. Por isso, o sofrimento do sujeito perdura em não realizar o gozo, resultando no resto mais-de-gozar, um gozo a ser restituído.

Consequentemente, o sintoma é formado como alternativa de satisfação do gozo. É em torno dele que os significantes giram. Ele é tão necessário que serve de parâmetro do discurso, de orientação. Para Lacan (1971), Marx e Freud apontaram sintomas, formulando conhecimentos sobre eles. Tais fenômenos definem conflitos. Na compreensão de Marx e Freud, não é possível analisar a dinâmica do sujeito ou da sociedade sem sintoma, assim a razão que propõe a ausência de conflito é tomada como falsa.

Na teoria marxista, o sintoma equivale dizer que a troca de mercadorias, com valores de troca iguais e valores de uso diferentes, desvirtua-se ao ocorrer o câmbio de força de trabalho por salário, pois anula “[...] o princípio universal da troca de mercadorias [...]” (ZIZEK, 1994, p. 307), a igualdade. Tal afirmação se dá, devido à produção de excedente, originado pela força de trabalho, o qual não corresponde ao valor de troca, representado pelo salário.

Nas palavras de Zizek (1994), é a própria desrazão o sintoma o qual Marx criou. É considerado elemento irracional da sociedade capitalista, que promete razão em seus processos. A verdade de Marx desconstrói o saber mercantil, efeito do poder do significante-mestre. Expressa algo, mas não é de todo entendido conscientemente. No marxismo, não existe, contribui Althusser (1964, 1976), a razão universal, e sim o conflito de razão presente na luta de classes.

Com o estabelecimento da sociedade burguesa, as relações de dominação e servidão são recalçadas: formalmente, parecemos estar lidando apenas com sujeitos livres, cujas relações interpessoais estão isentas de qualquer fetichismo; a verdade recalçada – a da persistência da dominação e da servidão - emerge num sintoma que subverte a aparência ideológica de igualdade, liberdade e assim por diante. (ZIZEK, 1994, p. 310).

É possível, então, o discurso do capitalista lidar com o mais-de-gozar? Possibilita a formação de um sujeito capaz de gozar? No capitalismo, a verdade social média está no valor de troca. Enuncia o saber atrelado ao mercado, ocorrendo a estruturação de um discurso específico, com referências econômicas. Funciona da seguinte maneira: um significante é articulado com outro de modo que possa produzir a representação do primeiro, e assim sucessivamente. Entretanto, são representações que não elaboram todo o saber. Elas deixam restos a serem buscados, chamados de mais-de-gozar, o mesmo que mais-valia. Até porque o objeto *a*, conforme Lacan (1968-1969), não tem seu valor denominado, por significantes.

Mesmo assim, as mercadorias são produzidas para enganar o mais-de-gozar ao serem consumidas. Contraditoriamente, “[...] não preenchem o campo do gozo, nem sequer estão em condições de bastar ao que se perde em função do Outro [...]” (LACAN, 1968-1969, p. 100). Isso quer dizer que o discurso do capitalista apresenta proposta ineficaz?

Se depender da proposta neoliberal de Mises e Hayek, a mais-valia e concomitantemente o mais-de-gozar não se reproduzem mais, pois, na visão deles, o que existe no lugar do sujeito trabalhador o empreendedor, detentor de seus meios de produção e de sua força de trabalho. Então, como fica alienação humana, em virtude da configuração neoliberal do capital? Desenvolve-se? São questões que serão trabalhadas ao longo dos próximos capítulos.

3 SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL

3.1 Contexto neoliberal e seu processo de subjetivação

Ao longo dos anos, transformações vêm ocorrendo no regime de acumulação capitalista. Desde a década de 1930, está em curso o projeto ideológico e político de sua mais recente forma: a neoliberal, a qual foi, de fato, aplicada a partir da década de 1970. Sua proposta é a intensificação da lógica do capital nas relações sociais e na subjetividade. Assim, como foi possível o seu estabelecimento e a sua dominação? Quais suas implicações? É o que se pretende responder.

É importante frisar, conforme Dardot e Laval (2009), que o avanço da sociedade neoliberal não foi algo programado inicialmente. Partiu de um contexto propício, com teorias e normas em favor do mercado. Discursos que promoviam o estabelecimento de enunciados relativos ao mercado deram condições para a implantação do modelo neoliberal. Os conhecimentos pretendiam representar uma verdade a fim de construir uma narrativa válida e influente. Serviram para justificar a atuação neoliberal na sociedade.

No início do século XX, o capitalismo estava mais financeiro e industrial. Além disso, de 1914 a 1918, aconteceu a Primeira Guerra Mundial. Após, houve a crise de 1929. Tudo isso fragilizou as democracias liberais do momento. Uma das alternativas foi a intervenção do Estado na economia e na assistência social. Outro direcionamento foi o totalitarismo. Conseqüentemente, perante as reformas dos estados, segundo Dardot e Laval (2009), ascendeu o neoliberalismo. O princípio *laissez-faire*, pertencente ao liberalismo clássico, tinha fracassado, com a degradação da livre concorrência na crise de 1929, e o reformismo social estatal enquanto solução não foi aceito pelos novos formuladores do liberalismo, muito menos as políticas totalitárias estatais.

Para tanto, foi elaborado, em 1938, o projeto neoliberal no Colóquio Walter Lippmann, localizado no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO), na cidade de Paris, de acordo com Dardot e Laval (2009). Dentre os participantes, estava Friedrich Hayek, um dos principais líderes da corrente austro-americana do neoliberalismo. O evento representou a primeira tentativa de internacionalizar as novas perspectivas do liberalismo, com a criação do Centro Internacional de Estudos para Renovação do Liberalismo. Atuou, fazendo uma revisão da doutrina liberal. O exame resultou em duas destacadas tendências, a alemã (ou ordoliberal) e a austro-americana.

As duas correntes se aproximavam em torno da oposição ao “intervencionismo de Estado” e à “escalada do coletivismo” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 73), efeitos da crise do liberalismo. Opunham-se à política protecionista e à intervenção do Estado, mesmo na área social, argumentando que a iniciativa privada e os mecanismos da concorrência seriam os melhores meios de se obter prosperidade e crescimento. Para elas, o coletivismo econômico não tinha caráter científico. Era resultado da manobra das massas cujos cidadãos são coagidos a obedecer aos ditames tirânicos de um estado autoritário. O antídoto, para isso, seria a economia de mercado, em virtude de possuir a capacidade de impedir a politização da economia, mantendo a livre escolha do consumidor, considerado aspecto da liberdade individual e fator de eficácia econômica.

Não convinha, para o neoliberalismo, a resposta keynesiana à crise do liberalismo. Não se interessava o neoliberalismo pelas políticas assistencialistas que possibilitavam condições sociais iguais a todos na concorrência mercadológica, como a distribuição de renda e a proteção social, pois era contra o intervencionismo estatal na economia. A proporção de liberdade era dada a partir do resultado dos vencedores do mercado, então quem oferecesse melhor produto teria condições sociais mais vantajosas.

Contudo, discrepâncias também entre as tendências austro-americana e alemã foram afirmadas. Referiam-se à reformulação do liberalismo. A posição da primeira era manter certas características do princípio *laissez-faire*, já a segunda, não. Ou melhor, a primeira defendia a renovação desse princípio sem a intromissão estatal. A tendência austro-americana entendia que, de acordo com Dardot e Laval (2009), a crise de 1929 fora causada, pelo desvio dos princípios liberais. Algo bem distante da outra perspectiva, a qual identificava a origem dessa crise no próprio liberalismo clássico.

Ambas as tendências não se encerraram no colóquio. Tiveram a função de apresentar um arcabouço teórico, em forma de discurso, capaz de trazer significação aos desejos, aos valores morais e às identidades humanas. Trouxeram a representação de que eram a solução ao comunismo, ao fascismo, ao nazismo e à intervenção estatal equivocada. A liberdade subjetiva, por exemplo, foi considerada um valor essencial ao mundo civilizado. Tanto o neoliberalismo austro-americano quanto o alemão defenderam que o meio para a realização da liberdade subjetiva está no mercado livre das interferências do Estado. Mas do que se tratam especificamente as duas correntes?

O neoliberalismo alemão, representado por Rougier, Von Rüstow e demais autores, corresponde a uma terceira via, dentre o darwinismo social do liberalismo clássico e o estado social (DARDOT; LAVAL, 2009). Cabe ao Estado proporcionar o mercado, ordenando-

o; por isso a tendência é nomeada de ordoliberalismo, em alusão à importância de uma ordem legal que regule a sociedade e a economia de mercado. Caso o Estado não estabelecesse regras ao mercado, a concorrência seria eliminada, os vencedores da competição abusariam de suas conquistas e os derrotados seriam anulados.

Nesse sentido, a organização econômica não é natural, para o ordoliberalismo. Advém da “[...] construção jurídica de um Estado de direito e uma ordem de mercado.” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 112). Internamente a concorrência está regida sob o mecanismo dos preços. O sistema de preços de concorrência ordena os preços livres sem estes serem preestabelecidos. O que é importante, visto que o sistema de preços de concorrência é considerado o melhor meio de satisfazer os desejos da multidão de consumidores. SEM COESÃO

O Estado apresenta a função de desenvolver as condições sociais da economia de mercado e a integração dos sujeitos, baseando-se no contrato com o consumidor-eleitor. Ou seja, o parâmetro está no entendimento do cidadão enquanto consumidor. Nesse papel social, o sujeito pode desempenhar sua liberdade, atendendo aos direitos e deveres prescritos pelo Estado. É capaz de obter prosperidade, através da economia de mercado, a qual se torna viável ao ser regulada pelo Estado. Este atua, estabilizando a moeda e a concorrência, compreendida enquanto um direito fundamental do cidadão.

Em termos das políticas sociais, o estado ordoliberal incentiva a responsabilidade individual. A caridade não é bem aceita. Traz dependência do sujeito a uma entidade que se torna superior a ele. Assim, a proteção estatal é voltada para evitar os desajustes dos mais fracos diante das mudanças técnicas e do mercado. Defende somente uma redistribuição moderada a fim de o cidadão poder participar do mercado. Entretanto, o objetivo está na responsabilidade do sujeito em adquirir suas reservas e seu patrimônio por conta própria.

O progresso social passa pela constituição de um “capitalismo popular”, baseado no estímulo à responsabilidade individual mediante a constituição de “reservas” e a formação de um patrimônio pessoal obtido graças ao trabalho. (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 122).

“A economia de mercado só pode funcionar se estiver apoiada numa sociedade que lhe proporcione as maneiras de ser, os valores, os desejos que lhe são necessários.” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 123). Em virtude disso, a política ordoliberal dá ênfase ao funcionamento do mercado. Ele precisa de ações morais, ou ideológicas, e sociais, por isso o Estado visa promover essas ações. Não está o Estado desvinculado da economia, como o liberalismo clássico afirmava, visto que a sociedade não se adequa ao mercado espontaneamente. Há que estabelecer um determinado laço social que favoreça a competição.

A concorrência permite o sujeito se desenvolver. Com o objetivo de ser competitivo, tem condições de melhorar a sua responsabilidade de tomar decisões e capacidade de traçar planos. As virtudes da prudência, seriedade e responsabilidade são desenvolvidas quando o sujeito concorre no mercado, pois o meio seleciona pessoas desse perfil. Isso representa o fato de o ordoliberalismo defender uma mentalidade voltada para a ética da concorrência. Traz uma dimensão moral associada à pequena empresa.

A educação do mercado faz com que o sujeito se assemelhe a uma pequena empresa. Consequentemente, a proletarização do trabalhador é evitada, sendo isso positivo na visão ordoliberal. Röpke (*apud* DARDOT; LAVAL, 2009) afirma que a proletarização é o principal aspecto do coletivismo, algo rechaçado pela corrente. Quando alguém não possui propriedade e reservas de caráter afetivo e social, torna-se dependente economicamente. Fica submetido a trabalhos mecanizados que geram a sua despersonalização.

Em outras palavras, a solução que o ordoliberalismo defende, diante da dependência econômica, é a transformação dos trabalhadores proletários em burgueses. Somente o sujeito empreendedor tem capacidade de exercer a cidadania. Então, o progresso social está em proporcionar empreendedores-cidadão de toda ordem. Com a propriedade privada, o sujeito fica independente. Torna-se seu próprio mestre, responsável pela produção e capaz de empreender por conta própria. É uma proposta diferente da do estado social ou Estado do Bem Estar-Social. Para o neoliberalismo alemão, esse tipo de estado não reconhece o sujeito. Trata-o como menor incapaz.

Portanto, existem muitos benefícios em produzir sujeitos empreendedores nessa perspectiva. As escolhas deles causam impacto positivo na sociedade. Eles têm maiores condições de “[...] procurar descentralizar as instituições políticas, descongestionar as cidades, desproletarizar as estruturas sociais, desmonopolizar a economia e a sociedade [...]” (DARDOT; LAVAL, 2009, p.133). Favorecem a constituição de uma sociedade de unidades familiares pequenas de habitação e produção, independentes e concorrendo entre elas (DARDOT; LAVAL, 2009).

Isso quer dizer que o processo econômico corresponde a um valor humano importante para o progresso social. É no meio competitivo onde o sujeito exerce sua liberdade e autonomia. Na relação social de concorrência, o sujeito desenvolve sua propriedade e empresa, com isso aumenta sua autonomia. Sendo assim, o objetivo da proposta ordoliberal é a

[...] restauração da liberdade econômica, a humanização das condições de trabalho e vida, a supressão da proletarização, da despersonalização, do desenquadraremos sociais, da formação em massa, do gigantismo e do privilégio, e outras degenerações

patológicas do capitalismo [...]. (RÖPKE, 1940, p. 281 *apud* DARDOT; LAVAL, 2009, p. 131).

Nas palavras de Röker (*apud* DARDOT; LAVAL, 2009), a política neoliberal tem a função de combater os privilégios, os monopólios e o rentismo, visando proporcionar a concorrência generalizada e constante. Como não reconhece algum mecanismo natural da economia de mercado, é importante formatar um quadro social, moral e político. As mudanças econômicas permanentes exigem políticas de adaptação do sujeito para chegar à harmonia entre a mentalidade humana e sua forma de vida e os aspectos econômicos.

Nascido num estado antigo, herdeiro de hábitos, modos de consciência e condicionamentos inscritos no passado, o homem é um inapropriado crônico que deve ser objeto de políticas específicas de readaptação e modernização. E essas políticas devem chegar ao ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e seu destino a fim de evitar sofrimentos morais e os conflitos inter ou intraindividuais [...]. (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 91).

Constantemente os modos de vida estão sendo modificados, pelo capitalismo. Requerem uma mudança permanente das subjetividades e seu modo de vida. E, para haver adequação deles, vem a ideologia liberal como elemento de significância. Em decorrência disso, o ordoliberalismo conta com a educação. Esta traz a especialização das pessoas, que deve ser flexível, uma vez que o mercado está em constante transformação. Sendo massificada, a educação torna os sujeitos, em geral, mais adaptados às condições de vida, mais aptos a enfrentar as novas tendências e influxos da técnica, organização e concorrência. O resultado é o investimento no progressismo moral e econômico da sociedade.

Já, o neoliberalismo em sua visão austro-americana compreende que a intervenção política leva conseqüentemente à coletivização total e ao planismo da economia. O controle do Estado causa o regime policial totalitário, uma vez que as ações individuais necessitam estar em conformidade com os preceitos da gestão autoritária sobre a economia. O Estado limita ou interrompe a concorrência. As políticas protecionistas dele favorecem o surgimento de monopólios, assim como a falência do liberalismo.

Não foi o livre jogo das forças econômicas, mas a política antiliberal dos governos que criou as condições favoráveis ao estabelecimento dos monopólios. Foi a legislação, foi a política que criou a tendência ao monopólio. (AUDIER, 2008, p. 37 *apud* DARDOT; LAVAL, 2009, p. 79).

Na concepção da corrente, é vantajoso ter o mecanismo dos preços livre, já que funciona como fator influenciador das decisões dos agentes econômicos. A proposta engloba também os trabalhadores nesse mecanismo. Estes devem estar submetidos aos desequilíbrios

econômicos periódicos. Em determinado momento, podem estar desempregados ou sem algum serviço, porém, com o retorno do equilíbrio, o mercado favorece a sua inserção. No entanto, quando ocorre a intervenção estatal, o movimento automático da economia é interrompido, parando de funcionar. A economia, por só si, nessa visão, tem a capacidade de resolver os dilemas sociais, no caso o desemprego. Não necessita de mediações do Estado.

Condena substancialmente a tendência austro-americana qualquer intervenção das instituições sobre o mercado, por defender a liberdade de ação humana sem ameaças de punição. Na opinião dela, a intervenção estatal leva ao totalitarismo e à regressão econômica. A máquina do mercado mesma tende ao equilíbrio. Sai de seu eixo, com a atuação das ações moralistas ou intervenções político-sociais, comum em regimes socialistas. Os lucros vêm de onde os produtos, independentemente de serem bons ou ruins, mais se aproximam do desejo dos consumidores. Cabe somente ao sujeito a opinião sobre o que é bom ou ruim.

Ainda assim, a ação estatal está prevista na tendência. Em vez de estar presente no mercado concorrencial, tem o papel de estabelecer um regime jurídico favorável ao mercado concorrencial. O neoliberalismo austro-americano deixa claro que o Estado tem a prerrogativa, monopólio de ser coercitivo na seguinte situação: para garantir a segurança dos agentes econômicos, para aplicação de regras de conduta justa. O motivo da atuação está em desenvolver a soberania do consumidor. De forma alguma, o Estado é, nesse caso, assistencialista.

Como a vida econômica não é natural, há a necessidade de as relações sociais serem mediadas por leis. “Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo.” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 69). A própria liberdade de concorrência é uma construção social a qual exige um regimento jurídico e programa político adequados. Necessita ser baseada em métodos científicos. Esses apontam para a orientação de um conjunto de direitos e deveres sobre a propriedade, as trocas e o trabalho.

O que de fato organiza o mercado é o preço. Considerado elemento mediador da ação humana, representa a comunicação do mercado. O preço também demonstra a alta ou baixa demanda. Quando está alto, pode ser que a demanda seja maior que a oferta, e vice-versa. Saber informações sobre o preço é de fundamental importância. Ao lidar com elas, o sujeito pode ter melhor proveito no mercado. Leva vantagem financeira. Torna-se mais competitivo.

É através da concorrência neoliberal que ocorre o desenvolvimento e a socialização do sujeito na visão da corrente austro-americana. É tida como meio privilegiado e principal. Regido pela busca do lucro, causa do processo concorrencial, o sujeito participa do mer-

cado concorrencial. Para que a sua participação seja efetiva, conta com a liberdade em suas decisões. Não há nenhum impedimento em relação ao que deve ou não fazer. Age, referenciando-se nas regras de conduta. São regras gerais e legítimas, uma vez que pertencem ao costume e à tradição. Assim, não exercem coerção sobre os sujeitos nem limitam a liberdade deles. Compõem o chamado direito privado o qual é mantido pelo Estado e está presente nas instituições.

Na economia de mercado, o indivíduo é livre para agir dentro da órbita da propriedade privada e do mercado. Suas escolhas são inapeláveis. Para seus semelhantes, suas ações são fatos que devem ser levados em consideração por eles em sua própria atividade. A coordenação das ações autônomas de todos os indivíduos é assegurada pelo funcionamento do mercado. A sociedade não diz a alguém o que deve fazer. Não há necessidade de tornar a cooperação obrigatória por ordens e proibições. A não cooperação penaliza a si mesma. O ajustamento às exigências do esforço produtivo na sociedade e a busca dos objetivos próprios do indivíduo não conflitam. Isso, portanto, não requer arbitragem. O sistema pode funcionar e desempenhar seu papel sem intervenção de uma autoridade que emite ordens e interdições e pune os recalci-trantes. (MISES, 1985, p. 762 *apud* DARDOT; LAVAL, 2009, p. 138-139).

O marco de referência das escolhas livres do sujeito está no conhecimento. Usando-o de maneira proveitosa, tem maiores chances de vencer os seus oponentes. A partir das informações que possui, faz cálculos, objetivando vantagens máximas. Quando não tiver condições de lidar com todas as informações importantes, a ignorância persiste. O concorrente perde com isso. No entanto, possui a oportunidade de reverter tal situação, aprendendo e se adaptando.

Na verdade, os participantes do mercado estão em aprendizagem contínua e adaptação permanente. Leva vantagem quem sabe aproveitar melhor as oportunidades dispostas livremente na concorrência. Os vitoriosos, na luta pela sobrevivência, são premiados, com ganhos financeiros. Colocam as suas habilidades em destaque, superiores a serviço dos desejos de seus consumidores, a maioria da população, menos dotada.

Como todo homem na posição de ator, o empreendedor é sempre um especulador. Ele prevê agir em função de situações futuras e incertas. Seu sucesso ou seu fracasso dependem da exatidão com que prevê acontecimentos incertos. [...] A única fonte de onde saem os lucros do empreendedor é sua aptidão para prever melhor do que os outros qual será a demanda dos consumidores. (MISES, 1985, p. 307 *apud* DARDOT; LAVAL, 2009, p. 146).

O próprio mercado é meio de descoberta e aprendizado na tentativa de ajustar o sujeito à demanda dos consumidores. Constitui o sujeito, devido a seu caráter educativo e disciplinar. O mercado é quem forma o sujeito a se autogovernarem, a se responsabilizarem pelos limites de suas ações de modo racional. Corresponde à base do vínculo social, composta por

membros que se relacionam entre si, por acordos contratuais. E possibilita a conciliação de divergentes projetos individuais, concorrendo entre si.

Nessa tendência, a competição e a rivalidade marcam o diferencial frente ao liberalismo clássico. Sua concorrência

É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autorregulador (isto é, que conduz ao equilíbrio perfeito) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. E, se não necessita de poderes reguladores externos, é porque tem sua própria dinâmica. (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 139).

O neoliberalismo austro-americano trata, enfim, do sujeito econômico empreendedor, baseado na pressuposição de que “Todo indivíduo tem algo de empreendedorismo dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse “empreendedorismo” humano” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 145). Isto é, a sua ênfase está na ação individual e no processo de mercado, pois entende que é a maneira mais eficaz de proporcionar o desenvolvimento humano.

Existe a capacidade de o sujeito se tornar empreendedor no mercado, como também nas diversas áreas da vida. Seja no ambiente de trabalho ou em casa, ser empreendedor dá vantagem ao sujeito em obter ganhos ao identificar oportunidades e explorá-las, o que melhora a sua condição de vida. A mentalidade exercida no mercado é expandida para as dimensões outras da vida. O sujeito empreendedor elabora um plano individual de ação, com objetivos e recursos, que orientará o seu comportamento, tal qual uma empresa. “Todos os problemas são solucionáveis dentro do “espírito da gestão” e da “atitude gerencial”; todos os trabalhadores devem olhar para sua função e seu compromisso com a empresa com os olhos de gestor.” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 154).

Desta feita, a principal contribuição da tendência, como dizem Dardot e Laval (2009), é a dimensão antropológica do homem-empresa. Von Mises e Kirzner trouxeram o aspecto subjetivo ao liberalismo clássico. Destacam-se, por terem “[...] transformado a teoria dos preços de mercado em uma teoria geral da escolha humana” (MISES, 1985, p. 3 *apud* DARDOT; LAVAL, 2009, p. 141). Era o que faltava na visão liberal.

A partir de então, a teorização do neoliberalismo conseguiu ser formalizada. Dentre as duas tendências, a hegemônica foi a austro-americana, por uma série de motivos. Depois do Colóquio Walter Lippmann, Hayek se destacou, por sua obra “O caminho da servidão” (HAYEK, 1944). Em 1947, liderou a criação da Mont Pelerin Society, cujos membros, Mises e Friedman, por exemplo, congregavam as ideias do teórico. Os recursos da sociedade inaugurada vinham da elite financeira, principalmente a dos Estados Unidos. Tal elite estava

interessada em aumentar o seu poder, com o investimento feito. Devido às perdas financeiras durante as guerras mundiais e a crise de 1929, a influência política tinha diminuído.

Reuniam-se os participantes visando enfrentar a regulação e o intervencionismo estatal, algo comum na época. Propagavam que o keynesianismo e o solidarismo eram um perigo à liberdade individual, tendo em vista que prejudicavam o livre funcionamento do mercado, meio considerado de expressão da liberdade de cada sujeito. No lugar, pretendiam colaborar com a instituição de um capitalismo livre de regulações.

No entanto, a influência da teoria no pensamento político-econômico e nas práticas sociais só ganhou maiores proporções na década de 1970, segundo Harvey (2005). A ideologia conseguiu se inserir em prestigiadas universidades, como a Universidade de Chicago. Ganhou ainda mais legitimidade e reconhecimento mundial, com o prêmio Nobel de Economia a Hayek, em 1974, e a Milton Friedman em 1976. Tamanha foi a forte influência do neoliberalismo austro-americano que Margaret Thatcher, Jimmy Carter e Paul Volcker, figuras importantes do poder público, realizaram a agenda político-econômica dele. Organismos internacionais, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), foram outros responsáveis pela implantação das propostas neoliberais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é mais uma que passou a defender a cartinha neoliberal sobretudo nas políticas educacionais.

Os governos do presidente Carter (de 1977 a 1981), Estados Unidos, e da primeira-ministra Thatcher (de 1979 a 1990), Reino Unido, implantaram reformas neoliberais de cunho monetarista no sistema estatal e conseqüentemente no econômico de seus respectivos locais. No ano de 1979, Paul Volcker, presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, elevou a taxa de juros e defendeu o fim do acordo de Bretton Woods. Todos souberam bem assegurar os seus projetos. Aproveitaram o momento oportuno em que se vivia uma crise econômica. Com isso, tiveram a oportunidade de aplicar políticas de austeridade econômica sem maiores discordâncias e resistências, justificando que as reformas neoliberais era única alternativa ao problema da crise do endividamento no final da década de 1970.

A nível mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial serviram de mecanismo de imposição de políticas de austeridade monetária aos países devedores. Em troca do reescalonamento das dívidas dos países, a maioria emergente, os organismos internacionais obrigavam os devedores fazerem ajustes estruturais de cunho neoliberal.

O aumento dos juros das dívidas dos estados e a inflação descontrolada fizeram os países seguirem as pressões do FMI e Banco Mundial. Foi isso que aconteceu com a América

Latina a partir de 1979, com exceção o Chile e a Argentina. Lá o neoliberalismo foi implantado, através de golpes ditatoriais.

Não muito diferente, o Brasil avançou no neoliberalismo, na década de 1990, atentando-se aos mandamentos do FMI e do Banco Mundial, presentes no Consenso de Washington. Algumas das ações foram a abertura a investimentos estrangeiros, inserção de medidas neoliberais na gestão pública, intensificação da participação no mercado globalizado, privatização de empresas públicas e emissão de títulos da dívida públicas. Em outros ciclos de ajuste neoliberal, houve as reformas da previdência, trabalhista, leis de controle austero dos gastos públicos. Como forma de aumentar os lucros, os direitos sociais foram diminuídos, o gasto com mão-de-obra foi reduzido. Isso tudo transformou o país em uma plataforma de valorização financeira cujos investidores anseiam por ganhos máximos.

Nota-se que o conjunto de ações foram tomadas no mundo globalizado. De teor neoliberal, corresponderam à transformação do regime de acumulação o qual resultou em rentista e a curto prazo. O protagonismo do Estado, nas medidas, teve a função de subtrair os programas de proteção social. Em troca, passou a desenvolver a função de promotor da hegemonia da liberdade do mercado.

A controvérsia é que o regime neoliberal não está sendo desempenhado por completo. Conforme Harvey (2005), China e Estados Unidos ainda apresentam comportamentos de um Estado keynesiano num mundo supostamente governado por normas neoliberais.

Os Estados Unidos têm recorrido a amplos financiamentos via dívida de seu militarismo e seu consumismo, enquanto a China tem financiado sua dívida via empréstimos bancários de difícil recebimento, amplos investimentos em infra-estruturas e capital fixo. (HARVEY, 2005, p. 165).

Isso quer dizer que os mercados ainda recorrem ao Estado a fim de obterem verbas. Os princípios neoliberais continuam sendo uma utopia. Harvey (2017) afirma que a coordenação das liberdades individuais e da propriedade privada, pelo mercado, não trouxe benefício a todos. Muito menos elas foram universalizadas. Na prática, o neoliberalismo é marcado, por crescentes desigualdades de classe, degradação ambiental e crises econômicas (HARVEY, 2017), ao transformar em mercadoria os bens comuns, privatizar os ativos estatais e tornar as finanças especulativas. Não oferece iguais oportunidades de concorrência, uma que os monopólios, detentores de poder corporativo e financeiro, são aceitos. Demonstra um regime de acumulação ilimitada de capital quaisquer sejam as consequências. E, a fim de assegurar a infinita acumulação, trata a taxa de lucro e a propriedade privada enquanto direitos inaliená-

veis. São a base da subjetivação neoliberal. A propriedade privada traz autonomia ao sujeito, e o lucro equivale ao desejo.

Em virtude de o Estado se mostrar sob o modelo keynesiano para dar estímulos ao mercado e de as desigualdades sociais e regionais estarem em crescimento, Harvey (2005) questiona a efetividade do neoliberalismo. Para ele, é uma retórica utópica fracassada sobre a liberdade individual, que disfarça o projeto bem sucedido de restauração do poder da classe dominante. Já, Dardot e Laval (2009) entendem que o neoliberalismo foi exitoso em submeter o sujeito à imagem e semelhança de uma empresa.

A visão antropológica de empreendedores de si é o diferencial em relação ao liberalismo tradicional. Estabelece maior dominação do neoliberalismo entre as propostas político-econômicas. Através do dispositivo “discurso do capitalista” (LACAN, 1972), o tipo empreendedor vem produzindo subjetivações. Algo que será melhor discutido no próximo subcapítulo.

3.2 Subjetivação neoliberal do discurso do capitalista

Dardot e Laval (2009) afirmam que o neoliberalismo pressupõe uma nova subjetividade. É baseada num específico tipo de discurso lacaniano: o do capitalista. O regime associou a determinação dos preços do mercado à escolha humana. O valor dos preços, então, passou a ser determinado pelo gosto ilimitado. É uma questão de satisfação. Quanto maior a satisfação humana, maior será o preço. Isso tem a ver com a procura. Entende-se que o sujeito busca a sua satisfação em algo. Procura por algo que melhor o satisfaz.

Ressalta-se que o aspecto subjetivo vem sendo destacado nos fenômenos econômicos desde século XVII, segundo Dardot e Laval (2009). No entanto, atualmente o sujeito não é mais o mesmo dos séculos passados. O neoliberalismo expressa diferenciada subjetividade em relação aos tempos anteriores. É diferente o sujeito daquele produtivo e retentor do capitalismo industrial. Está voltado para o consumo fora do limite, em virtude de o neoliberalismo trazer “[...] uma subjetivação pelo excesso de si em si ou, ainda, pela superação indefinida de si.” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 357).

Portanto, como o além de si é internalizado psiquicamente? Parte-se de que sua internalização é resultado da atuação do discurso do capitalista, “[...] a nova e hegemônica modalidade do discurso do mestre” (QUINET, 2010, p. 37). Funciona de uma maneira peculiar quanto aos demais tipos de discursos, pois a noção de sujeito na Psicanálise advém das condições sócio-históricas representadas pelos discursos em circulação.

O discurso, na teoria lacaniana, proporciona formas de relações intersubjetivas. Apresenta quatro maneiras de interação a depender da espécie discursiva. De acordo com Quinet (2010), são governar, educar, psicanalisar e fazer desejar. Usam a propriedade de comando do significante, seja sob a forma de poder (S_1) ou de saber (S_2). Todos exercem dominação, um ato político, através de certo significante localizado na posição de agente. Porém, são consideradas impossíveis de se efetivarem completamente, porque o gozo presente nos laços sociais não é todo simbolizado. O poder de governar, educar, analisar e fazer desejar não possui eficácia de 100%. Em parte, as modalidades conseguem traçar contatos entre os sujeitos, deixando sobras que escapam do ato do discurso. Ao menos, elas dão capacidade ao sujeito de enunciar, importante para a subjetivação.

Na relação de governo, por exemplo, o senhor, expressando o discurso do mestre, dispõe do poder da lei a fim de dominar o outro. A dominação, além de gerar submissão, produz mal-estar no laço social. A interação “[...] exige a renúncia pulsional, promovendo rechaço do gozo, que retorna sob a forma do supereu, do qual o sentimento de culpa do sujeito é o índice que se manifesta através do olhar que vigia e da voz que critica [...]” (QUINET, 2010, p. 36). Assim, o sujeito com função de servo deixa de fazer algo para desempenhar o que foi ordenado.

Os outros três discursos, o da histérica, do analista e universitário, trazem mal-estar também. Com os seus aparatos linguísticos, os quatro discursos tentam dar conta do gozo psíquico, mas não obtêm êxito. A simbolização da linguagem não consegue identificar o gozo puro. Tentam os significantes repetirem a experiência de gozo, marcada na infância, mas fracassam.

Isto é, o uso da função simbólica causa a renúncia pulsional. Deixa restos de gozo não simbolizáveis, o mais-de-gozar. São excedentes que não são denominados pela repetição do significante. Na intenção de chegar ao gozo, é representado o mais-de-gozar pelo objeto *a*, um enodamento entre o registro do real, imaginário e simbólico. Objeto *a* se refere ao mal-estar da civilização, “[...] significa a parte excluída da linguagem e aquilo a que a civilização exige do homem renunciar [...]” (QUINET, 2010, p. 28).

Por isso, não se sabe ao certo o que seja o gozo. A linguagem é deficitária. Ela não caracteriza totalmente o sujeito, trazendo a condição de falta-a-ser a ele. Ou seja, a estrutura da subjetividade não é igual à da linguagem. A cadeia do significante não apreende totalmente o real, é faltante. Ainda assim, o discurso é um recurso necessário. Proporciona determinada representação do sujeito, como também a do gozo. Dá existência de suplência ao sujeito, uma vez que o Outro é negado da totalidade e não tem seu desejo identificado. Além do

mais, o discurso expressa termos de abrangência e impacto social. E produz o semidizer dos conteúdos inconscientes.

No caso do sujeito, é “[...] uma resposta do real da repetição significativa do gozo.” (QUINET, 2010, p. 32). É representado simbolicamente, por meio da associação entre o significante-mestre (S_1), traço unário do Outro, e o significante binário (S_2). O comando do S_1 , as tentativas de representação do S_2 e os restos da impossibilidade do gozo, representados pelo objeto a , formam modalidades de gozo.

Em articulação discursiva, os significantes, S_1 , S_2 e objeto a , constituem o laço social e causam a resposta do real que culmina na formação do sujeito. Não é identificado completamente, por causa de sua fala ou dito imperfeito. Todavia, se não fosse a linguagem, estaria fora da civilização e de seu reconhecimento humano. Sob a articulação discursiva, o gozo não desaparece. O sujeito, com o discurso, implica-se no gozo do laço social, que possui específica ordem do dizer.

Sendo o significante-mestre, S_1 transborda sentidos e, ao mesmo tempo, não consegue apreender o real. Não apresenta nexos nem compreensão exata. Segundo Quinet (2010, p. 28), “[...] é o significante do trauma que se repete ao longo da vida do sujeito.”. Trauma esse é uno, matriz de identificação de função simbólica. Em razão disso, o significante-mestre apresenta o papel de comando. Vale ressaltar que expressa a ordem de gozo. Define o aspecto dominante do discurso. E, por causa da sua falha, deixa uma ausência representada pelo objeto a .

Já, o S_2 se refere ao saber composto por significantes. É um saber localizado no Outro. Serve de meio de se obter o gozo ao tentar capturar a completude narcísica. Frustra-se o S_2 em sua tentativa ordenada pelo S_1 , em virtude da impossibilidade de deter o gozo pleno. Em vez de alcançá-lo, reencontra a falta dele. Entretanto, o impedimento não finaliza a repetição. A rede de significantes insistentemente continua sendo produzida, pois ainda crer na apreensão do gozo. Ela resulta no saber inconsciente (S_2).

Tratam, então, os discursos de gozo. São um semidizer que tenta lidar com o gozo, por meio da conexão entre o lugar S_1 e o objeto a e tentativa de significar do S_2 , o mesmo que lugar do sujeito e lugar do outro significante.

Dito de outra forma será, portanto, a partir da interveniência desse significante que o representa [S_1] sobre o campo do Saber [S_2], que ocupa o lugar do “outro significante”, que vem instituir-se e fixar essa “conexão” que se define como um discurso. (SOUZA, 2008, p. 114).

Em consequência, os discursos fundam laços sociais. Traçam tipos de vínculos entre o sujeito e o objeto, tal como amor e escravo, mestre e a-estudante, analista e analisante, homem e mulher, cruel e ressentido (SOUZA, 2008). Entretanto, esse contato não quer dizer um diálogo entre dois sujeitos ou uma relação subjetiva. Segundo Souza (2008) se refere a um laço social entre dois lugares.

Através da estrutura da linguagem, os sujeitos conseguem enunciar algo. Para isso, contam com as experiências repetidas de busca do gozo e nos fracassos inevitáveis de reencontro com ele. Em outras palavras, exercem atos no lugar onde o discurso determinou. A primeira tentativa de dar conta do gozo, por exemplo, veio do discurso do mestre. Inaugurou a inserção do ser humano na linguagem, trazendo uma escritura. Ademais, o discurso do mestre é parâmetro para a formação de outro discurso, o do capitalista.

No discurso do mestre,

O mestre/senhor (S_1) comanda o escravo (S_2) a produzir os objetos a dos quais ele gozará. É o escravo que detém o saber para produzir os objetos, e esse saber constitui seus meios de gozo. O S_2 como saber é um meio através do qual o sujeito goza com o inconsciente. (QUINET, 2010, p. 31).

Desse modo, o agir do sujeito, no discurso do mestre, refere-se ao elemento dominante do laço social. Impõe uma lei. Consequentemente influencia todos os elementos do discurso. Com a lei, o mestre consegue de certa forma governar. Na verdade, ele encarna a própria lei. No esquema discursivo, é o significante-mestre. Tem a função de dominar o outro. Ao mesmo tempo, isso não nega a importância do governado. Sem ele não há mestre. Ele quem produz. Tem expertise de produzir os objetos de gozo para quem desempenha o papel de mestre.

A fim de alcançar o efeito de governar, os elementos do discurso do mestre, S_1 , S_2 , objeto a e $\$$, em esquema de matema⁹, estão distribuídos respectivamente no agente¹⁰, na verdade¹¹, no outro¹² e na produção.

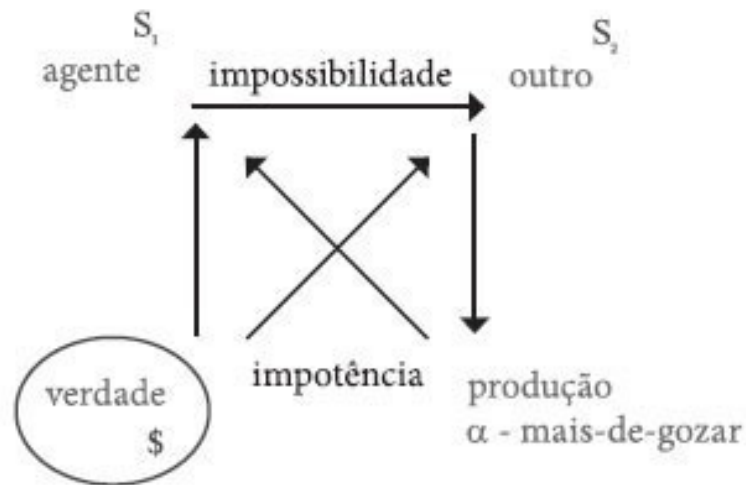
⁹ É um tipo de escrita algébrica inventada por Lacan (1971-1372). Tem a função de representa a estrutura dos discursos.

¹⁰ Lugar do agente é onde se inicia o discurso. O protagonismo acontece lá. Define a atuação do sujeito, assim determina o tipo de discurso. “O “representante” que passa a ocupá-la irá sempre desempenhar essa função *de agente* e, como tal, será o responsável pelo efeito do enunciado para cada um dos discursos.” (SOUZA, 2008, p. 117). Todo o seu efeito é aparente, uma vez que não apreende o real totalmente. Por isso, o local do agente também é nomeado de semblante. Fica na primeira fração, à direta, do matema no denominador.

¹¹ Mais um elemento da primeira fração é a verdade localizado no numerador. É considerado o fundamento do discurso. Dá ordem a ele.

¹² O outro significante se instala na segunda fração à esquerda na parte do numerador. É sobre ele a incidência da ação do discurso. Representa a alteridade em vista do direcionamento do discurso.

Figura 1 – Matema do discurso do mestre



Fonte: Michel Bousseyroux (2012) *apud* Dias (2017).

Nesse caso, o significante-mestre protagoniza o discurso, por ser o agente. Detém o poder de determinar a fala. Funciona como a lei da linguagem. Todavia, como Souza (2008) afirma, o governo do significante-mestre não é completo, pois o ato de governar se encontra na ordem do impossível. Para tanto, a impossibilidade do domínio do S_1 sobre S_2 (no lugar do outro) está retratada no matema acima.

Por mais que essa falha aconteça, o significante-mestre continua sendo importante no discurso. Mantém pequenos outros como escravos. Ou seja, funda a relação com o escravo, dando a ele um lugar no outro. O significante-mestre ordena que o escravo trabalhe. Só faz isso, porque o escravo possui o saber-fazer do trabalho. Nesse discurso, o escravo é o próprio saber representado pelo S_2 . É esse saber que serve de produção do objeto a . No uso dele, o escravo trabalha e consegue produzir um a mais de saber constituinte do ¹³. Tal ganho é de interesse do senhor, por isso é oferecido a ele.

Mesmo que objeto a seja a demanda do senhor, não é alcançado. Isso está visível no matema demonstrado: falta uma ligação direta entre os lugares da verdade e da produção e o senhor não acessa diretamente o lugar da produção. O que está em evidência, diante dessa impotência, é a castração. O impedimento do contato do lugar da verdade com o da produção denota o recalçamento do desejo. Isso não quer dizer que o lugar da verdade seja irrelevante,

¹³ Na teoria laciana dos discursos, a produção do objeto a é associada à mais-valia. Ficou entendida como mais-de-gozar. A sua noção de adição, a mais, é uma tentativa de dar conta da falha da linguagem expressa na falta-de-ser e na falta-de-saber. Por isso, o objeto a aponta o vazio da falha e, ao mesmo tempo, causa o desejo de preenchimento dessa falta.

ela possui função na estrutura da linguagem. No caso do discurso do mestre, esse lugar é ocupado pelo sujeito (\$), tornando a instância causa do discurso (SOUZA, 2008).

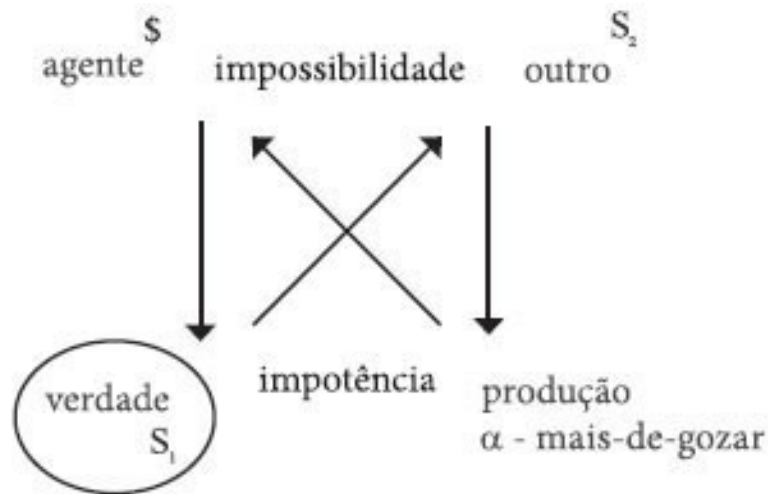
De acordo com Souza (2008), o laço social é justamente produzido pela conexão entre o agente e o outro. E está barrado. Tal aspecto é demonstrado nas barras verticais das frações do matema da figura acima. Na primeira barra, está a razão entre os locais do agente e da verdade; e, na segunda, estão os lugares do outro e da produção (lugar mais-de-gozar). As barras do matema resistem à significação dos lugares da produção e da verdade. Em detrimento disso, tais termos não podem ser completamente conhecidos. Estão sob a condição de disjunção. Não existe comunicação entre eles nos quatro discursos, sendo impossível compreender o real que causa o discurso. Não há uma seta voltada para o lugar da verdade.

Portanto, os discursos são enunciações lógicas que apresentam falhas. Fazem parte de um contexto histórico. Suas estruturas estão permeadas por conhecimentos, produções materiais de uma época. Determinado momento diz sobre os efeitos dos discursos, o que não é diferente com o regime neoliberal. Apesar da importância das quatro enunciações discursivas para a formação da subjetividade, uma em desconformidade está se destacando na atual sociedade. Chama-se discurso do capitalista.

O discurso em prevalência atual não pertence aos quatro discursos. Caracteriza-se por ser estranho, por mais que tenha se baseado no discurso do mestre. É uma exceção em relação aos quatro discursos. Seu objetivo é não limitar o gozo. “Essa condição linguajeira causou uma ilusão de que seria possível a aquisição de um saber que pudesse comandar esse objeto identificado no ensino lacaniano como *mais-de-gozar*.” (SOUZA, 2008, p. 12).

Do discurso do mestre ao do capitalista houve alterações consideráveis, como é mostrada na figura 2, logo abaixo. De um movimento de inversão, os elementos foram modificados de modo a estarem fora da lógica de construção dos quatro discursos. Com o discurso do capitalista, o sujeito passou a estar no lugar do agente. No discurso do mestre, era ocupado pelo significante-mestre. Este último, que estava na posição de agente, foi para o lugar da verdade. Além do mais, as setas de comunicação entre os lugares foram alteradas. Na nova configuração, a seta do lugar do agente implica diretamente no lugar da verdade, ao posto que antes o sentido dela era ao contrário. Não há impossibilidade entre o agente e o outro, por não existir uma seta indicando isso.

Figura 2 – Matema do discurso do capitalista



Fonte: Michel Bousseyroux (2012) *apud* Dias (2017).

Através do novo arranjo discursivo, o capital se tornou a ordem do discurso e elemento comum nas interações sociais. Na verdade, passou a ser o senhor absoluto. Comanda a estrutura discursiva tal qual o senhor do discurso do mestre. A disparidade é que o capital domina implicitamente, e o senhor, não. O senhor, no discurso do mestre, precisa do escravo ou dominado, porque reconhece que o escravo possui o saber viável para a produção do que almeja. Já, no discurso do capitalista, não existe o vínculo entre o senhor e seu submisso. Primeiro que o senhor dele é o capital. Está implícito, não tem contato direto com o outro. Dá a impressão de que o sujeito quem domina o discurso, mas é apenas uma farsa.

A exemplo da empresa Uber, não se sabe ao certo quem é o proprietário dela. Como se trata de uma instituição de capital aberto, depende de vários acionistas aplicando dinheiro na intenção de ter o capital de retorno. Por certo, existe aquele majoritário, mas não constitui a identidade da empresa. É uma figura a qual possui a função de investir, sustentar a Uber financeiramente. Não é obrigatório gerenciá-la. Desse modo, com a financeirização dos empreendimentos, nota-se que “A figura do capitalista de hoje tende a desaparecer, e no lugar dominante temos a figura impessoal do capital globalizado.” (QUINET, 2010, p. 40). O acionista é movido pelo capital. É servo dele.

O problema é que o capital não é um sujeito. É de fato uma abstração produzida nas relações sociais. Para ser válido, precisa haver a criação de mais-valia no investimento financeiro inicial. O sujeito despende o seu trabalho, gerando determinado produto. Em troca de seu serviço, ganha uma remuneração aquém do valor de sua produção. Esse resto é a mais-

valia, fundamental ao acréscimo do valor monetário inicial investido. O dinheiro aumentado se chama capital, fator que rege as relações capitalistas. É motivo de existir tantos objetos de consumo, conhecimentos científicos e consumidores de mercadorias, afinal, eles propiciam o capital.

Lacan (1968-1969) trouxe uma interpretação, a nível psíquico, da categoria mais-valia, analisando-a como fundamento geral da teoria do discurso. Para o autor, a mais-valia representa a renúncia do trabalhador ao gozo, visto que o preço e o salário são valores abstratos, arbitrários, não equivalem efetivamente à condição de vida. Preço e salário são significantes, na perspectiva lacaniana, por isso não conseguem representar completamente as fantasias humanas. Conforme Lacan (1968-1969), a falha da mais-valia está na desconsideração do valor de uso do produto do trabalhador na definição do preço. Utiliza-se um valor arbitrário vindo do mercado, especificamente da lei da oferta e da procura do produto, para determinar o preço. O uso ou consumo do produto do trabalhador, de teor subjetivo, não faz parte dos critérios do valor.

O equivalente da produção está para além da lógica capitalista em contabilizar, associada ao dinheiro, a qual somente aparece nos percursos do valor de troca. Segundo Lacan (1968-1969), o valor verdadeiro é o da renúncia ao gozo. A remuneração do verdadeiro valor de saber, pelas regras do mercado da ciência, não é eficiente, pois a retribuição não vem exatamente do salário. Então, quando se remunera, por essas regras, ocorre a produção do resto não remunerado, não passível de estar atrelado ao mercado. Esse resto é o mais-de-gozar.

Segundo a abordagem lacaniana, a renúncia ao gozo, consequência do mercado do Outro no campo do discurso, estabelece – inclusive no neoliberalismo – o mais-de-gozar associado à mais-valia. É em torno do mais-de-gozar, o resto não satisfeito (não elaborado simbolicamente), que a produção do “objeto *a*” (LACAN, 1968-1969)¹⁴ ocorre.

Todavia, o objeto *a* só é possível estar associado evidentemente à mais-valia quando o mais-de-gozar se contabiliza a ponto de se tornar quantificado. Tendo a mais-valia enquanto mais-de-gozar, o sistema pode funcionar em sua forma neoliberal. Os sujeitos, reproduzindo o discurso do capitalista, passam a se interessar pelo quanto ganharão, o quanto consumirão. A vida deles se resume à busca por maior quantidade de consumo, por algo a mais.

¹⁴ O objeto *a* é o objeto causa do desejo. É meio parcial de se chegar ao gozo psíquico. Devido à falha da articulação discursiva da linguagem, é produzido o objeto *a* em torno do resto não simbolizável. Ou seja, não é apreensível o objeto. De forma fragmentada, aparece nos objetos desvinculados do corpo uniforme: o seio, as fezes, a voz e o olhar (ROUDINESCO; PLON, 1997).

É a satisfação absoluta que o sujeito tenta obter, mas não consegue; uma vez que, na produção do sujeito dentro da linguagem, o significante se associa a outro, o que traz perdas, por não haver uma relação totalmente eficaz que vá trazer, de volta, a primeira satisfação, a mais intensa. Pertence o sujeito a um encadeamento linguístico de forma que um significante é o que representa para outro significante (LACAN, 1972), formando uma articulação do tipo metonímica¹⁵.

No entendimento de Quinet (2010), o capital é o significante-mestre desse arranjo linguístico. É a razão de tal enunciação acontecer, estando no lugar da verdade. É o valor do saber. Exerce o seu domínio, produzindo o objeto *a*. Localiza-se no neoliberalismo. O mercado do Outro, em nome do capital, tratou de associar o mais-de-gozar à mais-valia, através de uma cadeia de significantes. Colocou no lugar do significante-mestre o capital. Quer dizer, o além de si conseguiu se equivaler à mais-valia. Isso só foi possível devido à contabilização dos saberes do Outro, o que permitiu a unificação dos saberes em torno da quantificação deles.

As intervenções das ciências no discurso do mestre possibilitaram a quantificação dos significantes em cadeia. “O cientificismo reduz tudo a números, as estatísticas, a unidades de valor, o escravo, o outro no discurso do mestre, passa a ser mera unidade de valor de forma que até mesmo o mais-de-gozar passa a ser contabilizado.” (ALBERTI, 2000). Os saberes quantificados, por sua vez, no mercado, atuam como instrumentos para a realização da acumulação do capital. Correspondem ao modo de saber sobre o capital. Calculam o gozo, trazendo a generalização dele. Ao quantificá-lo, fizeram desaparecer a singularidade de cada sujeito.

São saberes limitados ao cálculo do mercado. Efetuam-se na quantidade. Quanto maior o número de artigos, informações, mais o saber do pesquisador será validado, por exemplo. Quanto maior a quantidade de objeto de consumo produzido, mais a verdade se realiza no discurso do capitalista. Assim, o valor desses saberes está no quantitativo. Baseando-se em números, os saberes quantificados rejeitam o vazio do não saber. Sua ordem é a verdade sem barra, motivo pelo qual trabalham com dados exatos.

Não importa se o motorista da Uber fez dezenas de viagens em um só dia. Quanto mais trabalhar, mais ganhará. Ao receber maior remuneração, terá chance de consumir mais os produtos equivalentes ao objeto *a*. Poderá ser mais um objeto ou mesmo mais de cem. Não

¹⁵ A partir da concepção da linguística lacaniana, a articulação de tipo metonímica se refere à incidência determinada do significante sobre o significado, funcionando como uma das leis do processo da linguagem. Atua da seguinte maneira: um significante, na tentativa de representar o anterior, chega a ser uma parte somente daquele que veio antes, remetente do objeto causa do desejo. Ou seja, tem a função de representar parcialmente do significante objeto *a*, deixando a inscrição da falta psíquica, por não apreender completamente o significante.

há limite de consumo quando a identidade dos produtos é quantificada, um vez que os produtos da indústria foram colocados como objetos mais-de-gozar, por causa do cientificismo.

Desse modo, o sujeito representado pelo motorista do Uber, dentre outros, está sob a condição de proletarização, que antes era a de escravidão. No lugar do escravo do discurso do mestre, está o proletário nesse novo discurso, típico da modernidade. Historicamente o saber do escravo foi se universalizando, principalmente por causa das ciências. “Transmudado num saber de mestre, ele passou a circular no mercado com valores especiais de troca, de uso e ainda agregado de um certo poder.” (SOUZA, 2008, p. 155). Tal saber se tornou, enfim, numa mercadoria. Seu caráter inconsciente se reduziu à condição de objeto.

“Desta maneira, adquiriu essa condição de *mais-valia* ou de seu equivalente na psicanálise como *mais-de-gozar*, passando a conter uma *dimensão* do real” (SOUZA, 2008, p. 158). Com isso, tal saber desfaz a impossibilidade estrutural e discursiva de o sujeito ter o seu acesso e o contato direto com objeto *a* (SOUZA, 2008). O sujeito, na posição de agente, funcionando como semblante de amo, crê na possibilidade de ser onipotente ao perceber o objeto *a* acessível. Não entende que o saber instituinte da estrutura discursiva causa o consumo do próprio sujeito.

Não é civilizatório associar a mais-valia ao mais-de-gozar nos objetos de consumo. Isso é ficcional, pois o que acontece é a espoliação do gozo, a negação do resto de gozo não simbolizável. Dardot e Laval (2009) dizem que o além de si, nessa época, é o aspecto presente na subjetivação. Então, não existe limite no empenho dos motoristas nem no consumo exercido por eles. A todo momento estão descapitalizados. Pertencem à socialização do gozo a mais, daí não existe certo parâmetro que decide a quantidade bastante de acumulação. Reproduzindo o discurso do capitalista, buscam a maximização dos ganhos de forma ilimitada. Deixam de ser sujeitos divididos em troca de reproduzirem o engano dessa articulação linguística. Atendem à demanda do mercado do Outro na ilusão de alcançarem o objeto *a*, sendo reduzidos a consumidores de objetos, produtos estes da indústria resultado dos saberes uniformizados em prol do capital. E acabam sendo consumidos pela dinâmica do discurso do capitalista.

A estrutura desse discurso demonstra que não há nenhuma seta entre as posições de agente e de outro. Retrata que o discurso não faz laço social, rejeitando a castração simbólica. Assim, o consumidor imagina que não depende mais de alguém. Tem a ilusão de que a sua completude não é ao lado do próximo e de que nem precisa se amparar em alguém para ser, produzir. Acredita que seja capaz de comandar a própria vida, adquirindo a condição de

semblante de mestre. Acha que é soberano para escolher o que melhor o satisfaz, o objeto *a*, o qual aparenta a completude do gozo.

O contato civilizatório com o outro não exerce importância para o consumidor. O outro não detém autoridade de limitar os comportamentos do consumidor, o que retrata a substituição do laço social pela relação do consumidor com os produtos da ciência, nomeados de *gadgets*. Podem ser remédios, smartphones, viagens, roupas, enfim, o que a ciência elevar à condição ficcional de objeto *a*. O outro, nessa condição, transforma-se em objeto de consumo. É instrumento de satisfação. Afinal, o que prevalece é a economia libidinal do Outro direcionado ao capital.

Para isso, o discurso do capitalista tenta tornar o objeto *a* e o significante-mestre acessíveis. A sua articulação tem a barra da castração simbólica retirada ao tornar os produtos com valor de mercado, por causa da ação do saber. São associados visivelmente os objetos de consumo à mais-valia, o resto que o trabalhador tinha perdido na equiparação do seu desempenho laboral com o salário em troca. O que permite a suspensão imaginária da impossibilidade das posições da produção e da verdade. Consequentemente, acontece a circularidade total dos elementos discursivos.

O efeito do discurso do capitalista, no consumidor, é de ele ter sido tomado pela ilusão do consumo de objetos. Investidos de mais-de-gozar, no mercado, dão a entender que promovem o real do gozo. Nessa situação, a verdade da impossibilidade de alcançar o gozo é negada, pois a castração fora rejeitada. Isto é, a renúncia pulsional não é exigida. No lugar, o Outro do capital demanda o imperativo do gozo de valor de verdade, fazendo os sujeitos trabalharem. Tal serviço não para. Não há espaço para a falta de gozo. Existe o contínuo consumo de produtos que prometem a completude. Os trabalhos reproduzem o ciclo vicioso do mais-de-gozar capitalizado a fim de consumirem mais e mais figuras do objeto *a*, resultando, ao final, no consumo de si por elas.

Isso quer dizer que o saber do Outro se tornou uma mercadoria. Perante a globalização do processo de mercantilização, o saber referencial ficou tal qual uma mercadoria financeira. Sendo assim, as escolhas e preferências humanas, baseadas no Outro, foram quantificadas.

O mais-de-gozar passou, então, a ter função correlata à do mercado, pois troca ou se associa a algo de forma mercadológica. Nessa articulação mercantil, o discurso do capitalista ganhou consistência. Foi através da verdade do capital que o discurso se transformou em Outro mercantil, relacionado ao mais-de-gozar. Este último, por sua vez, produziu o sujeito do valor de troca – a prova do sintoma no discurso do capitalista. Trata-se de dizer que o dis-

curso não é um mero conjunto de palavras. Lacan (1968-1969) afirma que o dispositivo produz efeitos, como a subjetivação.

Destaca-se que o dilema não está no mais-de-gozar, mas na sua associação com o valor do saber mercantilizado. O gozo é representado pelo discurso do capitalista, em sua forma perversa e rebuscada, com a homogeneização dos saberes no mercado, ameaçando a existência do mal-estar de caráter civilizatório. É o que ocorre no neoliberalismo. Dardot e Laval (2009) afirmam que o discurso do capitalista contribui com a associação do ser humano com a figura de uma empresa individual, caracterizada por seus investimentos, gastos, ganhos, prazos e produtividade.

A noção de sociedade, nesse caso, é substituída pelo mercado. A aparente socialização do capital não se utiliza da lei castradora. Foraclui-a, impossibilitando o sujeito ser regulado. Não é à toa que a ideologia neoliberal repudia a regulação do mercado. Nos moldes da teoria lacaniana do discurso, tal negação cria o semblante de um sujeito onipotente. Este se dispõe a lutar contra todos aqueles que impedem a sua satisfação total. O outro pode funcionar também enquanto objeto *a*. É vantajoso, em termos do capital, utilizar o outro para obter rendimento. Agora, o semelhante não tem de condições de fazer laço social no discurso do capitalista. Está segregado do vínculo de par. A proximidade que o sujeito tem com ele é mediante contrato. É algo impessoal e ainda por cima usa a língua do mercado.

4 A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL NA UBERIZAÇÃO DO TRABALHADOR

4.1 Uberização como fenômeno sociopolítico

A crise econômica estrutural que remonta a década de 1970 trouxe uma série de mudanças no regime de acumulação do capital. Os modelos gerenciais e econômicos do fordismo e keynesianismo foram considerados incapazes de evitar as contradições inerentes do sistema capitalista (HARVEY, 1989), por trazer uma acumulação rígida do capital.

O fordismo desempenhava produção e consumo em massa. Visando à massificação, buscava a diminuição dos custos de produção. Para isso, propôs que a linha de produção com a esteira e que a produtividade fosse intensificada. Aliou-se ao Estado de Bem-Estar Social e à regulação da acumulação financeira, com o intuito de manter o consumo em massa. E o keynesianismo é uma perspectiva econômica em favor da intervenção estatal na economia. Como forma de evitar a superprodução, os monopólios concorrenciais e a precarização laboral, regulava as taxas financeiras e garantias trabalhista e promovia investimentos estatais principalmente na infraestrutura. As duas perspectivas, porém, limitavam a acumulação do capital, devido à rigidez estratégica delas.

Desse modo, em virtude da dificuldade de manter o aumento da taxa de lucro dos investimentos monetários, foi proposta uma reestruturação produtiva, “[...] que se convencionou chamar de pós-fordismo (HELOANI, 2014), toyotismo (ANTUNES, 2015) ou acumulação flexível (HARVEY, 1994).” (MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019, p. 649). Suas medidas foram: defesa da flexibilização dos processos organizacionais e produtivos, dos tipos de trabalhos, dos padrões de consumo e dos produtos, aumento das inovações, popularização e implantação do ideário neoliberal, maior investimento no setor de serviços e na indústria tecnológica.

Entretanto, as respostas da reestruturação produtiva da década de 1970 não resultaram em soluções fundamentais, ocorrendo outras crises. Dentre elas, a principal foi a de 2008. Mais uma vez a reação foi o desempenho de mudanças no trabalho e na produção. Nesse caso, especificamente a proposta se pautou na intensificação da flexibilização do regime de trabalho dos setores econômicos, principalmente o terciário¹⁶ (o qual corresponde, na atualida-

¹⁶ De acordo com a Pesquisa Anual de Serviços (PAS) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b), havia, no Brasil, mais de 12,5 milhões de pessoas ocupadas no setor terciário (comércio e serviços não financeiros) em 2020. Esse ramo tinha aproximadamente 1,4 milhão de empresas contabilizadas na época. Representa o setor que mais emprega. Enquanto isso, a indústria somente deteve próximo de 304 mil empresas e 7,6 milhões de ocupações, no mesmo ano, conforme a Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA - Empresa) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b).

de, à área com mais oportunidades de trabalho que a da indústria, a qual vem passando pelo desemprego estrutural), do discurso do empreendedorismo, na austeridade fiscal dos estados e no desenvolvimento da Indústria 4.0¹⁷.

Ou seja, houve o agravamento da reestruturação produtiva de cunho neoliberal.

Após a crise de 2008, o capital entrou em um impasse: a bancarrota do modelo de acumulação neoliberal sem a perspectiva de uma nova resolução de acumulação internacional. O resultado para o mundo do trabalho também não poderia ser outro. Não se tratou de negar os métodos do período neoliberal – já que não se encontrara outro padrão de acumulação capaz de levar a uma metamorfose completa e mais abrupta –, mas sim de buscar aprofundá-los dentro das novas condições econômicas, o que só poderia levar a formas de decomposição do trabalho e da estrutura produtiva de muitos países, em nome da ação de engordar as massas de lucro de um conjunto de monopólios. (TONELO, 2020).

As soluções à crise de 2008 vêm sendo lideradas, desde 2009, pelas empresas-plataforma transnacionais. De modo geral, as quais oferecem facilidades de acesso a um bem ou serviço para terceiros, por meio de um ambiente virtual para pessoas e empresas disponibilizarem serviços diversos, locomoção, hospedagem, passeio com cachorros, venda de produtos, etc. Representam um mercado virtual, podendo hierarquizar ou não os preços das ofertas. A exemplo, atuam, nesse setor, Uber, 99Pop, Loggi, iFood, Rappi, Cabify, Airbnb, DogHero e Home Fix. São uma estratégia de aumento da acumulação do capital, posto que defendem a desregulação estatal do mercado, tratam os trabalhadores de aplicativo enquanto empreendedores parceiros e investem em novas formas de consumir.

Para estabelecer esse tipo de trabalho, o grupo contou com um recurso fundamental: a tecnologia informacional e digital. O instrumento deu condições de o trabalho on-line ser realizado, o qual vem sendo implantado desde o início da reestruturação produtiva na década de 1970. Ao longo desses anos, o processo de implantação da trabalho on-line está aumentando.

O primeiro momento do trabalho on-line, entre as décadas de 1980 e 1990, caracterizou-se pela terceirização de funções subalternas da produção por empresas ocidentais. Havia preferência em deslocar parte das etapas da produção para países em desenvolvimento, como Índia e Filipinas. No momento, o trabalho on-line está mais presente nas cadeias produ-

¹⁷ Em 2011, surgiu na Alemanha a interação entre as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a produção. Tal processo chamado de Indústria 4.0 (também denominado de Quarta Revolução Industrial) se ampliou, tornando-se uma influência mundial no setor de serviços, na indústria e na agricultura. Corresponde a altas tecnologias, a nanotecnologia, as plataformas digitais, a inteligência artificial, a internet das coisas, a robótica, etc. “Sua expansão significará a ampliação dos processos produtivos ainda mais automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente.” (ANTUNES, 2020).

tivas, por meio das ferramentas de comando digital, do uso de aplicativos, de softwares, etc. (ANTUNES, 2018), trazendo a forte presença da Indústria 4.0, aspecto da nova etapa da reestruturação produtiva. Essa segunda fase é marcada principalmente pelo trabalho em nuvem em plataformas digitais.

Conforme Sholz (2016), a elite do ramo da tecnologia, no contexto da crise de 2008, aproveitou-se da massa de desempregados para aplicar uma nova forma de trabalho, a uberização¹⁸, sem direitos trabalhistas e apenas voltada à sobrevivência:

1) Trata-se de uma tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, permanentemente disponível ao trabalho, reduzido a um autogerente subordinado (Abílio, 2019), ao mesmo tempo que está desprovido de qualquer direito ou proteção associados ao trabalho, assim como de qualquer garantia sobre sua própria remuneração e limites sobre seu tempo de trabalho. Podemos defini-la como redução do trabalhador a um trabalhador just-in-time (Oliveira, 2000; Abílio, 2017, 2019; De Stefano, 2016); 2) As empresas designam sua atividade principal como mediadoras que detêm essencialmente meios tecnológicos para a promoção e organização do encontro entre oferta e procura de diferentes atividades econômicas, e, em realidade, operam aí novas formas de subordinação e controle do trabalho. Essas hoje desafiam e mobilizam os estudos do trabalho, as políticas públicas, as regulações do trabalho no que concerne a seu reconhecimento, categorização, legalização. Para sua compreensão utilizaremos a definição de gerenciamento algorítmico do trabalho; 3) De um contingente predefinido passamos a lidar com a figura da multidão de trabalhadores disponíveis: controle e subordinação operam de forma racionalizada com a indeterminação quanto ao número de trabalhadores, seu perfil profissional, seu tempo de trabalho, sua remuneração. Na mesma lógica, o papel de instituir e executar normas de certificação e fiscalização do trabalho é transferido do Estado para as empresas-aplicativo (Abílio, 2017), que o terceirizam para a multidão indeterminada de consumidores. É transferida para os consumidores parte do gerenciamento e controle sobre o trabalho, também ele um controle subordinado pelas empresas-aplicativo. A indeterminação controlada da multidão será aqui compreendida por meio da definição de crowdsourcing (Howe, 2008); 4) Todos esses elementos envolvem também o deslizamento da identidade profissional do trabalho para a de trabalho amador, componente poderoso desse novo tipo de informalização do trabalho. (ABÍLIO, 2020, p.114).

Sem resistência maior, a burguesia da tecnologia conseguiu flexibilizar até então as garantias legais relativas ao trabalho, com reformas trabalhistas, em meio ao contexto de pessoas desempregadas preocupadas em sobreviver. Demissões ocorreram, em especial, na indústria e nos serviços, devido às inovações da Quarta Revolução Industrial. Um software ou aplicativo substituiu o trabalho de operários, contadores, bancários, professores, entre outros. Em parte, esse exército de reserva foi admitido em um novo trabalho, mais flexível e pre-

¹⁸ O termo advém da popularização da maneira de a empresa Uber proporcionar serviços e remunerações aos milhões de motoristas e entregadores inscritos em sua plataforma. Foi utilizado primeiramente nas investigações de Hill (2015 *apud* MORAES; DE OLIVEIRA; ACCORSI, 2019) sobre a relação entre a precarização do trabalho nos Estados Unidos da América (EUA) e o desenvolvimento da economia de plataforma. O fenômeno não permaneceu na Uber. É, na verdade, uma nova manifestação de trabalho que vem sendo expressa por empresas-plataforma, com controle, organização e gerenciamento diferenciados. Sua proposta é intensificar a flexibilização do trabalho, tendo como instrumento fundamental os recursos da Indústria 4.0.

carizado. Isso quer dizer que o desemprego estrutural não se tornou permanente. Opondo-se a autores que pregam o fim do trabalho, Antunes (2018) enfatiza, diante da Indústria 4.0, o surgimento do trabalho uberizado.

Nas palavras de Abílio (2020), a nova morfologia do trabalho apresenta diversas especificações. Possui caráter informal, sem garantia de direitos trabalhistas, causando um sentido amador do trabalho; sua remuneração está atrelada ao produto ou serviço oferecido, é o que se chama de “just-in-time” (OLIVEIRA, 2000; DE STEFANO, 2016; ABÍLIO, 2017, 2019 *apud* ABÍLIO, 2020); seu contingente de trabalhadores é da ordem de milhões, através do gerenciamento algorítmico das plataformas digitais da Indústria 4.0.

Nesse sentido, a contexto brasileiro, que apresenta multidões de trabalhadores na situação de informalidade, é um indicativo para o trabalho uberizado. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022), feita no segundo trimestre de 2022, identificou 39,3 milhões de pessoas nessa situação. É a maior série histórica do indicador desde 2015, ano de início do cálculo. Equivalem a 40% do total das ocupações. O crescimento em relação ao trimestre anterior de 2022 foi de 2,8%, correspondendo a mais de 1,1 milhão de pessoas. “Façam parte dessa população os trabalhadores sem carteira assinada, empregadores e conta própria sem CNPJ, além de trabalhadores familiares auxiliares.” (CABRAL, 2022).

Dentre o contingente de trabalhadores informais, cerca de 1,5 milhão de pessoas exercem atividade de motorista ou entregador por plataforma digital, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua – PNAD Contínua do último trimestre de 2021 (*apud* GÓIS; FIRMINO; MARTINS, 2022). Em conjunto, tais empresas se tornaram o maior facilitador de ocupações do país. A partir de 1,5 milhão de trabalhadores de aplicativo, “[...] 61,2% eram motoristas de aplicativo e taxistas, 20,9% entregavam mercadorias via motocicleta, 14,4% atuavam como mototaxistas e o restante exercia a atividade de entrega de mercadoria via outro meio de transporte.” (GÓIS; FIRMINO; MARTINS, 2022, p.1).

A nível mundial, o Instituto Locomotiva, em 2019, identificou que havia 17 milhões de pessoas cadastrados em empresas-plataforma, trabalhando regularmente nelas (GAVRAS, 2019). Constam, nesses 17 milhões, trabalhadores autônomos, profissionais liberais e empregados que usam aplicativo para complementar a renda ou adquirir o único sustento. Exercem principalmente atividades de transporte, venda e entrega de produtos e divulgação. Desse quantitativo 5,5 milhões estão cadastrados em plataformas de entrega de produtos e viagens, como Uber, 99Pop, iFood e Cabify (GAVRAS, 2019).

Pelo visto, o atual movimento vem alcançando milhões de trabalhadores-usuário de plataformas digitais no mundo e no Brasil. Por isso, é considerado parte do “*crowdsourcing*” (HOWE, 2008 *apud* ABÍLIO, 2020), conceito de negócios que se pautam em multidões. São milhões de pessoas de diferentes nacionalidades e quantidade variável entre os países. Caracteriza-se por ser uma massa indeterminada e transnacional que adere ao trabalho informal e ao *just-in-time*. A qualificação é outro aspecto da variedade. A Uber exige que a pessoa seja qualificada em dirigir; mas, na Innocentive, os usuários-trabalhador precisam ser cientistas, pesquisadores de alta qualificação.

O que une essa multidão é o fato de não terem contato direto com os funcionários das plataformas digitais e de serem concomitantemente consumidores e trabalhadores. Consumem os serviços digitais da plataforma, como também, nesse meio, ofertam o produto deles. Em outras palavras, eles não pertencem à organização das empresas-plataforma, contudo estão consumindo os serviços digitais delas e ofertando seus trabalhos. Estão disponíveis e engajados, e não contratados, para a demanda que aparece nas plataformas, por viagens, entregas, passeios com cachorros, reparos domésticos, tal como um empreendedor que possui seu próprio negócio – uma aparência que serve de propaganda para adesão ao trabalho com as plataformas.

Essa expressiva massa de trabalhadores passa por uma série de precarizações. Atendendo à flexibilização da nova reestruturação produtiva, a uberização intensificou o grau de informalidade do trabalho. Ademais, os trabalhos informais não ficam mais dispersos e a critério de cada um. Foi capaz de organizá-los em plataformas digitais, dando uma conotação de formalidade sobre os trabalhos informais.

No Brasil, o aumento da flexibilização foi viável legalmente, por causa da reforma trabalhista, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), e da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). A Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017) instituiu as figuras jurídicas “autônomo exclusivo” e “trabalho intermitente”, o que rompeu com a regulação estatal da força de trabalho. Outro documento que contribuiu com a uberização foi a Lei Complementar nº 128 (BRASIL, 2008). Criou a categoria “Microempreendedor Individual” (MEI). Ficou previsto que uma pessoa pode ser MEI ao prestar serviço ou vender no total de até R\$ 36.000,00 anualmente. Uma microempresa em forma de pessoa está instituída por lei, não havendo entendimento de relação trabalhista. Suas garantias dizem sobre a previdência social também, mas sem relação com direitos trabalhistas.

A legislação trabalhista, que deveria ser protetiva, passou a dar abertura a formas de trabalhos precarizados. Sendo MEI, a pessoa deixou de ser trabalhadora para ser empreen-

dedora. Com isso, trabalhar com plataforma digital não se exige direito nem outra mediação protetiva de trabalho, ele não é mesmo um trabalhador formal de carteira assinada. Ou seja: “Não se trata apenas de mais um passo na eliminação de direitos: trata-se da redução do trabalhador a um fator de produção que deve ser utilizado na exata medida das demandas do capital [...]” (ABÍLIO, 2020, p. 167).

Diante disso, aceitou-se a previsão de o trabalhador ter remuneração devida por serviço ou produto realizado, sem reconhecer o horário de descanso ou outro intervalo de tempo. Ele passou a ser responsável por sua aposentaria ou seguro, não existindo contrapartida da empresa-plataforma. Não detém direito trabalhista. Assume os riscos de acidente de trabalho ou custos de transporte, de alimentação, de manutenção dos meios de produção e tributário.

Nesse caso, o processo de informalização da força de trabalho, na uberização, representa uma estratégia de aumento da produção, a menor custo, na tentativa de ampliar a valorização do capital. O movimento de redução dos assalariados em detrimento do crescimento dos trabalhos informais mostra a intenção de valorização. É a imposição do capital sobre o trabalho.

Sob a condição de informalidade, as motoristas da Uber, por exemplo, também não exercem a profissão de taxista. Não possuem um estatuto profissional regulamentado. Qualquer pessoa, sendo apta a dirigir, tem possibilidade de realizar a atividade. Para Abílio (2019), essa falta de profissionalidade caracteriza o amadorismo em ser motorista da Uber. No lugar de taxistas, são considerados motoristas parceiros, os quais, mesmo assim, são administrados pela plataforma.

Isso significa que o perfil empreendedor está em destaque, ainda de maneira contraditória; o que não acontece com a identidade de trabalhador, já que não possui garantias trabalhistas asseguradas. A explicação é que:

[...] o empreendedorismo assume na atualidade usos diversos que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor. Fundamentalmente, trata-se de um embaralhamento entre a figura do trabalhador e a do empresário. Essa indistinção opera de forma poderosa, por exemplo, no discurso da empresa Uber, que convoca o motorista a ser “seu próprio chefe”. (ABÍLIO, 2019, p. 4).

Os trabalhadores uberizados são associados à figura de empreendedores, porém arcam com os custos e riscos de sua atividade sem o retorno financeiro tal qual uma grande empresa. A remuneração deles advém somente do que foi produzido, aspecto do trabalho *just-*

in-time. Não possuem direito a algum dia de descanso remunerado ou a férias remuneradas, sendo descartados ao ausentarem da venda de seus produtos ou serviços. A disponibilidade dele só é remunerada quando houver produção. Ficar em espera ou em prontidão não gera sustento financeiro. Em favor de suas metas informais, os trabalhadores produzem o que for preciso durante o tempo de 10, 12 ou 8 horas. Podem trabalhar além das 8 horas, quantidade normal para quem está de carteira de trabalho assinada, para obter a renda estipulada.

Os trabalhadores uberizados são dispostos a determinado controle e às regras do meio digital, tanto que Abílio (2019) propõe outra classificação para essas pessoas: autogerentes subordinados. Por mais que parte do gerenciamento seja feita pelo próprio trabalhador, precisa seguir à dinâmica da plataforma. Ele traça metas de rendimento, é responsável por administrar os custos e riscos do trabalho, mas está exposto ao controle do meio digital. É terceirizado a ele uma parte do gerenciamento do trabalho, o que certamente é um conjunto não muito interessante às empresas-plataforma, pois gera custos e instabilidade a elas. É possível perceber isso na empresa Uber. A sua plataforma gerencia dados dos autogerentes subordinados integralmente e em tempo real. A partir disso, consegue classificar esses trabalhadores em nível de produção, limita o trabalho na plataforma em doze horas e determina o preço e cliente do serviço de locomoção. Informalidade administrável com gerenciamento algoritmo.

Se faz quarenta anos que os programas de computador organizam dados, agora, além de apreender informações, as plataformas são capazes de tomar decisões: “[...] demitir ou contratar trabalhadores, determinar tarefas, avaliá-las, recomendar cursos, conceber críticas sobre o trabalho realizado, entre outras funções que antes eram realizadas por pessoas.” (GONSALES, 2020, p. 196).

Não havendo a fiscalização do trabalho pelo Estado, as plataformas se ocupam em instituir regras, executá-las e fiscalizá-las, e os consumidores também avaliam os produtos comprados. Os clientes têm a função de vigilância sobre os produtos e a qualidade deles. Têm comentários e notas sobre os produtos. Entretanto, a maior parte do controle é o da empresa-plataforma. Com o uso de tecnologias avançadas, como os algoritmos, processa imensa quantidade de informações de uma multidão de trabalhadores de aplicativo. As programações algorítmicas automatizam a extração e o processamento de uma infinidade de dados. Desse modo, mapeiam o processo de trabalho a ponto de construir perfis de trabalhadores e clientes e de tomar decisões. Produzem, através da tabulação de informações adquiridas, um padrão de qualidade do trabalho a ser seguido. São dados sobre a produtividade, as avaliações dos clientes, a taxa de cancelamento do produto e a duração do tempo de trabalho. Informações dos

próprios clientes e trabalhadores a serviço das plataformas, as quais as utilizam a fim de classificar ou até mesmo punir o trabalhador.

Esse gerenciamento permanece subordinado e controlado, engendrando novas formas de engajamento e disciplinarização que estão assentadas na participação e na contribuição ativa do trabalhador para o aumento de sua própria produtividade. (ABÍLIO, 2020, p. 115).

As plataformas digitais conseguem registrar em tempo real a localização do trabalhador, quais serviços foram realizados por ele e a duração de cada atividade, mensurar as avaliações de cliente e até gravar a voz e imagem. Não importa o quanto o trabalhador pretende receber por seu produto, quem decide são as empresas-plataforma. Elas definem o preço do serviço ou produto e o quanto o trabalhador deve receber. Toda a distribuição da oferta dos produtos também cabe às empresas-plataforma. As iniciativas ditam por suas regras, qual cliente comprará o produto. Cada uma “[...] detém o controle e a possibilidade de mapear e gerenciar a oferta de trabalho e sua demanda, a qual também está mediada pelo aplicativo e subordinada a ele” (ABÍLIO, 2019, p. 3).

Ressalta-se que esse gerenciamento não se apresenta de forma tão clara. Existe a defesa do estatuto de motorista parceiro, afirmando a condição de trabalhador autônomo, pela empresa-plataforma Uber. Motorista, entregador ou lojista, todos cadastrados nas plataformas estão sob condição de usuários dos serviços digitais do meio. Isso quer dizer que eles não são tratados enquanto empregados ou mesmo as empresas-plataforma não são suas contratantes. Ao mesmo tempo, o aplicativo das empresas-plataformas executa as regras instituídas por elas.

São milhões de pessoas se submetendo à gestão da atual reestruturação produtiva. Tendo de obedecer à uberização, precisam traçar informalmente metas de rendimentos, arcar com os próprios custos e riscos para trabalhar, aceitar a instabilidade da duração e do rendimento do trabalho, aderir às regras e ao gerenciamento das empresas-plataformas. Em geral, o emprego da uberização é resulta do aprofundamento do neoliberalismo, que até então estava restrito aos países periféricos.

A iniciativa consolida a concepção de que o trabalhador é empreendedor de si mesmo. Cabe a ele traçar a sua jornada de trabalho e decidir o quanto ganhará de remuneração, mediante a plataforma. Isso favorece a impressão de que a sobrevivência do trabalhador uberizado só depende dele mesmo. É como se as estratégias pessoais da gestão da sobrevivência fossem o bastante para a reprodução social dos trabalhadores.

Portanto, pode-se afirmar que as novidades intensificam o processo de reestruturação produtiva, com o objetivo de se apoderar dos benefícios gerados e de responsabilizar os trabalhadores pelos ônus ocorridos. Causa estranheza aos laços de solidariedade proporcionados pelo movimento sindical, uma vez que retira a condição de empregado ao reproduzir o discurso próprio do empreendedorismo. Com isso, a elite diminuiu o valor da força de trabalho, resultando em maiores taxas de lucro.

No entanto, há outros aspectos a serem considerados nesse processo de trabalho, como a atuação das plataformas e o discurso do capitalista desempenhado. A nova perspectiva mantém a mesma lógica de compra e venda de mercadorias. Ainda que corresponda a plataformas digitais, Sholz (2016) enfatiza a dependência delas por sujeitos explorados em toda a cadeia de produção do capital,

[...] começando com o hardware sem o qual toda essa economia “sem peso” iria afundar até o fundo do oceano. Todos os amados dispositivos da Apple não podem ser considerados sem antes nos lembrarmos das condições de trabalho no que Andrew Ross chamou de “moinhos de suicídio da Foxconn” em Shenzhen, na China. Ou considerem-se os raros minerais da terra na República Democrática do Congo; é essencial seguir a cadeia de fornecimento que facilita todos esses estilos de vida aparentemente limpos e glamorosos da vida digital. Há uma massa de corpos sem um nome, escondida por trás da tela, exposta a vigilância no ambiente de trabalho, espoliação da multidão, roubo de salários e softwares proprietários. (SCHOLZ, 2017, p. 24).

A perspectiva é a consolidação da “[...] tecnologia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando [...]” (ANTUNES, 2018).

Sem tergiversações: com a Indústria 4.0 teremos uma nova fase da hegemonia informacional-digital, sob comando do capital financeiro, na qual celulares, tablets, smartphones e assemelhados cada vez mais se converterão em importantes instrumentos de controle, supervisão e comando nesta nova etapa da ciberindústria do século XXI. (ANTUNES, 2020, p. 16).

A articulação entre as novas TICs e os trabalhadores é contraditória, uma vez que se despontam os avanços tecnológicos, sem melhorias nas condições de trabalho, na oportunidade de gerar maiores lucros. Essas TICs atuam de forma a aumentar o controle e comando sobre os trabalhadores em maior situação de precarização.

Consequentemente, o predomínio das novas TICs ocasionam a dependência dos trabalhadores sobre elas e um maior subserviência do trabalho ao capital. As estratégias pessoais do trabalhador, na verdade, estão subordinadas às regras das empresas-plataforma em re-

lação ao preço do serviço prestado, à forma de avaliação da atividade, ao percentual do valor do serviço para o trabalhador e à distribuição da demanda. Ademais, elas estão submetidas ao gerenciamento algorítmico do trabalho.

4.2 A empresa UBER

Essas recentes iniciativas, as quais aliam tecnologia, consumo e trabalho, fazem parte da chamada “Economia do Compartilhamento” (SLEE, 2017) ou “Economia compartilhada” (SUNDARARAJAN, 2019). A proposta de tal economia é facilitar a oferta e o consumo de serviços necessários para promover melhorias na qualidade de vida das pessoas, com o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), por isso foi necessário utilizar plataformas digitais projetadas em celulares (*smartphones*) e sites. Sua prática se pauta na interação de pessoa-para-pessoa.

Fundamenta-se em dois aspectos: a inovação e a economia frente ao custo de regulação e dos direitos trabalhistas. Normalmente suas ações chegam nas cidades sem qualquer custo de tributação e sem fiscalização, por ser uma atividade que se destoa das tradicionais. E, como atua sob demanda de serviços e bens, monetizou-os sem precisar contratar alguém ou estocar qualquer produto. Afinal, funciona como intermediadora sem infraestrutura própria. Aproveita-se da internet, de apartamentos, de automóveis e de empresas alheias a fim de realizar as suas atividades virtuais.

Segundo Slee (2017), para a Economia do Compartilhamento se firmar, teve de se associar a um movimento social e um novo tipo de negócio originado no Vale do Silício.

Em termos financeiros, a Economia do Compartilhamento facilita a inserção de indivíduos que até então estavam inativos economicamente ou com renda baixa. Diante do neoliberalismo, os trabalhadores têm também seus rendimentos flexibilizados, levando-os a buscar complementação financeira ou um ganho temporário nesses aplicativos. Quando inseridos, são nomeados de empreendedores. Existe a impressão de que não controlados na Economia de Compartilhamento, pois não há um chefe ditando regras diretamente no cotidiano deles de trabalho. Desse modo, a tendência promete a flexibilização do trabalho a ponto de os participantes autogerenciarem a entrada e saída do negócio e o seu horário de prestação de serviço. Uma pessoa, sem uma grande estrutura empresarial, é capaz de oferecer o seu trabalho ao consumidor, o que aparenta expressar

[...] uma visão igualitária construída mais em relações de troca igual-para-igual do que em organizações hierárquicas, é garantida pela habi-

lidade virtual que a internet tem de conectar pessoas. (SLEE, 2017, p. 34).

Quando se fala em movimento social, a tal economia propõe ações sustentáveis. Aposta na tecnologia para solucionar problemas humanos, como a mobilidade urbana, o consumismo. Contribui com o aproveitamento de carros, motos ou apartamentos, vai depender de tipo de plataforma, que eram antes subutilizados, evitando a compra desnecessária desses bens.

A Uber, por exemplo, pretende causar a noção de que os sujeitos não precisam mais comprar um automóvel. Em virtude da praticidade de solicitar viagens, pela plataforma digital, os usuários-consumidor estão priorizando o acesso ao transporte no lugar da posse de um. Com poucos toques no *smartphone*, é possível solicitar uma viagem na Uber. A empresa apresenta a garantia de que, em minutos, o motorista disponível chega ao local do consumidor, não importando a hora e o dia da semana (COSTA, 2019). Além do mais, na opção Uber Juntos, os clientes compartilham a mesma viagem, evitando maiores emissões de poluentes.

Também a Economia do Compartilhamento se posiciona politicamente contra a regulação estatal de suas ações. Defende substituir instituições e regras consideradas reguladoras do mercado, através da justificativa de serem ultrapassadas perante a flexibilização e digitalização da economia. No lugar do controle estatal, propõe a regulação algorítmica, presente nos dados da avaliação dos consumidores sobre o serviço demandado, assim como dos motoristas sobre o comportamento do cliente. Caso os trabalhadores e consumidores não obtiverem a avaliação mínima, podem ser desativados da plataforma.

No entanto, o compartilhamento de viagens, imóveis, carros ou motos nem sempre é motivado pela sustentabilidade. O lema “O que é meu é seu”, comum na economia do compartilhamento, não atende ao funcionamento de fato das iniciativas. Como dizem Rüsche e Santini (2016), o desprendimento da posse dos bens nem é tão fácil assim; muitas vezes, é devido à necessidade financeira.

A facilidade do acesso ao serviço também, segundo Rüsche e Santini (2016), não se resume à democratização do consumo. Com a mercantilização dessas plataformas, o bem comum deixou de ser a finalidade. Os autores afirmam que a Uber é um das plataformas que contribuiu com o aumento da precarização das condições de trabalho e a desregulamentação dos serviços públicos. Qualquer motorista da Uber não possui direitos trabalhistas. É considerado autônomo. Ao desempenhar o serviço de transporte, o trabalhador não detém seguridade social. Caso a almeje, ele quem deve pagar como microempreendedor

Especificamente, a Uber, remetente ao objeto da presente pesquisa, possui, no Brasil, o seu segundo mercado mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, país de origem da iniciativa (GHEDIN, 2019). 20% dos motoristas e entregadores do mundo estão no Brasil, o que equivale a 1 milhão de ocupações, segundo os dados da equipe Uber (2020c). Tamanha é a representatividade da iniciativa que a cidade brasileira de São Paulo possui o maior volume mundial de viagens (COSTA, 2019). Já está presente em mais de 500 cidades brasileiras, localizadas em regiões metropolitanas e em capitais. E facilitou mais de 10 bilhões de viagens pelo mundo.

É definida enquanto uma plataforma tecnológica que oportuniza mobilidade às pessoas, e não propriamente um serviço público. Seu nome, que vem do alemão, “[...] significa algo incrível ou superior [...]” (UBER, 2018), e o seu lema é “Criamos oportunidades ao colocar o mundo em movimento” (UBER, 2020c). É considerada um meio que facilita atividades de mobilidade urbana legais. A corporação de tecnologia auxilia prestadores de serviços de transporte na comunicação com seus clientes. Representa uma plataforma integrada de mobilidade.

Além do mais, o serviço de locomoção mediado pela Uber é uma atividade que foi regulamentada, no âmbito federal, pela Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018, (BRASIL, 2018). Sendo a referida Lei de caráter geral, os municípios não podem contrariá-la ou sancionar leis com requisitos adicionais. Não é possível restringir o cadastro, na plataforma, de trabalhadores, por causa do “[...] número máximo de motoristas parceiros, autorizações prévias como alvarás e exigência de placas de cidades específicas”. (EQUIPE UBER, 2020c).

Essa falta de regulamentação baseada em alvará tem a ver com o seu objetivo propriamente dito da plataforma, que

[...] é oferecer, por meio da plataforma, opções práticas e acessíveis de mobilidade e delivery para todos os nossos usuários. Para quem dirige ou entrega por meio da plataforma, a Uber representa uma forma flexível de gerar renda. (EQUIPE UBER, 2020c).

Isto é, a equipe Uber (2020c) deixa bem claro que a empresa não é de transporte, pois somente atua desenvolvendo sua plataforma digital de conexão entre o prestador de serviço e o consumidor. Frisa-se que não emprega algum motorista e não possui nenhum automóvel em seu patrimônio para o uso direcionado ao serviço de mobilidade. Não promove processo seletivo, não contrata qualquer motorista; assim como não demite. Esclarece isso, pronunciando:

A Uber não emprega nenhum motorista e não é dona de nenhum carro. Nós oferecemos uma plataforma tecnológica para que motoristas parceiros aumentem seus rendimentos e para que usuários encontrem uma opção de mobilidade. (EQUIPE UBER, 2020c).

Além de mediar locomoções e entregas, atua em pesquisas sobre a tecnologia de carro semiautônomos e de transporte aéreo urbano. O seu intuito é, com os estudos, proporcionar

[...] a entrega de pedidos de forma rápida e econômica, expandindo o acesso à assistência médica, criando novas soluções para o transporte de cargas e permitindo que empresas simplifiquem as viagens dos seus colaboradores. (UBER, 2020c).

Desse modo, centra-se a empresa-plataforma em tecnologia quanto a seus serviços e sua estratégia. Para desenvolver novas tecnologias, conta com parcerias entre organizações e autoridades. No momento, é capaz de registrar bilhões de viagens, por GPS. Conta com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico orientado à segurança no Brasil, visto que o tema é prioridade para a organização.

A ideia de tornar os serviços de mobilidade mais práticos, rápidos e confortáveis veio em 2009. Todavia, a Uber Technologies Inc. foi fundada oficialmente um ano depois, em São Francisco, cidade estadunidense. No começo da empresa, foi ofertado um serviço de locomoção, por meio do compartilhamento de carros de luxo. As pessoas solicitavam determinada limusine, pelo aplicativo. Em 2014, chegou a empresa no Brasil. A primeira cidade a ofertar o serviço de locomoção foi o Rio de Janeiro.

Surgiu a Uber diante de um momento propício. Através das novas tecnologias, característica da Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, a Uber pôde dar início a seus trabalhos. As pessoas puderam solicitar o transporte, por aplicativo, disponível em lojas virtuais, com acesso à internet. Sem a internet, não seria possível a conexão da plataforma com os usuários. A internet banda larga favoreceu esse tipo de serviço. O uso dos *smartphones*, instrumento comum de utilização do serviço, foi fundamental para a ascensão da Uber. O dispositivo possibilitou mais solicitações de consumidores, devido à maior portabilidade dele em relação aos computadores. Basta um *smartphone*, com internet, para solicitar e oferecer, pelo aplicativo, uma viagem ou entrega em qualquer lugar de cobertura da empresa.

Ademais, a modificação da morfologia do trabalho foi outra vantagem para a criação da empresa-plataforma. O processo da reestruturação produtiva, orientado ao neoliberalismo, teve como um dos resultados a proposta do trabalho sob demanda respaldada até pelo Estado. Através dessa espécie de trabalho, a remuneração do trabalhador é igual ao que foi pro-

duzido, não contabilizando o tempo sem produzir e o de intervalo entre um serviço e outro. É o que ocorre com a Uber. O motorista do aplicativo tem seu ganho equivalente às viagens e entregas, sem considerar o tempo de espera de solicitação de seu serviço. Também não possui nenhuma garantia de a Uber assumir os riscos ou os custos de seu ofício. Ou seja, a incerteza, como diz Abílio (2019), tornou-se um sentimento comum e necessário para estratégias de gerenciamento de si.

Tudo isso favoreceu a Uber.

O que começou como “Toque em um botão, pegue uma carona” se tornou algo muito mais profundo: compartilhamento de caronas; entrega e frete de refeições; bicicletas e scooters elétricas; e carros autônomos e aviação urbana. (KHOSROWSHAHI, 2019, tradução nossa).

Em poucos anos, a empresa-plataforma expandiu os seus negócios. Diversificou os produtos ofertados e conseqüentemente aumentou sua presença nas cidades, visando facilitar a mobilidade urbana “[...] seja para uma viagem de carro, uma volta de bicicleta ou para pedir um sanduíche [...]” (EQUIPE UBER, 2020c); tanto que o seu valor de mercado ultrapassou a maior companhia de aluguel de veículos do mundo (SLEE, 2017).

[...] a Uber avança rumo à missão de se tornar o app de preferência dos brasileiros não apenas para se movimentar pelas cidades usando carro, táxi, ônibus ou o que for mais conveniente no momento, mas também para fazer compras de refeições, supermercado ou enviar pacotes, tudo pelo celular. (WOODS *apud* EQUIPE UBER, 2020b).

Segundo a equipe Uber (2020c), há, na plataforma hospedada no Brasil, as seguintes atividades¹⁹: UberX, Uber Juntos, Uber Comfort, Uber Black, Uber Taxi, Uber Flash, Uber Eats, Transporte Público, Uber para Empresas, Uber Direct e Uber Eats para Empresas. São extensões de produtos da Uber Technologies Inc. Nota-se que existe uma variedade composta de igualdades e disparidades, de opções ao consumidor, assim como muitas formas de os motoristas adquirir renda. Retrata essa diversidade uma provável solução à intensa mobilidade das grandes cidades.

A UberX, Uber Juntos, Uber Comfort, Uber Black e Uber Flash se referem a um aspecto igual: na plataforma, um motorista de carro oferta a locomoção e o consumidor solicita a viagem de um lugar para outro. A diferença é que a UberX se trata de viagens, com carros mais simples e preços competitivos; a Juntos tem a função de compartilhar a viagem de carro com mais outros pedidos; a Comfort requer carros mais confortáveis e espaçosos, por um preço maior que o da UberX; a Uber Black traz a seleção de carros específicos, sedãs de grande

¹⁹ Algumas já foram extintas no Brasil, como Uber Juntos.

porte, com bancos de couro, para promover uma experiência mais seleta; e a Flash faz o motorista entregar uma encomenda do consumidor para alguém. Esta última surgiu, inclusive, com a pretensão de manter o isolamento social dos clientes, previsto por causa da pandemia do COVID-19, e proporcionar um ganho extra, um complemento financeiro ao motorista parceiro.

O caso da opção do transporte público não se trata substancialmente de um produto financeiro presente na plataforma, mas de um recurso. É resultado da parceria da empresa com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Governo de São Paulo oficializada em 2019. Expressa a colaboração a opinião de que a Uber é um complemento do transporte público. Tem a função de integrar o serviço de locomoção da Uber com o transporte público da cidade de São Paulo. Com isso, o cliente pode se planejar para utilizar somente o transporte público ou para se locomover de carro do motorista parceiro ou mesmo usar as formas complementarmente, vai depender do que for conveniente a ele.

A Uber Taxi é uma opção recente da plataforma. Iniciou suas ações, em São Paulo, a fim de atender aos pedidos de clientes corporativos. Eles almejavam um serviço de taxi, com os recursos da plataforma: compartilhamento das informações da viagem em tempo real e outras funções de segurança. A peculiaridade está na seleção dos trabalhadores parceiros e no preço do serviço. Podem se cadastrar e trabalhar exclusivamente os taxistas credenciados na Prefeitura. O preço da prestação de serviço é calculado, pelo taxímetro, e está em consonância com a tabela de tarifas da legislação municipal. O aplicativo, nesse caso, mostra somente o intervalo de preço estimado, cujo valor preveem o tributo municipal para táxis, a distância percorrida e a porcentagem do preço à plataforma.

Outro produto novo é a Uber Direct, presente em São Paulo. Veio para atender aos consumidores da área corporativa, aqueles que já estão cadastrados e utilizam a Uber para Empresas. Representa o esforço da plataforma em solucionar os impactos originados da pandemia do COVID-19 (EQUIPE UBER, 2020a). Caracteriza-se também por ser um serviço temporário. Funciona, facilitando entregas de produtos, feitas pelos motoristas parceiros. A empresa solicita a entrega, por meio do aplicativo, do seu produto para o cliente ou de um produto para demanda interna.

A Uber para Empresas e Uber Eats para Empresas são mais atividades direcionadas ao público corporativo. Na opção para empresas, o gerente ou empresário tem a alternativa de acompanhar e prever gastos com os serviços da Uber, viagens, entregas e alimentação.

A Uber Eats conecta facilmente pessoas aos estabelecimentos de alimentação, farmácias, mercados e pet shops da cidade. Possui muitas opções de cozinhas e lojas de conve-

niência, sendo possível atender aos desejos do consumidor. Corresponde a uma subsidiária da Uber. Assemelha-se com a empresa principal: as duas trabalham de maneira prática.

Algo específico dessa subsidiária em relação às atividades de transporte da Uber é a função de conectar tanto estabelecimentos da cidade quanto motoristas com os consumidores. Portanto, o aplicativo traz dois serviços, mas que não são obrigados a coexistirem. Pode acontecer de a loja ou o restaurante apresentar a alternativa de receber o produto em seu próprio endereço, não precisando do serviço de transporte. Mesmo sem a entrega, o pedido pode ser realizado na Uber Eats. Equivale dizer que a empresa está ultrapassando os serviços de mobilidade. Também atua enquanto intermediadora na venda de produtos dos estabelecimentos de alimentação, podendo não precisar dos motoristas parceiros.

A UberX, Uber Juntos, Uber Comfort, Uber Black, Uber Taxi, Uber Flash, Uber Eats e Transporte Público, com a atualização da plataforma, estão em interação na mesma interface do aplicativo da Uber. Isso quer dizer que o pedido ou a viagem pode ser feito no mesmo lugar. Se antes o pedido na Uber Eats era feito em aplicativo diferente do da Uber, agora se tornou mais simples.

Mais uma igualdade, agora entre todos os recursos da Uber no Brasil, é o fato de trabalharem com o que nomeiam de motoristas parceiros. Existe a figura desses trabalhadores tanto na UberX quanto na Uber Eats, por exemplo. Além de prestarem viagens ou entregas, necessitam ser usuários da plataforma tecnológica da Uber. Para isso, a empresa requer alguns documentos do motorista e a inscrição dele no aplicativo.

A pessoa se cadastra no site da Uber, preenchendo a sua cidade, dados pessoais (deve ser maior de 18 anos), discriminando o veículo a ser utilizado o qual seja adequado aos requisitos de sua categoria de serviço e enviando certos documentos comprobatórios. É necessário o trabalhador possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), referente à moto ou ao carro, depende do trabalho pretendido. Precisa constar, na carteira, a informação “Exerce Atividade Remunerada (EAR)”. Tem de enviar também a declaração se há antecedentes criminais ou não. O Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), próprio do veículo a ser utilizado, e outros documentos exigidos específicos da cidade do serviço são enviados em conjunto com os anteriores mencionados na inscrição. No entanto, para aqueles que farão uso de bicicleta em entregas, não será preciso enviar CNH, CRLV e, muito menos, preencher dados sobre as características do veículo no cadastro.

Todos os critérios são precisos para a empresa fazer, após a aprovação dos documentos enviados, a checagem junto ao Serpro (Serpro Serviço Federal de Processamento de Dados), empresa pública federal do ramo de Tecnologia de Informação (TI) a qual trabalha

com dados estatais variados. Até setes dias úteis a empresa dá a resposta quanto à aptidão da participação na plataforma ao candidato cadastrado. Entretanto, em razão da segurança, a Uber continua checando, mesmo depois da efetivação da inscrição do motorista na plataforma, com o Serpro, se o motorista cometeu algum crime ou não, se mantém o veículo licenciado e a carteira de motorista legalizada.

É um processo breve, com poucas exigências. Em síntese, o motorista oferta a sua força de trabalho e o veículo como meio de produções legalizadas, e a empresa Uber proporciona o ambiente virtual e normas para a comunicação e a realização da atividade. Caso o motorista não possua veículo, a plataforma traz a solução de promover o aluguel do carro a partir da parceria com empresas locadoras. O que demonstra o interesse da Uber em está constantemente buscando soluções em prol de desenvolvimento de seus produtos voltados para o transporte.

Na visão da empresa, ela e o trabalhador são parceiros, tal como coloca na matéria informativa sobre seu histórico no Brasil (EQUIPE UBER, 2020c), algo característico da Economia do Compartilhamento. Identifica os motoristas parceiros como empreendedores. Pela plataforma, os trabalhadores adquirem flexibilidade e independência para ganhar dinheiro. Podem trabalhar no horário e lugar desejado. É o que diz o enunciado da plataforma: “[...] ganhe dinheiro a qualquer hora, em qualquer lugar [...]” (UBER, 2020b).

A vantagem de utilizar a plataforma a fim de adquirir renda é por que não existe chefe ou escritório. “Com o app da Uber, é você quem manda” (UBER, 2020b). Isso demonstra a liberdade presente no trabalho de viagem e entrega. Uber (2020a) chega a dizer que o aplicativo possibilita o trabalhador ser facilmente dono do seu próprio destino, em virtude de o motorista atuar, conforme seu ritmo de vida e sua conveniência.

Dessa maneira, é tratado enquanto prestador de serviços ou autônomo. A pessoa quem escolhe a quantidade de demanda de serviços a que vai atender e decide até que horas estará ligada na plataforma, não sendo obrigatório cumprir uma carga horária mínima. Em outras palavras, o parceiro pode iniciar e finalizar o serviço quando deseja. Possui independência em relação a esse assunto.

Quando ele quer dirigir, tudo o que ele precisa fazer é ligar o app. Não existe tempo mínimo diário, semanal ou mensal para que o motorista parceiro use a plataforma. Ele tem total flexibilidade para trabalhar como, quando e onde quiser. (EQUIPE UBER, 2020c).

O reconhecimento do trabalhador está relacionado ao empreendedorismo. É tratado como dono de seu serviço ou mesmo de seu negócio de entrega ou viagem. Não detém ne-

nhum vínculo empregatício com a plataforma, segundo a própria equipe Uber (2020c), uma vez que o prestador utiliza o aplicativo como um instrumento de tecnologia de comunicação com o cliente. O instrumento colabora para os motoristas obterem uma renda extra ou um aumento nos rendimentos, algo que é enfatizado, pela empresa.

A equipe Uber (2020c) entende que o objetivo de ganhar renda faz o motorista utilizar a plataforma, por isso é comum a empresa salientar tal intuito em suas matérias. No projeto *Elas na Direção*, que visa ao aumento e à garantia de trabalho de motoristas mulheres parceiras, a empresa associa a independência da mulher ao ganho de renda que dê para conciliar com os afazeres de casa. Como empreendedoras de serviços de viagens ou entregas, podem desenvolver a direção de suas vidas (EQUIPE UBER, 2019). Têm a oportunidade de adquirir a independência financeira, através de um trabalho flexível. Ou seja, “Os motoristas parceiros prestam o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros [...]” (EQUIPE UBER, 2020c).

Equipe Uber (2020c) deixa claro que o vínculo entre a empresa-plataforma e os motoristas e entregadores se resume a uma parceria. A Uber está para facilitar a comunicação do serviço de transporte, mas não para empregar. Não tem responsabilidade pelo insucesso do trabalhador uberizado, pois, como aplica a lógica do empreendedorismo, entende que o motorista e entregador são chefes de si próprios, responsáveis por seus desempenhos e condições.

Nesse caso, o discurso do empreendedorismo, esclarece Abílio (2019, p. 4):

[...] é veículo para o obscurecimento das relações entre capital e trabalho, na medida em que trabalhadores aparecem como “chefes de si mesmos”, ou seja, desaparece a relação de subordinação, aparece uma multidão de empreendedores de si próprios.

4.3 Uma imersão investigativa na uberização: o que revelam os motoristas do aplicativo Uber

4.3.1 Narrativas de uma pesquisa de campo

O contato com os motoristas cadastrados no aplicativo Uber se deu através da Associação dos Motoristas de Aplicativo do Ceará (AMAP-CE). A escolha teve como referência a entidade, que frequentemente está à frente das reportagens jornalísticas sobre os motoristas em Fortaleza, Ceará. Ela é requerida para prestar informação quanto à situação dos motoristas e para opinar sobre algum problema ocorrido com a categoria.

Como mostra Melo (2022), a AMAP-CE confirmou a informação de que os profissionais não podem transitar em qualquer lugar da cidade, há facções criminosas quem vem impedindo de os condutores estarem transportando passageiros para os bairros da capital Fortaleza: Pici, Genibaú, entre outros. Em mais uma reportagem, a de Carvalho (2022), a instituição é referência para dizer o quanto o aumento do gasto com o combustível gás natural é prejudicial aos motoristas.

Constatando a referência da AMAP-CE nas reportagens jornalísticas, a pesquisa contou com uma das lideranças dela, o Evans. Foi ele quem informou sobre uma reunião que ocorreria no dia treze de outubro de 2022 às 16 horas. Esse encontro foi entre os motoristas, o vereador Márcio Martins e a associação. Teve como pauta o direito de aguardar os passageiros em um piso do Aeroporto Internacional de Fortaleza Pinto Martins. Aconteceu que alguns motoristas estavam sendo multados, por permanecerem, na porta três ou dois do aeroporto, durante mais de cinco minutos. Daí, a categoria teve essa reunião para encaminhar a proposta de possuir mais tempo em uma das portas à concessionária do espaço, Fraport Brasil – Fortaleza.

Figura 3 – Reunião dos motoristas da Uber com o vereador



Fonte: elaborada pela autora.

A reunião ocorreu no espaço da Uber, próximo ao aeroporto e vizinho dos estabelecimentos de aluguel de automóveis. Fica na avenida Senador Carlos Jereissati, número 3.000. O lugar expressa uma conquista para os motoristas. Antes dele, os condutores se reuniam, numa rua ao lado do aeroporto, para aguardar solicitações de viagens. Na rua, eles ficavam expostos ao risco de assaltos, furtos e insolação. Agora, eles têm o espaço Uber, um lugar mais reservado, com banheiros, cadeiras, coberta, água e estacionamento para os carros cadastrados no aplicativo Uber.

E foi nesse evento aonde a pesquisa de campo se iniciou. Um dos líderes dos condutores, Evans, indicou pessoas a serem entrevistadas. As primeiras foram duas motoristas. Em seguida, no mesmo dia, houve mais cinco motoristas entrevistados, já esses não foram indicação de Evans. Dentre as cinco últimas, estava outra liderança dos motoristas, Rafael Keylon. Ele apontou um motorista dos quatro restantes para a entrevista. Os demais foram convidados, ou por estarem próximos do lugar da entrevista ou por ter visto a entrevistadora e solicitado a entrevista. Desse modo, não aconteceu qualquer preferência ou escolha definida anteriormente, dentre os motoristas que estavam no espaço Uber.

Outro encontro de entrevistas aconteceu no dia 20 de outubro de 2022 a partir das 14 horas. Foi no mesmo local do início das entrevistas, o que definiu o espaço Uber enquanto campo da pesquisa. A diferença é que não houve indicação de líder para realizar a investigação. Foi dito a Evans que ocorreria mais um dia de entrevistas, mas não foi necessário o convite dele para os motoristas serem entrevistados. Então, nesse dia, os motoristas abordados foram informados da atividade de investigação. Alguns aos poucos foram aceitando em participar da entrevista. Naquele momento, muitos estavam conversando ou avaliando uma corrida vantajosa para eles no aplicativo da Uber.

Ocorreram ao todo, no dia 20 de outubro de 2022, oito entrevistas, mais que no primeiro encontro. Tal diferença aconteceu por causa da ausência de reunião ou de outra atividade da categoria no segundo dia. Os motoristas estavam mais disponíveis em participar da pesquisa. Apesar de eles estarem, no espaço, utilizando o aplicativo da Uber ou conversando entre eles, não tinham algum compromisso com a associação ou com o vereador representante deles. Muitos passaram horas no lugar. Saíam para finalizar o trabalho ou mesmo para realizar o serviço de locomoção de passageiros ao aceitarem uma viagem.

Tanto no primeiro quanto no segundo dia a pesquisa contou com entrevistas do tipo semiestruturada. São instrumentos de investigação compostos de temas pré-estabelecidos. Seus temas estabelecidos foram os seguintes: identificação do(a) motorista, tempo de trabalho com o aplicativo Uber, motivo de ser motorista de aplicativo, percepção sobre a empresa-pla-

taforma Uber, percepção sobre o trabalho com o aplicativo Uber, condições de trabalho e perspectiva de futuro. Fazem parte do problema da pesquisa.

Como a presente pesquisa relaciona a teoria sociológica com a teoria psicanalítica, não poderia se eximir da abordagem qualitativa. As entrevistas desempenhadas buscaram respostas mais elaboradas dos motoristas, por isso a postura da pesquisadora foi pouco interventiva. Não almejava interferir no conteúdo das respostas. As ações dela se restringiram em fazer perguntas e destacar algumas palavras para serem elaboradas pelos motoristas.

Quanto às perguntas da entrevista, não foram formuladas previamente. Eram expressas, conforme os conteúdos ditos pelos motoristas, a fim de proporcionar uma coerência com a fala dos entrevistados. O que havia de pré-definido eram as temas. Cada pergunta precisou estar relacionada com os temas a serem investigados, visando dar conta do problema da investigação. Mesmo assim, as perguntas não atenderam à sequência dos temas justamente para dar fluidez e coerência à fala dos motoristas. O mais importante não foi o aspecto formal em si da estruturação da entrevista, mas a funcionalidade dela.

Vale enfatizar que os motoristas nem os líderes não havia tido contato com algum pesquisador. Foi a primeira vez que se depararam com entrevistas voltadas para uma investigação acadêmica. Nenhum pesquisador tinha ido ao espaço Uber. Em virtude disso, para alguns, esse contato com a pesquisadora gerou a princípio ansiedade. O pioneirismo da investigação causou esse afeto, como também informações destacadas sobre o fenômeno da uberização. O sentimento foi diminuído, com a apresentação dos objetivos da entrevista e da pessoa da pesquisadora.

Certamente a experiência de ir a campo é um desafio. Dificulta ainda quando não há colegas que exerceram pesquisas empíricas sobre os motoristas da Uber em Fortaleza. Não houve manual ou orientação anterior de mestrado para a presente pesquisa que desse conta da AMAP-CE ou dos motoristas da Uber. O que a investigação pode contar foi a estratégia da pesquisa etnográfica, que prescreve de forma geral a importância de se fazer primeiramente uma investigação sobre o campo e, em seguida, vincular-se a uma liderança do lugar para facilitar a inserção nele. Foi isso que aconteceu.

Apesar dos desafios, a avaliação da pesquisa de campo é positiva. Foram dois dias de entrevistas, perfazendo no total de dezessete sujeitos investigados. O tempo dedicado ao campo poderia ter sido maior, em comparação com a duração da revisão de literatura. Por causa da limitação do prazo final da pesquisa, o campo somente contou com dois dias de experiência investigativa. Isso não quer dizer que tal momento foi invalidado. Pelo contrário, as entrevistas pioneiras apreenderam muitos conteúdos contrários e afirmativos em relação à teo-

ria. Na limitação da duração do contato, chegou-se ao conhecimento empírico sobre a subjetivação dos condutores. Claro que não foi o bastante, há a necessidade de se ter apontado mais elementos e ter se vinculado mais ao campo. Como não foi possível, construiu-se uma imersão, um primeiro momento com o campo. Um panorama inicial foi produzido, o que não deixa de ser pioneiro e necessário.

Enfim, para a pesquisadora, a investigação do campo foi surpreendente. No início, a insegurança era determinante. Não se sabia ao certo quando, onde e como a pesquisa poderia começar. Não existia uma certeza da viabilidade da pesquisa, visto que, nesse momento, as condições do campo não dependem somente da profissional. Será que o contato com a AMAP-CE será estabelecido? Será que os motoristas concordarão em serem entrevistados? Qual o local possível para a pesquisa ser feita? Será no carro do condutor ou em outro lugar? Quando a pesquisadora poderá ter acesso aos motoristas? Será que as teorias e a metodologia estão bem fundamentadas para a pesquisa de campo ser viável e rigorosa? Esses questionamentos estiveram presentes no momento anterior ao campo. De certa forma, prejudicaram o andamento e a duração da pesquisa empírica.

Com tudo isso, ainda foi possível a pesquisa de campo ser realizada. O seu material demonstrou um panorama de potencial diálogo com as teorias aqui revisadas. É de uma riqueza informativa admirável a ponto de conseguir ser referência para a pesquisa, afinal o saber sociológico não advém por completo da teorização. A Sociologia está nos fatos atuais, os quais não apreendidos completamente pelas teorias. As relações sociais são maiores que as categorias científicas. Representam a verdadeira fonte, origem do saber sociológico. No entanto, quando essas relações não são generalizadas, por meio das categorias científicas, acabam não apresentando grau de confiabilidade, e assim capacidade de transmissão. Quando as informações das relações sociais não são teorizadas, não se transformam em conhecimento científico. Daí, a importância do vínculo entre a teoria e o campo. Um contato que de toda maneira não é harmonioso. Possui tensões e movimentos. Uma hora a tendência maior está para a teoria; em outra ocasião, a prevalência está no campo. A certeza existente é de que o campo funciona como fundamento para qualquer pesquisa sociológica. Isso não pode ser negado nem desconsiderado.

E por isso mesmo se reafirma a importância de se ter realizado essa pesquisa de campo. A informação dela foi o fundamento da sistematização sobre a uberização. Trouxe elementos além das teorias desenvolvidas, o que deixou a pesquisadora bastante admirada. Os dados provaram a importância de estar no campo. Foi constatado que a teoria por si só não é capaz de responder a todos os fenômenos sociais. O cerne da pesquisa está no campo. O que

dificulta ir a campo é a falta de controle sobre ele. Isso gera insegurança. Mesmo assim, é possível realizar pesquisa de campo. Tendo apoio e orientação, ela se torna realidade.

4.3.2 Esboço do perfil do (a) motorista da Uber

A caracterização do perfil dos motoristas se baseou nas respostas deles aos questionários e às entrevistas. O primeiro instrumento, de caráter estruturado, trouxe informações mais padronizadas, visto que os mesmos itens foram aplicados para todos. Já, as entrevistas semiestruturadas não foram completamente padronizadas. As temas trabalhados dependiam das falas dos condutores. Nesse segundo método, os aspectos identificados dos motoristas foram diversificados. Houve motorista que não faltou a sua idade enquanto que outro chegou a dizer o nome completo e a data de nascimento. Essa discrepância ocorreu, devido ao caráter semiestruturado das entrevistas. Priorizou-se a expressão singular de cada um em detrimento da padronização em responder itens.

Ainda assim, tanto os questionários quanto as entrevistas exerceram sua relevância. Coube aos questionários fornecer informações mais objetivas, e as entrevistas visaram aos dados subjetivos principalmente. Nesse caso, os dois cumprem a função específica dele.

Quanto ao perfil, foram extraídas informações dos instrumentos para fazer a caracterização. Decidiu-se em dividir o perfil em dois grupos de motoristas: aqueles que responderam o questionário e os entrevistados. O primeiro conjunto foi formado por nove motoristas, e o segundo apresentou dezessete participantes. Sendo assim, chegou-se a seguintes informações mediante os questionários: nove motoristas responderam que são do sexo masculino, oito disseram que terminaram o ensino médio ou possuem o ensino superior incompleto, apenas um assinalou que completou um curso de pós-graduação ou ainda possui uma pós-graduação incompleta, dos nove condutores sete afirmaram que estão solteiros, dois estão casados, três solteiros disseram que têm filhos, todos os dois casados possuem filhos, dois se encontram na fase da juventude, sete estão na idade adulta e somente cinco responderam que detêm formação profissional.

Segue abaixo a tabela que sintetiza os dados dos questionários sobre o perfil dos motoristas da Uber:

Tabela 1 – Perfil dos motoristas do aplicativo Uber extraído dos questionários

Perfil dos motoristas da Uber (QUESTIONÁRIO)				
Nome/ Nascimento	Sexo	Estado Civil/ Filhos	Escolaridade	Formação profissional
Questionário 1 13/09/1982	Masculino	Separado/ 1 filho	EM Completo ou ES Incomp.	Editor de imagens
Questionário 2 18/01/1988	Masculino	Separado/ 1 filho	EM Completo ou ES Incomp.	Supervisor de segurança
Questionário 3 15/08/2000	Masculino	Solteiro/ 0 filho	EM Completo ou ES Incomp.	
Questionário 4 29/09/1972	Masculino	Casado/ 2 filhos	EM Completo ou ES Incomp.	
Questionário 5 13/09/1984	Masculino	Solteiro/ 0 filho	Pós-Graduação Incomp. ou Comp.	Ciências Sociais
Questionário 6 14/10/1992	Masculino	Solteiro/ 0 filho	EM Completo ou ES Incomp.	
Questionário 7 26/11/1982	Masculino	Solteiro/ 3 filhos	EM Completo ou ES Incomp.	Vendedor
Questionário 8 12/01/1995	Masculino	Solteiro/ 0 filho	EM Completo ou ES Incomp.	Educador Físico
Questionário 9 01/01/1976	Masculino	Casado/ 1 filho	EM Completo ou ES Incomp.	

Fonte: elaborada pela autora.

Destaca-se a constatação de que todos os motoristas dos questionários são do sexo masculino. É verdade que a empresa-plataforma Uber possui um programa de incentivo²⁰ ao trabalho de motoristas mulheres. Chama-se “Elas na Direção: celebrando as mulheres que movem o mundo” (UBER, 2022). A vantagem, segundo Uber (2022), de ser motorista é a renda adquirida capaz de contribuir com os objetos pessoais e financeiros. Apesar disso, não houve a participação de alguma mulher no questionário.

²⁰ Reúne iniciativas de reconhecimento das motoristas e de atração de novas para o trabalho e cadastro na plataforma. Os incentivos para as motoristas novatas são: recebimento de R\$ 1.000,00 extras para a motorista que fizer dez viagens em até trinta dias a partir da data da ativação da conta (o cadastro deve ter sido feito até o dia 30 de setembro de 2022), bônus de 10 GB de internet ao pedir o Uber Chip (o cadastro deve ser feito até o dia 31 de outubro de 2022), crédito de R\$ 400,00 da Zarp Localiza (precisa ter se cadastrado e aberto um contrato de aluguel de carro com a Zarp Localiza até o dia 9 de outubro de 2022) (UBER, 2022). Já, a motorista chamada parceira pela Uber (2022) veterana recebe uma quantia para cada indicação de novas cadastradas na plataforma que conseguiu realizar as viagens requeridas.

Não é possível identificar a causa da ausência de motoristas mulheres. A amostra do instrumento é pequena. Ademais, o questionário foi divulgado somente nos grupos “AMAPCE ASSOC MOT APP” e “AMAP 2 ASSOC MOT APP CE” do WhatsApp, com o total de 293 membros. Houve pouca adesão dos motoristas em responder o questionário.

Mais um resultado interessante foi o fato de a maioria dos motoristas se encontrar na fase adulta. Dentre os sete adultos, cinco constituiu família, subentendo a obrigação e a necessidade de possuírem renda a fim de sustentar o(s) filho(s). Os adultos estão mais de que nunca à procura de trabalho. Não têm a opção de permanecer desempregado sob o sustento do pai ou da mãe, o que é diferente da realidade dos jovens.

Praticamente todos motoristas cursaram todo o ensino médio ou começaram o ensino superior, exceto um. Houve um único motorista que chegou a concluir o ensino superior, podendo ter iniciado um pós-graduação. Cursou Ciências Sociais. Identifica sua profissão em Ciências Sociais, e não formação profissional em motorista de aplicativo. Mais quatro motoristas pontuaram que têm uma formação profissional. Houve um que assinalou que possuía a formação em Educação Física. É estranho, pois associou essa formação com a escolaridade de ensino médio completo ou ensino superior incompleto, demonstrando que ou alguma resposta está equivocada ou é possível ser educador físico sem ser graduado.

Tais últimas informações trazem dois resultados relevantes. Mostram o quanto a formação profissional dos motoristas é heterogênea. Colocam em evidência o amadorismo em ser motorista do aplicativo Uber, porque não existiu alguma formação profissional no atual trabalho deles. O mais discrepante foi que nenhuma formação relação direta com o trabalho deles. Ser editor de imagens, supervisor de segurança, cientista social, vendedor ou educador físico, opções correspondentes às respostas dos questionários, não faz a pessoa geralmente dirigir melhor, a principal ação dos motoristas. Está muito presente o amadorismo. Abílio (2019, 2020) fala que o caráter amador faz parte da informalidade laboral de novo tipo. Não há uma profissionalização para ser motorista da Uber nem mesmo o trabalhador identifica como uma profissão.

Agora, em relação aos dados do perfil dos entrevistados, não foram completos. A finalidade desse instrumento não era trazer questões objetivas programadas. Pelo seu caráter semiestruturado, não foram feitas perguntas minuciosas sobre a data de nascimento, o sexo, o estado civil, a quantidade de filhos, a escolaridade nem a formação profissional. A atenção da entrevista estava na percepção do motorista da Uber sobre o seu trabalho, o que sucinta variação de informações.

Ainda assim, alcançou-se alguns resultados, através de certos dados coletados na entrevista. Dos dezessete investigados quatro era motoristas mulheres. O resto eram homens. Nove mencionaram o seu estado civil. Desses nove quatro motoristas são separados ou divorciados. Cinco são casados. Somente um mulher, dentre os nove motoristas, afirmou que era casada. A maioria dos nove condutores possui filho(s), cinco disseram. Quatro motoristas falaram a sua escolaridade. Todos eles estão cursando uma graduação ou já terminaram. É o que confirma a fala do entrevistado 2: “[...] ex-professora, aliás pedagoga, porque tenho a minha graduação, certo?” Outro entrevistado, o 5, relata que, além de ter graduação, é especialista: “Eu tenho Administração...Administração...especializado na segurança privada...é...pública e privada”. O entrevistado 5 chega a defender que “A maioria dos motoristas hoje estão formados, graduados, e tão rodando de aplicativo [...]”. Sobre a formação profissional, sete informou. Havia vendedora, pedagoga, segurança, administrador, comerciante, motorista de caminhão e cabeleireira.

Perante as entrevistas, pontua-se a existência de quatro motoristas mulheres. Consistem a minoria dos participantes. Constatação diferente da dos questionários, os quais não apresentaram mulheres. Pelo visto, as mulheres representaram cerca de 23% de todos os entrevistados. É um porcentual baixo para quem constitui a maioria da população. Assim como nos questionários, a maioria não é solteira. Têm a responsabilidade, com a renda adquirida, de contribuir ou manter com o sustento da família. Outra diferença quanto aos questionários, é a quantidade de entrevista graduados ou graduandos entrevistados. Há mais graduados entrevistados do que nos questionários. O entrevistado 5 justifica a ida dos muitos graduados para plataforma Uber: “Às vezes até perguntam, é uma mau profissional? Não. É porque o mercado não consegue abarcar. O mercado não consegue abarcar. Você tá...é...Hoje todo dia são novos doutores, mestrados, entendeu?” Para ele, o problema de existir tantos profissionais graduados sendo motoristas da Uber está na falta de mercado. Diz que a solução para isso está na própria pessoa, ela quem precisa encontrar algo que o mercado precise:

Entrevistado 5: No mercado que você tem que desenrolar pra alguma coisa, porque, senão, você vai ficar...tem aqui oh...aqui é chei de uns engenheiros aqui, tem gente que...que é em ciências da computação, tem todo tipo de, de gente nesse mundo aqui que você tem.

No mais, outros aspectos comuns nos questionários e nas entrevistas foram a heterogeneidade da formação profissional e o amadorismo em ser motorista da Uber. Nenhum investigado comentou que se profissionalizou para ser condutor da plataforma. Não houve al-

gum que afirmasse que fizera curso na área ou tinha cadastrado no Ministério do Trabalho a profissão de motorista de aplicativo. O que corrobora com a afirmação de Abílio (2019, 2020): o trabalho amador é componente da uberização.

Todavia, algumas falas de um participante se opõem de certa forma ao amadorismo citado:

Entrevistado 16: A Uber não é pra qualquer pessoa que não tem experiência e trabalhar nela. Primeiramente você tem que conhecer a cidade por completo. Se você não conhecer a cidade por completo, você se dá de mal. Tem áreas aí que é muito perigoso você rodar.

Pesquisadora: Tem que conhecer a cidade, tem todas as competências.

Entrevistado 16: Conhecer as ruas, conhecer...porque também você não vai só se confiar em GPS. Se você confiar em GPS também, ele bota uma enrascada.

O entrevistado 16 afirma que não é tão simples ser motorista da Uber. Não é somente a carteira de motorista que dará condições de se trabalhar com a plataforma. Exige-se saber exercer habilidades em determinadas situações. Ser auxiliado por mapas digitais não é o suficiente. É preciso conhecer a cidade no intuito de se prevenir da violência. Existem bairros que não são aconselháveis o motorista ir, como o Pici e Genibaú (MELO, 2022).

O que se pode defender é que, através dos questionários e das entrevistas, o perfil de uma amostra de motoristas da Uber foi traçado. A partir disso, sabe-se que a participação feminina é baixa, a maioria dos motoristas tem família, uma quantidade expressiva deles tem formação superior, apresentam diversas profissões e ficou evidente o amadorismo. Apesar de o caráter amador do trabalho de condutor ser demonstrado, houve distorções em determinadas falas do entrevistado 16. Competências são requeridas ao decidir trabalhar com a Uber.

4.3.3 Condições objetivas de trabalho dos motoristas da Uber

Dando continuação à análise das informações dos questionários e das entrevistas, há o assunto das condições objetivas de trabalho dos motoristas da Uber. Considerando a diferenciação de métodos dos dois instrumentos, foi possível chegar a características sobre tais condições. Ambas as técnicas identificaram determinados aspectos: tempo na Uber, outra atividade, carga horária diária na Uber e renda mensal com o uso da plataforma. Dessa vez, as entrevistas obtiveram mais informações quanto ao assunto. Em termos gerais, baseando-se nos dois instrumentos, foram analisadas variadas respostas.

Sobre o tempo de uso da plataforma da Uber, um condutor disse que tem 6 anos, cinco pessoas disseram que estão há 5 anos, mais seis falaram que possuem 4 de uso da plataforma, seis motoristas têm 3 anos, outros três afirmaram que possuem 2 anos, um condutor tem 1 ano, outro está há 7 meses no trabalho e um tem mais de 1 mês de trabalho com a Uber.

Dos 26 motoristas pesquisados 8 responderam que conciliam o serviço de transporte por aplicativo com outro trabalho. Foram informações diversas: editor de imagens, técnico em informática e designer, corretor de imóveis, designer gráfico, vendedora, segurança, motorista e cabeleireira. Já, os demais, os 18 motoristas, dedicam-se exclusivamente ao trabalho com a plataforma Uber.

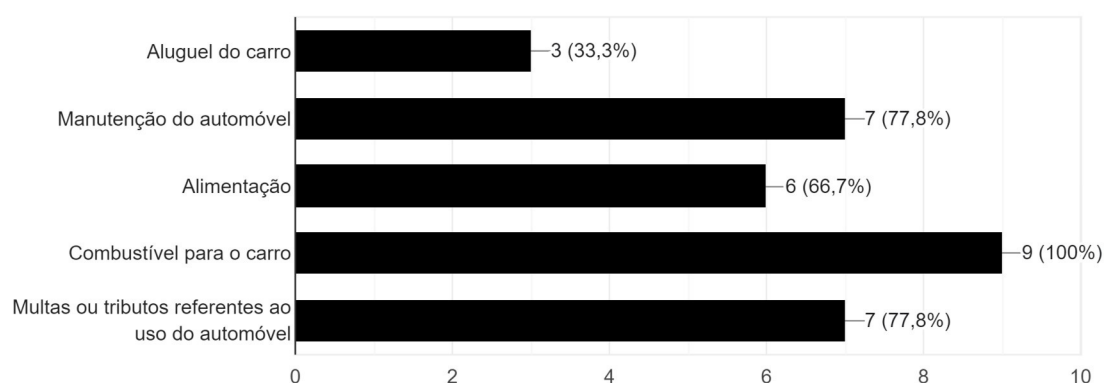
Em relação ao carga horário diária com a Uber, também variaram. Oito condutores definiram que a carga horária diária deles é de 12 horas. Quatro comentaram que é de 10 horas. Uma pessoa afirmou que seu tempo de trabalho por dia com a plataforma é entre 8 e 10 horas. Outro falou entre 8 e 9 horas. Três pessoas afirmaram que trabalham 8 horas no dia. Um motorista disse que permanece no trabalho entre 7 e 8 horas. E duas pessoas disseram fazem seis horas diárias de trabalho.

A remuneração mensal deles foi outro aspecto observado. Dentre as doze respostas, dez definiram entre dois e cinco salários-mínimo. Os outros condutores responderam que ganham entre um a dois salários-mínimo. Além da remuneração mensal equivalente à renda líquida, existem os custos: com combustível, manutenção do carro, multas ou tributos referentes ao uso do automóvel, alimentação e aluguel. Todos os participantes dos questionários responderam esse assunto, tal mostra o gráfico

Gráfico 1 – Respostas dos questionários sobre as despesas dos motoristas da Uber

Quais são as suas despesas como motorista de aplicativo da Uber?

9 respostas



Fonte: elaborada pela autora.

Houve nove respostas para gastos com combustível veicular, sete respostas para a manutenção do carro, sete motoristas gastam com multas ou tributos referentes ao uso do automóvel, seis têm custos com alimentação e três precisam pagar o aluguel do carro. Em contraposição aos dados do questionário, as entrevistas não apresentaram informação da maioria dos condutores quanto aos custos deles. O que se conhece é que todos gastam com combustível. Agora, só cinco motoristas mencionaram o custo com manutenção do carro, dois falaram sobre o gasto com alimentação e 2 afirmaram que pagam aluguel do carro.

Percebe-se que a maioria dos motoristas da Uber investigados possuem três ou mais anos de experiência no serviço. Constatou-se que 75%, dezoito condutores de vinte e quatro, tem essa faixa de tempo. Um destacou que faz seis anos que usa plataforma Uber para trabalhar. Foi entrevistado 9. E somente três possuem um ano ou menos de experiência. Dois motoristas não comentaram sobre o tempo de trabalho na Uber, o do questionário 1 e o entrevistado 6, expressando a alta adesão a esse tópico.

Alguns condutores, oito, falaram que desempenham outra profissão. A indubitável maioria trabalha somente com plataforma digital. O que chama é relação entre a carga horária diária e a conciliação com outro trabalho. No caso do entrevistado 3, faz doze horas por dia de motorista com a Uber, porém não é diariamente. Trabalha de carteira assinada como segurança em dias alternados, folga 36 horas para trabalhar 12 horas. Nessas 36 horas livres, aproveitada para trabalhar com a Uber. O entrevistado 6 trabalha fazendo viagens para o interior do Ceará e também com a Uber. São 10 horas normalmente dedicadas ao serviço de locomoção mediante a plataforma. Como as viagens ao interior são esporádicas, consegue conciliar. Ou seja, ser cabeleira, motorista, editor de imagens, corretor de imóveis, técnico de informática e designer ou segurança não exige um desempenho diário. Facilita a conciliação a flexibilização em definir qual dia e horário a ficar ativo na plataforma.

A opção de trabalhar em mais de um serviço não é fácil. A jornada laboral é alta. As causas geralmente são financeiras, como diz o:

Entrevistado 3: Assim, é...eu trabalho na Unifor. E lá a gente era remunerado...até antes da pandemia a gente fazia muita hora extra, trabalhando na segurança da Unifor. E...com a pandemia, acabaram cortando essa hora extra que a gente recebia. E depois que voltou ao normal, acabaram não reintegrando isso. Aí desde então, quando acabou, eu tinha que me reinventar, porque, poxa, eu tinha uma filha, eu tenho 18 anos de universidade. E desses 18 anos 17 anos fui recebendo esse valor agregado com essa hora extra, que, querendo ou não, mesmo sendo hora extra, ele tinha já tido incorporado no salário.

Entrevistado 3: Mais de 15 anos você recebendo isso todos os meses não tem como não incorporar no salário, então tu tava vivendo já com aquela renda. Aquela renda já era pagar escola e tal, mas, de repente, cortou, isso gerou um corte de receita de mais da metade, não, mais ou menos, quase a metade, uns 40%, então eu tive que reinventar pra poder suprir a minha necessidade. E o que eu tive no momento era o aplicativo, que aí, no início, quando eu entrei, há 3 anos e meio lá atrás, tipo assim, eu entrei no aplicativo antes da pandemia, mas era mais uma coisinha só pra complementar, que rodava esporadicamente. Aí quando começou a pandemia, no período da pandemia, que cortaram as horas extra, aí foi que eu entrei mesmo de corpo e alma, que foi um período muito bom, que eu cheguei a ganhar mais do que eu trabalhava lá no aplicativo, tipo eu fazia duas vezes do que eu ganhava lá por mês trabalhando 15 dias no aplicativo.

Outro exemplo:

Pesquisadora: Aí hoje você trabalha na beleza e Uber ou não?

[...]

Entrevistado 14: [...] mais na Uber, porque a área da beleza também caiu.

Mai uma análise é sobre a carga horária diária. Dezenove pessoas responderam a duração por dia do trabalho. A maior parte disse que trabalha doze horas no dia. Aproximadamente 47% desempenha essa duração. É uma quantidade maior que a máxima prevista em postos de trabalhos formais, oito horas com mais duas horas extras. Isso mostra a condição precarizada dessas pessoas uberizadas, tanto que um condutor diz o seguinte:

Entrevistado 9: Eu trabalho 6 dias na semana. Eu pego de...eu me levanto todo dia 5 horas da manhã e começo a trabalhar geralmente 6, 7, depende do movimento de corridas, né. Às vezes eu saio assim que eu acordo, mas às vezes demoro um pouquinho. Volto à noite, 7 horas, 8 horas.

O incentivo para se dedicar bastante tem a ver com a renda:

Entrevistado 5: A minha meta, quando eu rodava, no começo, quando eu rodava, eu pegava o horário de 6 da noite a meia-noite. Eu conseguia bater a minha meta, a minha meta era R\$ 300,00. Eu fazia isso em 6 horas, de 6 da noite a meia-noite. Hoje, eu para fazer R\$ 300,00, eu tenho que começar de manhã e muitas vezes estourar o tempo e às vezes até usar outras plataformas porque não estava usando.

Entrevistado 5: Entendeu?

Entrevistado 5: Até às 17 horas.

Outro caso:

Entrevistado 10: É, minha hora de trabalhar é a hora comercial, mas como ultimamente está mais parado, a gente geralmente trabalha quase o dia todo, começa de manhã, para de noite, basicamente 12 horas de trabalho, às vezes. Muito das vezes 12 horas de trabalho, até o tempo que o aplicativo permite.

Para complementar:

Entrevistado 5: Aí você tem dentro do cenário o motorista que ele está rodando pelo menos uma 12 horas por dia, porque, se não, ele não consegue tirar o dinheiro, não ganha, você tem os custos financeiros de combustível, de manutenção, isso, se não acontecer nenhuma novidade, de colisão, de batida [...]

As doze horas de trabalho que a maioria realiza não é simplesmente consequência da flexibilização. Existe o incentivo em se ser remunerado pela oferta do serviço de locomoção, e não pelo tempo disponível de trabalho. O que define o modelo *just-in-time* de trabalho. O condutor faz uma comparação entre os seus custos laborais e os seus ganhos. Caso os gastos sejam elevados, precisará produzir mais para obter alguma remuneração.

Para muitos deles, os custos estão altos. Todos responderam o combustível enquanto gasto. Uns enfatizaram que o combustível está com preço elevado:

Pesquisadora: E hoje você já tem essa renda melhor?

Entrevistado 5: Tanto na Uber quanto nas viagens. Tem período que a Uber está ruim, tem corrida ruim. A gente está num péssimo período...combustível alto, demanda pouca.

Outro caso:

Entrevistado 3: Aí também veio essa série de fatores, de combustível, que também acabou dando uma defasagem muito grande nas corridas, né, essa alta do custo de vida, a Uber não reajustou tabela, tivemos esses problemas todos que aí acabou defasando muito também a categoria, corridas muito baratas [...] antigamente você ganhava 2 reais o quilômetro rodado, hoje em dia você ganha 1 real, 1,20, então acabou tendo esses problemas todos, mas ainda você consegue ter uma renda razoável, principalmente pra mim que tenho esse outro emprego, acaba ajudando muito.

Combustível e manutenção do carro foram gastos muito citados pelos pesquisados. Em geral, calculando o rendimento líquido, percebem que vem diminuindo. A média a renda mensal deles ficou em torno de dois a cinco salários-mínimos. Das dezesseis respostas quatorze esteve nesse intervalo de valor. A grande maioria está nessa faixa de rendimento. No entanto, comparando com o salário fixo de um empregado com carteira assinada, não tem previsão e estabilidade. É uma quantia variável, conforme diz o entrevistado 9:

Entrevistado 9: Vareia [sic]. Tem meses que dá bom, tem meses que dá melhor, tem meses que não dá tão legal, mas em média, a minha média bruta de arrecadação bruta dá em torno de 6, 7 mil por mês. Aí eles dão esse valor bruto, tira o combustível, o resto é lucro. Lucro entre aspas, que tem manutenção do carro, tem várias coisas. Na pior das hipóteses, eu tiro 4 mil líquido. Isso tirando todas as despesas.

Para alcançar a faixa de dois e cinco salários-mínimos, os trabalhadores precisam se dedicar horas por dia. Em média, são aproximadamente nove horas diárias necessárias para obter esse intervalo de rendimento. Tempo maior que as oito horas comuns de um trabalhador formal. Ainda assim, considerando os rendimentos, houve motoristas preferindo o trabalho com o aplicativo Uber a um emprego de carteira assinada, como este aqui:

Entrevistado 9: [...] porque é assim, hoje eu vou pegar a profissão que eu tenho na carteira e vou atrás de um emprego para trabalhar de carteira assinada. O salário é muito defasado, a minha profissão é motorista de caminhão. Se eu for hoje trabalhar de motorista de caminhão, no máximo que eu possa ganhar em uma empresa de grande porte vai ser uns R\$2.500,00.

[...]

Entrevistado 9: Aí é o que eu digo, se eu for atrás de um emprego, de uma empresa com a minha produção, ela não vai querer pagar 4 mil assim. Aí para mim ainda compensa estar como motorista de aplicativo, na minha opção.

[...]

Entrevistado 9: Já paguei dois carros por aplicativo, aí é o segundo carro que eu tou pagando. Eu paguei todinho, bem direitinho, financiei e paguei, esse aí já tou pagando também bem direitinho [sic]. Eu não vejo motivo de eu... porque eu ia atrás de emprego com carteira assinada. Não é vantagem pra mim, eu não acho mais não.

Portanto, essas são condições objetivas de trabalho dos motoristas investigados. Tal como Abílio (2020) constata nesse tipo trabalho, esses motoristas uberizados apresentaram situação de informalidade, flexibilização do tempo laboral e da renda e o caráter *just-in-time*. Arcam com os custos dos serviços deles, sem alguma contribuição da plataforma. A única garantia proporcionada pela Uber e dita, em uma entrevista, foi o seguro de vida:

Pesquisadora: E aí, ela...diante disso, ela foi, colocou a hora, o máximo de trabalho e também tem um seguro de vida, não é?

Entrevistado 1: Nós temos o seguro de vida.

Se, por acaso, os motoristas quiserem certas garantias reconhecidas em empregos de carteira assinada, como a aposentadoria ou licença saúde, precisam contribuir com o MEI. Alguns se inscreveram no MEI:

Entrevistado 15: É o MEI, amiga, porque eu pago menos. E eu tenho o mesmo direito. Aí pra mim saiu mais vantajoso. Por quê? Como eu já trabalhava de carteira assinada, como eu já recebia é...os direitos trabalhistas, eu dei só continuidade. Por exemplo, eu já trabalhei dez anos de carteira assinada, né? Eu dei continuidade aos meus dez anos, porque eu tô com 46 anos. Quando eu chegar à idade de me aposentar, isso aí vai pesar na balança, entendeu?

[...]

Entrevistado 15: Ah, eu já...Deus o livre, eu sofro um acidente. Eu me encosto. Aí o MEI, ele já chega junto com o que eu pago. Porque a gente que trabalha assim, eu, ele e outros, nós não temos segurança de nada. Se Deus o livre, vamos supor, se eu adoecer, se eu não pagar o MEI, quem vai me sustentar? A Uber não vai.

Entrevistado 5: Aí você tem dentro do cenário o motorista que ele está rodando pelo menos uma 12 horas por dia, porque senão ele não consegue tirar o dinheiro, não ganha, você tem os custos financeiros de combustível, de manutenção, isso, se não acontecer nenhuma novidade, de colisão, de batida. E você também tem a questão da ausência dos benefícios. Eu, se eu não tiver o MEI, eu não consigo ter acesso ao meu seguro, ao meu INSS, um seguro se eu não tiver essa administração, que a maioria dos motoristas infelizmente não faz [...].

Daí, vem o questionamento: como os motoristas de aplicativo podem aderir ao MEI, continuam em situação de informalidade? Ao se inscreverem no MEI, a renda e a natureza do trabalho deles foram oficializados pelo Estado. Nesse caso, são considerados microempreendedores individuais, e não empregados. O que muda a configuração. Passam da informalidade para a formalidade sem a contribuição da empresa-plataforma Uber, que se exime de antemão de qualquer direito trabalhista ou relação trabalhista. Essas são as condições do novo modo de trabalho: o uberizado.

4.3.4 Adentrando na subjetividade dos motoristas uberizados: empreendedores ou trabalhadores?

A fim de o trabalho com a Uber seja formal, os condutores necessitam ser considerados MEI. A Lei Complementar nº 128 (BRASIL, 2008) prever a possibilidade de os condutores serem MEI, atendendo principalmente a determinados critérios: ter maioridade civil (18 anos) ou menor legalmente emancipado, possuir faturamento anual no limite de R\$ 81 mil, exercer ocupação listada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Ministério da Economia e não ser sócio, titular ou administrador de alguma empresa.

Existe viabilidade de inserção dos motoristas à condição de MEI. A maioria pesquisada não ultrapassa o rendimento anual R\$ 81.000. Aliás, não houve algum que dissesse que ganhava maior valor por ano. A grande proporção se encontra na faixa de dois a 5 salários-mínimos por mês. Equivalendo a um ano a renda mensal, não ultrapassa o critério para ser MEI. Também não aconteceu de um se identificar com menos dezoito anos. Já consta na

CNAE a ocupação para a esse público: é a motorista de aplicativo, sob o código 4923-0/01 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). E não se apresentou condutor sendo sócio, administrador ou titular de empresa na pesquisa.

Então, quanto ao registro legal como MEI, os motoristas não têm e terão dificuldade. Eles podem ter o reconhecimento de microempreendedor individual. O impasse está justamente se de fato a plataforma trata essas pessoas como empreendedores e se os próprios cadastrados percebem tal condição.

Os termos gerais de uso da empresa Uber atualizado no dia 19 de julho de 2021 (UBER, 2021) aborda os motoristas cadastrados enquanto parceiros independentes, mesmo essas apresentando carteira profissional na área. Usam realmente este termo “parceiros independentes” no texto: “Não existe joint-venture, sociedade, emprego ou relação de representação entre você, a Uber ou quaisquer Parceiros Independentes como resultado do contrato entre você e a Uber ou pelo uso dos Serviços.” (UBER, 2021). As disposições gerais dos termos fazem questão de destacar que não possui vínculo, seja societário, empregatício ou de representação, com os motoristas. O próprio usuário do serviço, nesses termos, precisa concordar que:

[...] A UBER NÃO É FORNECEDORA DE BENS, NÃO PRESTA SERVIÇOS DE TRANSPORTE OU LOGÍSTICA, NEM FUNCIONA COMO TRANSPORTADORA, E QUE TODOS ESSES SERVIÇOS DE TRANSPORTE OU LOGÍSTICA SÃO PRESTADOS POR PARCEIROS INDEPENDENTES, QUE NÃO SÃO EMPREGADOS(AS) E NEM REPRESENTANTES DA UBER, NEM DE QUALQUER DE SUAS AFILIADAS.

O contato que a Uber tem com os condutores é por meio da plataforma de tecnologia. Nesse meio digital, terceiros independentes fornecedores de transporte ofertam os seus serviços. Uma condição relevante para ofertar na plataforma é aceitar o contrato elaborado pela empresa. Tal documento é de responsabilidade da Uber. Os termos propostos são dela. Cabe o condutor aceitar ou não. Não há um acordo de intenções e vontades das duas partes. As pretensões são unilaterais, as da Uber, mediante o contrato fornecido por ela.

Ao mesmo tempo, a plataforma utiliza o gerenciamento algorítmico na definição de preços de corridas, na escolha do motorista para realizar o serviço solicitado pelo usuário e no estabelecimento da porcentagem devida à plataforma por valor do serviço de transporte desempenhado. É o que demonstram alguns motoristas: “A Uber hoje faz um cálculo no algoritmo que vai te pagar no mínimo, no máximo, R\$ 15,00 por viagem, R\$ 10,00 por viagem.” (entrevistado 5), “Corrida...já aconteceu, corrida, a mesma corrida, eu e um colega do lado vim, por exemplo, por R\$ 18,00 pro meu colega e vim, a mesma corrida, para mim, a 14,00.

Então ela faz essa, o logaritmo faz essa situação, entendeu?” (entrevistado 5), “Porque ela lança o preço [...]” (entrevistado 6), “Você não consegue escolher, você tem que estar pegando.” (entrevistado 12) e “Tem corrida que ela tá cobrando 50%.” (entrevistado 14).

É contraditório uma empresa-plataforma se isentar de qualquer vínculo com o motorista. Chama-o de parceiro independente. Concomitantemente, controla, gerencia e decide preço, cliente e taxa do serviço para o motorista, através dos algoritmos. A ação do condutor está em escolher ou não a proposta, mas não tem o protagonismo de administrar completamente o seu trabalho. Depende da plataforma. Quando o motorista decide não aceitar a solicitação de corrida, pode receber avisos da Uber. O entrevistado 8 acredita que as tais notificações incentivam os motoristas a concordarem com as corridas. Receia que, se não aceitá-las, a punição é o bloqueio do cadastro.

É problemática a posição de a Uber considerar os motoristas enquanto parceiros independentes. Agora, será que os motoristas entendem essa contradição? Eles se verem empreendedores ou trabalhadores? Sabe-se que a empresa-plataforma usa artifícios no intuito de sustentar a relação de parceira entre ela e os condutores. Desempenha discursos que fazem alusão ao conceito lacaniano “discurso do capitalista”. Mas será que esses discursos estão surtindo efeitos nos motoristas?

Em virtude dessa problemática, a pesquisa buscou investigar aspectos subjetivos nas entrevistas e nos questionários que tratem sobre o empreendedorismo. Foi possível observar e analisar conteúdos referentes à temática, os quais, por acaso, são bastante variados. Opiniões diversas relatadas informaram se se identificam com a figura do empreendedor ou com a do trabalhador.

No caso do entrevistado 1, considera a Uber um patrão e se vê como empregado dela:

Entrevistado 1: Para mim, eu vejo que a Uber é meu patrão. Sabe por quê? Porque ela a cada contrato, porque nós temos um contrato.

[...]

Entrevistado 1: A partir do momento, assim ó...ela lançou um contrato agora recente.

[...]

Entrevistado 1: Entenda uma coisa, você aceita os termos, e você lhe aceitou, você consegue ligar o aplicativo. Se você ler e se você não aceitar a lei, você não consegue ficar lá, você tá entendendo? [...] É uma empresa, é uma empresa como outra qualquer, só que ela não está pagando o INSS, não está pagando aquilo, mas é uma

empresa, porque, se a gente não aceitar o contrato que ela colocou online no aplicativo, a gente não consegue ficar online.

[...]

Entrevistado 1: Então, tem as vantagens, tem as desvantagens, como em toda empresa. Gente, é uma empresa, ela quer ganhar em cima de você, então eu falo muito isso com os parceiros do grupo, entendeu? E eles chamam a gente de parceiro? Mas a gente não é parceiro, a gente é empregado na verdade.

[...]

Entrevistado 1: Então, por isso que eu digo, não é parceria, é uma empresa realmente, porque toda empresa quer lucrar, e ela lucra em cima da gente.

Chega a se opor ao reconhecimento defendido pela Uber. Nega o termo “parceiro” divulgado pela empresa-plataforma. E reafirma que a definição de empregado, uma vez que a instituição ganha com os serviços de locomoção. Algo que remete à fala de Marx (*apud* ANTUNES, 2018) sobre defesa da produção de mais-valia nos serviços de transporte. A produção do serviço de locomoção se realiza no seu consumo. Seu valor de troca é resultado da soma da mais-valia com o valor dos fatores de produção, força de trabalho e outros de meios de produção. Na hipótese de Antunes (2018), o transporte por aplicativo, como a Uber, por meio da oferta de um produto imaterial e o seu consumo, promove mais-valia. Assim, o ganho da Uber, segundo o entrevistado 1, corresponderia à mais-valia.

Outro relato reafirma a opinião do entrevistado 1:

Entrevistado 3: Sim, o que eu vejo da Uber hoje, ela é uma empresa de transporte, a gente praticamente tem um vínculo empregatício que não é reconhecido por ela, mas a gente acaba tendo, porque tanto é que alguns juízes já tão dando causa às vezes pra vínculo empregatício, porque ela te cobra, ela tem metas, se tu não chega a determinada categoria, tu cai da categoria, tu não aceita tanto x de corrida por mês, tu cai de categoria. Hoje mesmo eu tinha uma categoria que era a VIP, que eu pegava 500 VIPs. E hoje eu já não pego mais, porque teve uma queda de aceitação e ela me tirou, então isso tudo acaba caracterizando um pouco o vínculo empregatício. Se ela tá te dando meta, se ela tá te cobrando, então isso acaba caracterizando.

Segundo eles, a Uber mantém vínculo empregatício com os motoristas cadastrados. O entrevistado 3 diz que isso se deve ao controle da empresa sobre os condutores. Estipula metas, classifica motoristas a partir da produtividade deles, pune e distribui incentivos.

O entrevistado 5 enfatiza que a empresa-plataforma não mantém vínculo trabalhista com os condutores, é algo pior. Usa a expressão “escravidão branca” para definir a relação de trabalho com a Uber:

Entrevistado 5: [...] então é aquela história, escravidão branca, tipo eu te forneço uma ferramenta de trabalho, mas você vai ter que trabalhar dessa forma pra mim.

[...]

Entrevistado 5: Como escravidão branca. hoje as plataformas digitais têm a escravidão branca.

[...]

Entrevistado 5: Não é carteira assinada, não tem carteira assinada, não tem direitos trabalhistas.

Agora, na perspectiva do entrevistado 1, a forma da Uber de administrar os seus “empregados” motoristas é diferente da de uma empresa tradicional:

Entrevistado 1: Ela é uma empresa, mas ela tem as regras, como toda a empresa tem. Você segue de acordo com o que você dá pra fazer, você faz o seu valor, você tá livre, entendeu?

[...]

Entrevistado 1: Então, você não tem ninguém ali me pressionando todo o tempo, e tal. Ela pressiona de uma outra maneira que a gente, como a gente já conhece, a gente pega de boa.

A entrevistado 1 fala que a Uber se destaca perante as outras empresas, por causa da flexibilização e da ausência da pessoa do administrador. O motorista escolhe qual horário trabalhará e o quanto quer ganhar financeiramente, causando uma percepção de liberdade à categoria. Não existe uma pessoa, de fato, controlando, coordenando e avaliando os motoristas constantemente, o que é vantajoso para o entrevistado 1. O que há é outra pressão, mais fácil de se lidar. Na visão dele, é um emprego que aceita o jeito de cada condutor de se trabalhar: “Então assim, então cada um tem a sua meta e o seu jeito de trabalhar.”.

Em outras palavras, a Uber pressiona e dá liberdade aos condutores, associando ao que Abílio (2019) nomeia de autogerente subordinado. A pouca abertura que a empresa proporciona é positiva, para muitos motoristas. No questionário, oito condutores viram de maneira vantajosa a flexibilização do horário de trabalho. Foi a vantagem mais pontuada. Tanto que o entrevistado 3 evidencia essa característica: “Ah, quero ficar aqui sentado aqui conversando com os meninos, esperando uma corrida melhor eu fico. Então assim, não tem uma obrigatoriedade de compromisso, aqui é na hora que eu quero.”. Quanto à subordinação, a tarifa aplicada é a maior desvantagem, segundo as sete respostas do questionário.

Nessa ambiguidade de operar da Uber, houve respostas diversificadas sobre ser trabalhador ou empreendedor:

Entrevistado 7: Como se você, na verdade, na Uber, é como se você fosse autônomo. Na verdade, eu pagava a CNPJ, aquele o MEI, o MEI do empreendedor individual, continuo pagando.

Entrevistado 11: A plataforma pra mim significa um trabalho meu, com trabalho próprio, né, sem ter patrão do lado falando. E fazendo aquele tipo de salário que eu quero. Tem mês que eu faço o que eu quero, tem mês que eu faço o que eu não quero, e assim vai.

Ambas as falas afirmam que a Uber é o seu empregador. Adequam-se à concepção do empreendedorismo. Acreditam que não possuem patrão. Exerce um trabalho autônomo reconhecido pelo Estado, com a inscrição no programa do MEI. Ou porque não tem contato pessoalmente com algum patrão, tem condições definir o seu horário de trabalho e rendimento.

Há comentários que destacam a educação financeira, habilidade comum entre os empreendedores:

Entrevistado 4: Outra coisa que eu prezo é a educação financeira. Precisamos ter educação financeira para saber o que estamos gastando, quanto estamos ganhando. Porque como o motorista de aplicativo pega em dinheiro todos os dias, se você não tem uma educação financeira, você vai ter a sensação de que você não está ganhando dinheiro.

Na situação de empregado, a pessoa se responsabiliza por suas tarefas específicas. Quando ela passa a ser motorista de aplicativo, além de precisar dar conta de dirigir, tem que administrar os seus gastos e ganhos, como uma empresa.

No exemplo do entrevistado 1, o trabalho como motorista da Uber é viciante:

Entrevistado 1: É viciante. É viciante. A palavra certa é essa.

[...]

Entrevistado 1: Então, eu na praia ontem ligando a aplicativo pra ver como é que estava? É viciante.

[...]

Entrevistado 1: Eu estou olhando ontem, hoje, olhando como está o movimento. Então, é mais ou menos isso. É viciante.

[...]

Pesquisadora: Mas por que, assim, vocês falam que é viciante?

Entrevistado 1: É o dinheiro fácil. Tipo assim. É o dinheiro fácil assim. Você numa empresa, uma empresa particular, é uma empresa particular, o que acontece é que

you ganha mensalmente. E aqui you ganha diariamente. Todo dia you tem aquele dinheiro x. Tá entendendo? É só you correr atrás. Todo dia atrás. Todo dia you vai ter uns 200 reais, outros 200 reais e já leva alguma coisa pra dentro de casa. E you, que é um pai de família que trabalha, uma empresa privada, fechada, entendeu? You vai receber o quê? No...o quê? No máximo 15 dias. 15 dias pra receber um valor, vai passar mais 15 dias pra receber outro valor. You tá entendendo? Por isso que tem tanto motorista. Porque todo dia you tá com dinheiro, you tá mexendo com dinheiro, todos os dias.

O trecho da entrevista um demonstra que um traço do discurso do capitalista. A fixação em ganhar dinheiro de maneira ilimitada faz alguns motoristas perceberem que esse tipo de trabalho é viciante. O entrevistado 5 falou que o motivo principal de a maioria dos motoristas estarem na Uber é o dinheiro. Não é porque gostam de dirigir ou de serem motoristas. O fato de o retorno financeiro ser maior que o salário-mínimo de um trabalhador com carteira assinada faz eles escolherem trabalhar com a plataforma.

No entanto, esse agenciamento do discurso do capitalista não esteve presente em todos entrevistados. Alguns disseram que, ao alcançarem a meta financeira diária deles, finalizam o trabalho. Vão para a casa. E desligam o aplicativo Uber. Não almejam ganhar mais e mais, como é costumeiro para o empreendedor. Já, outros, quando batem a meta cedo, afirmaram tentam aproveitar ao máximo as oportunidades do dia e ficam até mais tarde, até quando dá.

Portanto, é perceptível a heterogeneidade dos discursos dos motoristas. Além de variadas formações profissionais, os condutores apresentaram relações variadas com a Uber. Uns se intitulam como empreendedores, outros se veem enquanto empregados da plataforma. Alguns reproduzem o discurso do capitalista, mais uns não se interessam em ultrapassar a meta deles. Isso tem a ver com o contraditório aspecto da uberização: o autogerenciamento subordinado.

5 CONCLUSÃO

O fenômeno da uberização é recente. Representa a estratégia de sustentar o regime da acumulação do capital de base financeira. Para isso, propõe a intensificação da flexibilização, da automatização e da ideologia empreendedora no contexto do neoliberalismo. Um dos possíveis artifícios neoliberais é o discurso do capitalista, segundo Dardot e Laval (2009).

Em virtude de entender o artifício do discurso do capitalista no neoliberalismo, a presente pesquisa pretendeu investigar a subjetivação neoliberal entre os motoristas cadastrados na plataforma Uber. Há efeitos do aparato do discurso entre esses condutores? Eis a problemática da investigação.

Para isso, foi necessário fazer uma revisão bibliográfica sobre as categorias neoliberalismo e discurso do capitalista, enviar questionários e entrevistar os motoristas da Uber. Os resultados constataram a flexibilização e a precarização entre condutores. Foram diversas as respostas se o motorista é ou não empreendedor. Alguns disseram que sim, outros não. Isso evidencia o autogerenciamento subordinado presente na plataforma. Uns expressaram efeitos do discurso do capitalista, alguns não.

Desse modo, acredita-se que a investigação necessita continuar, por causa principalmente dos impasses identificados quanto à diversidade de opiniões dos motoristas.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 4 out. 2021.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111. Acesso em: 3 out. 2020.
- ALVES, A. J. L. A individualidade moderna nos *Grundrisse*. **Verinotio: Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, São Paulo, a. 2, n. 4, p. 1-77, abril 2006. Edição especial.
- ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Textos originalmente publicados em 1964 e 1976).
- ANTUNES, R. Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade. **Resgate: revista de cultura**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 71-72, jan./dez. 1992.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. Recurso digital. (Mundo do trabalho).
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. In: ANTUNES, R. (org.). Tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital. (Mundo do trabalho).
- ASSOUN, P-L. **O freudismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. (Texto originalmente publicado em 1990).
- ASSOUN, P-L. **Lacan**. Tradução de Irene Agoff. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2004. (Texto originalmente publicado em 2003).
- BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 19 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018. Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113640.htm. Acesso em: 13 out. 2020.

CABRAL, U. Taxa de desocupação cai para 9,3% no segundo trimestre. **IBGE**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2022, PNAD Contínua. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34498-taxa-de-desocupacao-cai-para-9-3-no-segundo-trimestre>. Acesso em: 19 out. 2022.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Revista Dialectus**, Fortaleza, n. 2, p. 14-32, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5116/3748>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. (coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Tradução de Carmem Cristina Cacciacarro, Luís Leiria, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, C. Uber completa 5 anos de Brasil com 2,6 bilhões de viagens realizadas. **Uber Newsroom**, São Paulo, 17 de jul. 2019. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-completa-5-anos-de-brasil-com-26-bilhoes-de-viagens-realizadas/>. Acesso em: 3 out. 2020.

CRELIER, C. Número de pessoas que trabalham em veículos cresce 29,2%, maior alta da série. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26424-numero-de-pessoas-que-trabalham-em-veiculos-cresce-29-maior-alta-da-serie>. Acesso em: 2 out. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de sítio). (Texto originalmente publicado em 2009).

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2 ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Texto originalmente publicado em 1637).

DIAS, B. De que maneira o discurso do analista possibilita fazer furo no discurso capitalista?. **Stylus**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 59-73, jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2017000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2022.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010. (Coleção Psicanálise Passo-a-Passo).

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism: to Joseph Bloch. *In*: TUCKER, R. C. (Org.). **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978, p. 760-765. (Texto originalmente escrito em 1890).

ENRIQUEZ, E. Psicanálise e Ciências Sociais. Tradução de Pedro Cattapan. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2005, p. 153-174.

EQUIPE UBER. Uber lança programa “Elas na Direção” para incentivar mais mulheres a gerar renda dirigindo com o app. **Uber Newsroom**, São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-lanca-elas-na-direcao/>. Acesso em: 10 out. 2020.

EQUIPE UBER. COVID-19: Uber lança nova solução de entregas para empresas. **Uber Newsroom**, São Paulo, 22 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/covid-19-uber-lanca-nova-solucao-de-entregas-para-empresas/>. Acesso em: 9 out. 2020.

EQUIPE UBER. Uber inclui categoria de táxi no aplicativo para ampliar opções da plataforma. **Uber Newsroom**, São Paulo, 30 jul. 2020b. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-inclui-categoria-de-taxi-no-aplicativo-para-ampliar-opcoes-da-plataforma/>. Acesso em: 9 out. 2020.

EQUIPE UBER. Fatos e Dados sobre a Uber. **Uber Newsroom**, São Paulo, 27 ago. 2020c. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>. Acesso em: 3 out. 2020.

FREUD, S. La interpretación de los sueños. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Tomo IV. 2 ed. Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1979, p. 1-612. (Texto originalmente publicado em 1900 [1899]).

FREUD, S. Más allá del principio de placer. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Tomo XVIII. 2 ed. Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1984, p. 1-62. (Texto originalmente publicado em 1920).

FREUD, S. El yo y el ello. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Tomo XIX. 2 ed. Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1984, p. 1-66. (Texto originalmente publicado em 1923).

FREUD, S. El malestar en la cultura. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Tomo XXI. 2 ed. Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1986, p. 57-140. (Texto originalmente publicado em 1930 [1929]).

FREUD, S. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Tomo XXII. 2 ed. Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1986, p. 1-168. (Texto originalmente publicado em 1933 [1932]).

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. (Texto originalmente publicado em 1995).

GAVRAS, D. Aplicativos como Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos. **O Estado de S. Paulo**, Economia, p. 81-84, São Paulo, 28 abr. 2019. Disponível em: https://0ca2d2b9-e33b-402b-b217-591d514593c7.filesusr.com/ugd/3d9e82_30c66b03d0124ecb94b1060a8892e2ab.pdf. Acesso em: 2 out. 2020.

GHEDIN, R. 5 pontos para entender a operação da Uber a partir do seu pedido de IPO. **Manual do Usuário**, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://manualdousuario.net/uber-ipo-brasil/>. Acesso em: 12 out. 2020.

GÓIS, G; FIRMINO, A.; MARTINS, F. Painel da Gig Economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. **IPEA**, Carta de Conjuntura, n. 55, nota de conjuntura 14, Rio de Janeiro, 2º trim. 2022, mercado de trabalho. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220510_cc_55_nota_14_gig_economy.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008. (Texto originalmente publicado em 2005).

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17 ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008. (Texto originalmente publicado em 1989).

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018. (Texto originalmente publicado em 2017).

HEGEL, G. **Fenomenologia do Espírito**. Parte 1. 2 ed. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992. (Coleção Pensamento humano). (Texto originalmente publicado em 1807).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Anual de Serviços - PAS: Principais resultados - 2020. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?=&t=destaques>. Acesso em: 19 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA-Empresa: Principais resultados – 2020. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=destaques>. Acesso em: 19 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua: painel. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 19 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONAE-Subclasse 2.3. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=4923001&tipo=cnae&versao=9&view=subclasse>. Acesso em: 19 out. 2022.

KHOSROWSHAHI, D. A letter from Dara Khosrowshahi, Chief Executive Officer. **Uber Investor**, São Francisco, abr. 2019. Disponível em: https://investor.uber.com/a-letter-from-our-ceo/?_ga=2.86102040.1255300760.1602268203-1977484759.1601339769&uclid_id=c11944cc-2b7e-43b6-b4d7-a6e0666ed30d. Acesso em: 2 out. 2020.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 96-103. (Comunicação original de 1949).

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 1: os escritos técnicos de Freud. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. (Seminário original de 1953-54).

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 4: a relação de objeto. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. (Seminário original de 1956-57).

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 807-842. (Comunicação original de 1960).

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 8: a transferência. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. (Seminário original de 1960-61).

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 15: o ato psicanalítico. Inédito. Traduzido para publicação interna pela Escola de Estudos Psicanalítico. 2001. (Seminário original de 1967-1968).

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 16: de um Outro ao outro. Traduzido de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. (Seminário original de 1968-1969).

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 17: o avesso da psicanálise. Traduzido de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. (Texto originalmente publicado em 1969-1970).

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 18: de um discurso que não fosse semblante. Traduzido de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. (Seminário original de 1971).

LACAN, J. Du discours psychanalytique. *In*: LACAN, J. **Lacan in Italia 1953-1978 En Italie Lacan**. Milan: La Salamandra, 1978, p. 32-55. (Texto originalmente publicado em 1972).

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. (Texto escrito em 1844).

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. (Texto originalmente escrito em 1845-1846).

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). (Texto originalmente escrito em 1852).

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. (Coleção Marx-Engels). (Texto originalmente escrito em 1857-1858).

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Texto originalmente publicado em 1859).

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. (Texto originalmente publicado em 1867).

MINAYO, M. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, R.; OLIVEIRA, M.; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais** [online], v. 6, n. 3, p. 647- 681, dez. 2019. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/216/0>. Acesso: 19 nov. 2022.

OGILVIE, B. **Lacan**: a formação do conceito de sujeito (1932-1949). 2 ed. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. (Texto originalmente publicado em 1987).

PAVÓN-CUÉLLAR, D. **Elementos políticos de marxismo lacaniano**. Ciudad de México: Paradiso Editores, 2014. (Colección Continente Negro).

QUINET, A. **A descoberta do inconsciente**: do desejo ao sintoma. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (Texto originalmente publicado em 2000).

REY-FLAUD, H. Os fundamentos metapsicológicos de *O mal-estar na cultura*. In: LE RIDER, J.; PLON, M.; RAULET, G.; REY-FLAUD, H. **Em torno do O mal-estar na cultura, de Freud**. Tradução de Lucia Montechi Valladares de Oliveira e Caterina Koltai. São Paulo: Escuta, 2002, p. 5-68.

ROSA, M.; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, 2010, p. 180-188.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. (Texto originalmente publicado em 1997).

RÜSCHE, A.; SANTINI, D. Prefácio à edição brasileira. Plataformas de solidariedade: a diferença entre transformar tudo em objeto de lucro e compartilhar de maneira diferente. In: SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. Tradução de Rafael A. F. Zanatta. São Paulo: Editora Elefante; Autonomia Literária; Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 9-13. Recurso digital.

SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. Tradução e comentários de Rafael A. F. Zanatta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016. Recurso digital.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. Tradução João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUZA, A. **Os discursos na Psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

STAVRAKAKIS, Y. **Lacan y lo político**. Tradução de Luis Barbieri e Martín Valiente. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SUNDARARAJAN, A. **Economia compartilhada**: o fim de emprego e a ascensão do capitalismo de multidão. Tradução de Andre Botelho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

TONELO, I. **Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008?** Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 [recurso eletrônico]. *In*: ANTUNES, R. (org.). Tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital. (Mundo do trabalho).

UBER. Descubra o que é o Uber e saiba como ele funciona. **Uber Blog**, São Paulo, 16 set. 2018. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/o-que-e-uber/#:~:text=O%20que%20significa%20Uber,vez%20mais%20eficientes%20e%20inteligentes>. Acesso em: 6 out. 2020.

UBER. Comece a dirigir com a Uber. **Uber**, 2020a. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/how-it-works/>. Acesso em: 11 out. 2020.

UBER. Dirija com a Uber. Ganhe dinheiro no seu horário. **Uber**, 2020b. Disponível em: <https://www.uber.com/a/join-new/>. Acesso em: 10 out. 2020.

UBER. Quem somos. **Uber**, 2020c. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/about/>. Acesso em: 28 set. 2020.

UBER. Termos Gerais de Uso, jurisdição Brasil. **Uber**, 2021. Disponível em: <https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?country=brazil&lang=pt-br&name=general-terms-of-use#:~:text=Conduta%20e%20Obriga%C3%A7%C3%B5es%20do%20Usu%C3%A1rio,nenhuma%20outra%20pessoa%20ou%20entidade..> Acesso em: 19 out. 2022.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma?. *In*: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-333. (Texto originalmente publicado em 1994).